

**UNIVERSIDADE SALGADO DE OLIVEIRA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTU SENSU* EM HISTÓRIA
Linha de Pesquisa Ideologia e Política**

GISELEN DE OLIVEIRA SANTOS DA SILVA

**ENCONTROS COM RICARDO REZENDE FIGUEIRA: MEMÓRIA,
IGREJA E ESCRAVIDÃO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO**

**Niterói
2011**

GISELEN DE OLIVEIRA SANTOS DA SILVA

**ENCONTROS COM RICARDO REZENDE FIGUEIRA: MEMÓRIA,
IGREJA E ESCRAVIDÃO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO**

Dissertação de Mestrado apresentado à Banca Examinadora do Curso de Pós Graduação *Strictu Sensu* em História da Universidade Salgado de Oliveira – UNIVERSO, como parte dos requisitos para a conclusão do curso de Mestrado em História.

Orientador: Professor Dr. Marcelo Timótheo da Costa, Doutor em História pela Universidade Católica do Rio de Janeiro. Pós-doutor pela Fundação Getúlio Vargas

Niterói

2011

GISELEN DE OLIVEIRA SANTOS DA SILVA

**ENCONTROS COM RICARDO REZENDE FIGUEIRA:
MEMÓRIA, IGREJA E ESCRAVIDÃO NO BRASIL
CONTEMPORÂNEO**

Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação
Strictu Sensu em História da Universidade Salgado de Oliveira como parte dos
requisitos para conclusão do curso.

Aprovado em de de 2011.

Banca Examinadora:

Professora Dr.^a Marly de Almeida Gomes Vianna
Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo
Examinador – UNIVERSO

Professor Dr. Maurício Barreto Alvarez Parada
Doutor em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro
Examinador – PUC/RJ

Professor Dr. Marcelo Timótheo da Costa
Doutor em História pela Universidade Católica do Rio de Janeiro.
Pós-doutor pela Fundação Getúlio Vargas
Professor Orientador

AGRADEÇO a meus pais Valécia e Jorge, pelo incentivo e apoio nessa caminhada. Sem eles esta tarefa não seria possível. Também quero estender os meus agradecimentos a todas as pessoas que contribuíram e me incentivaram nesse caminho, incentivando, ouvindo e me aconselhando, lapidando o meu trabalho.

Agradeço ao meu avô Alécio Villela Santos, um exemplo de vida para mim.

Agradeço ao meu orientador, Prof. Marcelo Timotheo da Costa todas as horas de dedicação, aos ricos e atenciosos ensinamentos e os cuidados acadêmicos durante o processo de orientação deste trabalho.

O conceito de memória é crucial.

Jacques Le Goff

RESUMO

Este estudo tem como objetivo a construção biográfica de Ricardo Rezende Figueira. Enfocaremos a questão da Memória e sua importância para a História a partir de análise biográfica do padre progressista católico. Em seguida veremos os cruzamentos de outras memórias com a do próprio biografado quais sejam a memória da Igreja Católica progressista no Brasil sob a ótica da Teologia da Libertação, a luta pelo combate à condição análoga a escravidão por meio de um discurso teológico/missionário durante a práxis paroquial e o discurso acadêmico contra a escravidão contemporânea. Adicionalmente, analisaremos a memória dos posseiros vitimados pela violência e miséria no campo. O trabalho igualmente enfocará as principais obras de Ricardo Rezende - *Rio Maria* e *Pisando Fora da Própria Sombra* escritas em momentos distintos de sua vida. Analisaremos por fim a identificação do biografado com o seu objeto de estudo: os trabalhadores rurais migrantes vítimas da condição análoga a Escravidão. Por fim no presente estudo será tratado as medidas atuais de combate a essa prática no Brasil.

Palavras-Chave: 1. Ricardo Rezende Figueira. 2. Escravidão Contemporânea no Brasil. 3. Igreja Católica Progressista . 4. Teologia da Libertação. 5. Memória.

ABSTRACT

This study aims at the construction of biographical Ricardo Rezende Figueira. It will focus on the issue of memory and its importance to the History from the biographical analysis of the progressive catholic priest. Then we will see the intersection of others with memories of his own biography which is the memory of the progressive Catholic Church in Brazil from the perspective of Liberation Theology, the struggle to combat a condition analogous to slavery through a theological/missionary discourse during parochial or academic discourse and praxis against contemporary slavery. Additionally, we analyze the memory of settlers victimized by violence and misery in the field. The work also will focus on the major works of Ricardo Rezende – *Rio Maria* and *Pisando Fora de Sua Própria Sombra* written at different moments of his life. Finally we analyze the identification of the biography with its object of study: the rural migrant workers victims of the condition analogous to slavery. Finally in this study will be treated the current measures to combat this practice in Brazil.

Keywords: 1. Ricardo Rezende Figueira. 2. Contemporary slavery in Brazil. 3. Progressive Catholic Church. 4. Liberation Theology. 5. Memory.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa do Brasil contendo a localização geográfica do Município de Rio Maria (PA)	45
Figura 2: Mapa do município de Rio Maria (PA) e suas principais atividades econômicas	45
Figura 3: Principais apreensões do GEFM – Grupo Especial de Fiscalização Móvel	71

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

TERMOS

SIGLAS

Anti-Slavery International	ASI
Comunidade Eclesial de Base.....	CEB
Comissão Pastoral da Terra.....	CPT
Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.....	CNBB
Grupo Especial de Fiscalização Móvel.....	GEMF
Grupo Executivo de Repressão ao Trabalho Forçado.....	ERTRAF
Grupo de Estudos sobre Trabalho Escravo Contemporâneo no Brasil	GPTEC
Ministério do Trabalho e Emprego.....	MTE
Movimento de Educação de Base.....	MEB
Organização Não Governamental.....	ONG
Projeto de Emenda Constitucional.....	PEC
Pontifícia Universidade Católica	PUC
Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia.....	SUDAM

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
Capítulo 1 – ENCONTROS COM RICARDO.....	10
1.1 MEMÓRIAS INICIAIS.....	10
1.2 HISTÓRIA E MEMÓRIA.....	15
1.3 <i>OUTSIDER</i> DE SI MESMO.....	27
1.4 DIÁRIOS DE CONVERSÃO.....	34
Capítulo 2 – CANTO DA TERRA.....	43
2.1 RIO MARIA.....	43
2.2 O HOMEM E SUA CIRCUNSTÂNCIA.....	54
2.3 ESCRITA COMO MISSÃO.....	63
CAPÍTULO 3 – ESCRAVIDÃO POR DÍVIDA.....	70
3.1 COMPARANDO MODELOS: A ESCRAVIDÃO ANTIGA E CONDIÇÃO ANÁLOGA À ESCRAVIDÃO.....	70
3.2 ESCRAVIDÃO POR DÍVIDA.....	81
3.3 ACADEMIA E SOCIEDADE CIVIL: ENTRE SOMBRAS E ALGUMAS LUZES.....	90
CONCLUSÃO.....	100
BIBLIOGRAFIA.....	102

INTRODUÇÃO

O presente texto propõe-se discutir as relações entre Memória e História, acompanhando a biografia de Ricardo Rezende Figueira, sacerdote católico e defensor de causas sociais progressistas; mais recentemente, professor universitário e investigador. Personagem, tanto pela fé militante como pela produção acadêmica, notabilizado, no Brasil e internacionalmente, por sua luta contra o latifúndio e a vigência, em nosso país, do trabalho análogo à escravidão.

Neste sentido, este trabalho organiza-se a partir de três movimentos principais. O primeiro deles apresenta nosso personagem e seu contexto vital, procurando iluminar seu universo particular e as escolhas determinantes em sua formação, como sua opção pela vida religiosa e, a partir desta, por determinada militância social.

Para tanto, fez-se necessário realizar sumária discussão teórica sobre as relações entre Memória e História. Isto posto, em segundo movimento, tomou-se por objeto principal a obra *Rio Maria – Canto da Terra* (1ª ed. de 1992), livro-testemunho do apostolado de padre Ricardo no interior do Pará. Deseja-se demonstrar que Rezende faz de *Rio Maria – Canto da Terra* “lugar de memória” no combate à escravidão contemporânea no Brasil. Por último, o debate recai sobre a própria condição análoga à escravidão existente hoje no Brasil, tão bem documentada em *Rio Maria – Canto da Terra* e na tese doutoral de Ricardo, *Pisando Fora da Própria Sombra* (publicada em 2004).

Neste trabalho, existiu a preocupação em se observar como vão tomando forma as escolhas de Ricardo durante sua vida, dentre elas destacamos a conversão à Teologia da Libertação e seu engajamento ao clero progressista da Igreja Católica; o estabelecimento de Rezende no Sul do Pará e sua luta contra a condição análoga a escravidão cuja ocorrência era (e ainda é) comum nas fazendas da região em que trabalhava.

A partir de um rápido esboço biográfico, partiremos para a discussão teórica dos diversos significados que o conceito de Memória nos propõe. Veremos, então,

os cuidados com os quais deve se revestir o historiador ao se apropriar da biografia como documento de valor historiográfico.

Mergulhando nessa trama biográfica, também veremos como ocorre a identificação do personagem central, Ricardo, com seu objeto de estudo: os trabalhadores rurais migrantes vítimas da escravidão por dívida. Assim, a ideia de utilizar o conceito de *outsider*, na concepção de Norbert Elias, nos permitiu divisar as semelhanças entre o personagem principal e os trabalhadores rurais, a partir da ótica de cada um como migrante.

Além disso, em capítulo próprio, trataremos também de pensar uma das questões fundamentais deste trabalho: a escrita de *Rio Maria – Canto da Terra*. Em primeiro lugar, veremos o livro como um exercício de construção de uma biografia, escrito em forma de diário e relatando o cotidiano de Ricardo Rezende, naquela localidade, à frente da Comissão Pastoral da Terra e das demais obrigações paroquiais.

Ao nos aprofundarmos, veremos que o livro é muito mais que um diário. Há um perene conflito presente nas entrelinhas, conflito que diz respeito à disputa em torno da Memória e de sua apropriação por diversos agentes sociais. Em tal disputa, Ricardo toma claro partido: o livro constitui-se em lugar de memória dos trabalhadores rurais, que de forma contumaz são alijados da narrativa do processo histórico.

Rio Maria impressiona o leitor por sua narração detalhada e realista da dura realidade de exclusão e violência produzida pelo latifúndio e por políticas agrárias fracassadas. Resulta daí enorme passivo de flagelos humanos, populações castigadas pela miséria e pelo trabalho escravo, realidade narrada em detalhe por Ricardo e virtualmente desconhecida por boa parte dos brasileiros.

Há, nas entrelinhas daquele diário, a consciência, por parte de seu autor, do papel que ele desempenhava no cenário do Sul do Pará, ao proteger a memória daqueles trabalhadores rurais do esquecimento ao qual sempre estiveram sujeitos.

Em meio a uma análise dos principais conceitos teológicos sobre Revelação e conversão, escolha e práxis, será possível determinarmos grande parte dos rumos tomados por Ricardo e dos encontros que ele teve durante a vida. Em todo o momento, esse papel de missionário de Ricardo será destacado.

Ao optar pelo estabelecimento no Sul do Pará, como leigo católico e, dois anos depois ao ordenar-se padre, mantendo intensa prática pastoral, Ricardo nos mostra um Brasil desconhecido e denuncia, nos mais fortes termos, as mazelas sociais que vão sendo apresentadas a ele, dia após dia, durante os 20 anos em que permaneceu naquela região.

A escolha do título do presente capítulo, “Encontros com Ricardo”, refere-se justamente ao processo de tomada de decisão, da parte de nosso autor, por caminhos sinuosos dentro da Igreja Católica, principalmente no referente à controversa e crítica Teologia da Libertação. Também veremos, a todo o momento, o inevitável encontro com os trabalhadores escravizados nas fazendas paraenses por intermédio do seu trabalho na Comissão Pastoral da Terra e sua atitude enquanto membro do clero progressista.

Da condição de defensor das vítimas de uma estrutura agrária geradora de desigualdades veremos que Ricardo passará a própria condição de vítima desse sistema, alvo de ameaças reiteradas de morte e de processos judiciais movidos pelos fazendeiros. Porém, como veremos, Ricardo persevera em sua luta a favor de condições dignas para um povo marginalizado economicamente.

Após anos de militância, Rezende retorna à Universidade para concluir sua formação acadêmica, conseguindo os títulos de Mestre e Doutor em Antropologia, o que lhe dará melhores condições de enquadrar e definir teoricamente os problemas enfrentados no Sul do Pará.

Hoje Ricardo é um dos mais conhecidos agentes no combate ao trabalho escravo no Brasil, atuando no GPTEC, da UFRJ e também enquanto sacerdote católico progressista, identidade que o motiva na referida luta.

Na subseção intitulada “memoriais iniciais”, faremos breve e linear análise biográfica de Ricardo Rezende Figueira, apontando os principais momentos de sua vida, desde sua infância até os dias atuais.

Veremos o adolescente Ricardo seguindo os estudos no Seminário Jesuíta em Juiz de Fora e anos mais tarde, graduando-se no curso de Ciências da Religião pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Da mesma forma, perceberemos que a formação religiosa dele teria um peso fundamental em sua vida.

A viagem que empreendeu pela América Latina, com encontros ecumênicos entre jovens do continente, fez com que Ricardo tivesse contato com uma prática cristã voltada para a justiça social. Esta seria seu primeiro contato com a Teologia da Libertação, encontro que motivará a mudança na condução de sua vida cristã.

A escolha real pela práxis, entretanto, ocorrerá anos mais tarde com a chegada em Conceição do Araguaia, onde Ricardo optará por ser ordenado. Além dos serviços paroquiais, veremos o trabalho que o religioso desenvolve na Comissão Pastoral da Terra de Conceição do Araguaia e Rio Maria.

Indo além do papel previsto ao pastor de almas, é importante enxergar em padre Ricardo o mobilizador das comunidades eclesiais de base e, posteriormente, o acadêmico especialista em escravidão contemporânea, já no Rio de Janeiro, onde voltará à Academia.

Concluída a apresentação do personagem, passar-se-á à discussão biográfica conforme esta deve ser inserida na pesquisa histórica contemporânea. Assim, na seção “História e Memória”, enfrentamos o segundo desafio deste trabalho: fazer um trabalho de construção biográfica, analisando detalhadamente, sob uma ótica memorialística admissível ao fazer próprio da História, os variados entrecruzar de caminhos da vida de Ricardo Rezende Figueira, trajetória não linear como de qualquer sujeito histórico.

A partir das escolhas individuais do personagem em questão, veremos a crucialidade do conceito de memória descrito por Jacques Le Goff¹. Notaremos que as memórias individuais são diretamente influenciadas pelo tempo e espaço nos quais o indivíduo (agente da recordação) está inserido. Trata-se de não se deixar enredar pelas armadilhas da assim chamada “Ilusão Biográfica”, da linearidade e imanência biográfica fortemente rejeitada pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu².

Como pano de fundo da análise biográfica, abordaremos alguns dos principais fatos históricos e sociais do Brasil, fatos estes que influenciaram diretamente a vida

¹ LE GOFF, Jacques. Memória. In: *História e Memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990. p.423

² BOURDIEU, Pierre . A ilusão Biográfica in AMADO, Janaina e; FERREIRA, Marieta M. (org.) In: *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2ª. edicao,2000 .

de Ricardo Rezende e que impulsionaram o agir do próprio biografado. Ação que, no caso em análise, é informada pela fé cristã de Ricardo, ou por sua visão progressista do credo católico. Cruzando agente e contexto, procuramos entender a interação do indivíduo-meio e o “emaranhado de redes” conforme disposto na contribuição de Bourdieu.

O projeto de Ricardo de combate ao esquecimento (encobrimento das mazelas do Brasil rural) será percebido na preocupação do autor em registrar depoimentos dos trabalhadores e lembrar as vítimas da violência no campo como forma de denunciar às injustiças sociais que ocorrem no Brasil “agrário”. Aqui, perceber-se-á, muito claramente, o ideal específico de missão (cristã) adotado por Ricardo Rezende.

A luta contra o esquecimento fará com que Ricardo monte um enorme e organizado arquivo, contendo depoimentos de numerosos posseiros a partir de 1978. Os dados coletados nos últimos 30 anos constituirão uma das maiores coleções de informações sobre os problemas agrários e a escravidão contemporânea do país.

A partir de então observaremos os conceitos de *outsider* e *estabelecidos* descritos por Norbert Elias e John Scotson e largamente utilizado por Ricardo Rezende no livro *Pisando Fora da Própria Sombra* e também no Memorial apresentado por ele quando do concurso para professor adjunto junto ao Departamento de Antropologia da UFRJ.

Veremos como se deu a construção do termo *outsider* a partir dos estudos realizados por Elias. Poderemos perceber que o sentimento de Ricardo de ser um estranho em sua própria terra, em seu próprio país, assemelha-se muito ao sentimento de estrangeiro conforme descrito por Norbert Elias. Ricardo terá uma percepção objetiva desse sentimento: ele o projetará em seu objeto de estudo.

O sentimento de *outsider* experimentado pelo padre ao chegar ao Sul do Pará se assemelha muito ao observado por ele próprio em sua pesquisa de doutorado: os trabalhadores vítimas da condição análoga à escravidão eram em sua esmagadora maioria migrantes forasteiros.

Em síntese, veremos que a condição de forasteiro/estrangeiro, de um *outsider*, coloca tanto o padre quanto os trabalhadores rurais à margem do sistema econômico e social.

Assim, como o próprio Ricardo viria a concluir, nessa etapa do trabalho também salientamos que a migração acontece por fatores alheios à vontade de cada pessoa que abandona sua terra. Na maior parte dos casos, o homem é levado a migrar tangido por premente necessidade de sobrevivência.

Já, na parte intitulada “Diários de Conversão”, vamos analisar os ideais cristãos de conversão, Revelação, escolha e práxis. Análise apresentada a partir da releitura da obra de Agostinho e da busca da identidade descrita pelo filósofo Charles Taylor.

Veremos, em seguida, a opção de Ricardo em ordenar-se padre (aprofundamento da conversão) e direcionar seu trabalho em prol da memória dos trabalhadores rurais, em ação coordenada com a Pastoral da Terra. O encontro de Ricardo Rezende Figueira com os trabalhadores rurais do Pará conformará sua opção pelos pobres. Escolha fortemente influenciada pelo *aggiornamento* decorrente do Concílio Vaticano II (1962-65) e da adaptação das resoluções conciliares na América Latina, reforçando-se, nesta região, movimentos cristãos progressistas, aí incluindo a Teologia da Libertação e o chamado cristianismo popular latino-americano.

O marco inicial da conversão de Rezende à citada eclesiologia progressista será o contato, mantido por ele, com a juventude ecumênica mundo afora e com os teóricos da Teologia da Libertação, na década de 1970, em claro contraste com o governo ditatorial imposto aos brasileiros em 1964, *status quo* fomentador de concentração de renda, de terras e produtor de injustiças sociais.

Nestes anos de formação, Ricardo descobre o questionamento básico dos teólogos da libertação: como falar de um Deus bom e misericordioso, tal qual proclamado pela fé cristã, em meio a um continente de miseráveis?

O fio condutor de sua catequese - que inclui a mobilização de fiéis na luta por melhores condições de vida - é a comparação do sofrimento diário dos trabalhadores rurais empobrecidos e violentados em seus direitos com a morte

dolorosa e injusta de Jesus, tal como descrito na Bíblia, segundo a interpretação dada pela Teologia da Libertação.

Logo em seguida, nos aproximaremos de sua conhecida obra, *Rio Maria – Canto da Terra*, o livro-diário de Ricardo. Tratar-se-á de iluminar o livro, entender sua estrutura narrativa e mensagem, levando-se em conta o contexto histórico específico no qual a obra foi escrita.

Estará em jogo entender *Rio Maria – Canto da Terra* como “livro-testemunho”, dossiê do “Brasil profundo” e também e por isso mesmo instrumento que pretende salvar vidas, denunciando as péssimas condições de vida dos trabalhadores rurais, vítimas da condição análoga à escravidão.

A escrita do livro *Rio Maria*, muito além da composição de um “diário de resistência” como afirma o próprio Ricardo³, acabou por se mostrar muito mais rico de elementos a serem explorados do que propriamente a biografia de seu autor.

Por meio de *Rio Maria*, faremos um exercício de compreensão e apropriação de memórias que se cruzam com a do personagem principal através da estrutura de redes descritas por Bourdieu e analisada no 1º. Capítulo.

Sendo *Rio Maria* o foco desta parte da pesquisa, iremos examinar a conjuntura brasileira da época em que foi produzido o livro. Na dissertação, também destacaremos o discurso de Ricardo Rezende como membro da ala progressista católica, em tempos nos quais esta eclesiologia católica enfrentava forte contestação de setores eclesiais mais conservadores, setores que ganham projeção no papado de João Paulo II (1978-2005).

Já “Em escrita como missão” veremos a importância do testemunho dentro da lógica judaico-cristã, universo no qual a ideia de testemunho está, em última análise, ligada à ideia de martírio. A partir dessa compreensão será possível perceber a missão auto atribuída por Ricardo: salvar vidas através da denúncia, ainda que tal ação o ponha em risco. E essa denúncia terá seu auge na publicação do livro *Rio Maria- Canto da Terra*, ainda que sob ameaças explícitas de morte.

³ Figueira, Ricardo R. – A violência não foi um dado acidental: Notas introdutórias para a 2ª. Edição. In: *Rio Maria: Canto da Terra* – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p.17

A morte/martírio está no horizonte cristão desde tempos antigos. Ricardo atualiza o ideal, colocando-se em risco e, sobretudo, apontando os trabalhadores e posseiros empobrecidos e explorados pelo latifúndio como mártires da exclusão social.

Da mesma forma, veremos o quanto o testemunho contribui para a cristalização da memória e quão importante é a recordação para os cristãos. Recordação, em Ricardo, militante: seu testemunho serve para conhecer e refletir, buscando-se soluções práticas para os problemas enfrentados por trabalhadores rurais pobres e escravizados.

Após o personagem estar devidamente identificado e, com sua análise memorialística teórica construída, trataremos então de abordar a vida e obra de Ricardo sob outro prisma, desdobrando a análise.

Nesta tentativa de expor o problema agrário combatido por Ricardo, ou seja, a escravidão por dívida tentaremos traçar paralelos entre o contemporâneo modelo de trabalho forçado e o modelo abolido em 1888, fazendo um breve levantamento sobre as ocorrências de escravidão na história da humanidade.

Passados mais de cem anos da Abolição, o país ainda enfrenta as mazelas da escravidão. Em 1956, o artigo 1º da Convenção Suplementar sobre a Abolição da Escravatura, do Tráfico de Escravos e das Instituições e Práticas Análogas da Escravatura, da Organização das Nações Unidas, previa a erradicação do trabalho escravo nos países signatários daquele acordo. Entretanto, a ocorrência dessas práticas em todo o Brasil, inclusive nos grandes centros urbanos, ainda é recorrente.

É importante alertar que não descartamos as demais ocorrências de escravidão, sobretudo em outras regiões rurais do Brasil e em áreas urbanas de grandes centros como Rio de Janeiro e São Paulo, embora, nesse projeto de dissertação, limitemos nosso campo de pesquisa apenas ao trabalho análogo à escravidão encontrado na Região Norte, em especial atenção, no sul paraense, foco dos estudos de Ricardo.

Após a identificação das condições de escravidão no país atual, acompanhamos o retorno de Ricardo à universidade e à produção de *Pisando Fora da Própria Sombra*, sua tese de doutorado. Feito livro em 2004, *Pisando Fora da Própria Sombra* incorpora à militância de seu autor importante instrumental

antropológico e de outras ciências sociais. Assim, Ricardo Rezende dá trato acadêmico a seu relato sobre movimentos migratórios, exclusão social, denúncia do latifúndio e sua violência implícita. E também analisa, com rigor, os temas da memória e consciências coletivas em torno do tema central que é a escravidão por dívida.

Finalizaremos nossa análise aludindo os avanços obtidos pelo Grupo de Estudos sobre Trabalho Escravo Contemporâneo no Brasil – GPTEC, da UFRJ criado por Ricardo Rezende - e observando o rumo que tem tomado a luta contra a escravidão no Brasil. Analisaremos, assim, a colaboração de algumas entidades públicas e privadas no combate à escravidão por dívida. E também inventariamos brevemente os avanços e retrocessos obtidos nesta luta, ao longo dos últimos 40 anos, desde a publicação da carta de D. Pedro Casaldáliga, bispo prelado de São Felix do Araguaia, denunciando publicamente a escravidão moderna, ignorada pelo governo militar, em 1971.

Capítulo 1 – ENCONTROS COM RICARDO

1.1 MEMÓRIAS INICIAIS

“A violência não foi um dado acidental”⁴.

Assim Ricardo Rezende começou a nota introdutória à 2ª. edição de seu Livro *Rio Maria – Canto da Terra*, um diário, em que o autor e os personagens que cruzam sua história destilam críticas ao cotidiano de violência e miséria no campo. Ricardo, desde 1978, está jurado de morte na região do Araguaia, no Sul do Pará, Brasil.

De uma família católica de seis irmãos, filho do senhor Isauro e de dona Ruth, Figueira nasceu em 03 de abril de 1952 em Carangola, pequeno município com 30 mil habitantes, localizado na Zona da Mata Mineira, onde morou até os seis anos de idade. Mudou-se, em 1958, para Cisneiros, distrito do município de Palmas, no mesmo Estado, onde cursou as primeiras séries escolares.

Aos 11 anos ingressou no Seminário dos Missionários do Sagrado Coração de Jesus, em Juiz de Fora. Desde aquela época, Ricardo tinha convicção de que queria ser padre⁵. Permaneceu no seminário até os 17 anos quando decidiu parar com os estudos religiosos e regressar para a casa.⁶

Foi aprovado, em 1973, no vestibular da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) ingressando no curso de Filosofia. E, completa ele, “simultaneamente me inscrevi em Ciências das Religiões”.

Ainda na Faculdade, participou do Diretório Central dos Estudantes (DCE) e na mesma época distribuía, cuidadosamente, panfletos mimeografados contendo trechos de cartas de frades dominicanos envolvidos na Guerrilha do Araguaia,

⁴ FIGUEIRA, Ricardo R. – A violência não foi um dado acidental: Notas introdutórias para a 2ª. Edição. In: *Rio Maria: Canto da Terra* – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p.17

⁵ .Entrevista in Revista Democracia Viva, nº26, mar-abril/2005. Rio de Janeiro: IBASE. p.33

⁶ .Em Minas . In: *Memorial*. Disponível no endereço eletrônico <http://www.ricardorezende.org/emminas.html> Consulta realizada em 12/03/2010 às 14:15.

duramente reprimida pela ditadura.

No inverno de 1974, Ricardo trancou a matrícula da faculdade e empreendeu uma viagem, por alguns países da América Latina e Europa, para participar de encontros ecumênicos entre jovens, fortemente influenciados pelo Movimento Ecumênico de Taizé, na França. Na Costa Rica, conheceu o brasileiro Hugo Assmann, ex-padre, vigoroso crítico da ditadura militar e um dos pioneiros da Teologia da Libertação.

De volta ao Brasil e aos estudos, acabou por formar-se em 1976 nas duas faculdades e, no mesmo ano, visitou Conceição do Araguaia, no Sul do Pará, atraído pelo local da guerrilha de mesmo nome combatida duramente pelo Governo federal poucos anos antes.

No ano seguinte, a convite de amigos, mudou-se para Conceição do Araguaia e iniciou um trabalho com cartilhas de alfabetização no Movimento de Educação de Base (MEB), com a ajuda de uma rádio local católica. Da mesma forma, começou a auxiliar trabalhadores rurais para que se organizassem em sindicatos.

Neste mesmo ano, viu um homem ser recapturado em praça pública para voltar a trabalhar numa fazenda. Era a 1ª. vez que via de perto umas das faces do trabalho escravo.

No fim de 1977, deixa o MEB e vai integrar a CPT – Comissão Pastoral da Terra, órgão da Igreja Católica atuante nas questões rurais. No ano seguinte, procurou chamar a atenção da imprensa internacional para a violação dos direitos humanos ocorridos naquela região.

Em 1978 recebe a 1ª. ameaça de morte após denunciar a violência seguida de humilhações contra posseiros na região de Xinguara, no sul paraense.

Novas ameaças de morte a Ricardo iriam surgir nos 20 anos que se seguiram. Em 1996, é aconselhado por amigos preocupados com sua vida, a se afastar daquela região. Mas parte somente um ano depois, ao Rio de Janeiro, para estudar. É o próprio Ricardo quem recorda:

“Querida estudar, estava há muitos anos lá e não conseguia estudar porque era ameaçado de morte e não queria sair sendo claramente ameaçado de morte para não dar a impressão de que estava fugindo. No último ano em que passei lá, apesar da insegurança, não houve nenhuma ameaça explícita, nenhum telefonema, nada, aí achei que era a hora que daria para

eu sair.”⁷

Retornemos ao fim da década de 1970 e à conflagrada região do Pará onde Ricardo se estabelecera. Além dos trabalhos na CPT, fazia parte do seu cotidiano às atividades eclesiais – organização de missas, estudos bíblicos, etc. Nesta mesma época retomou, por conta própria, os estudos sacerdotais.

É ordenado padre em 1980: “Pedi para ser ordenado em 1979 e fui ordenado em 27 de julho de 1980. Faço 25 anos de ordenação em 2005”⁸, explica o biografado.

Poucos meses depois, morre assassinado Raimundo Ferreira Lima, conhecido como “gringo”, influente posseiro da região a quem Ricardo incentivava a organizar o primeiro sindicato dos trabalhadores rurais daquela área.

Diante da omissão do poder oficial frente a vultoso número de denúncias de conflitos agrários e aos constantes assassinatos, Ricardo percebe a necessidade de registrar os depoimentos que chegavam até ele, para que servissem como provas das graves violações dos direitos humanos que ocorriam em Conceição do Araguaia.

Ainda no final da década de 1970, inicia-se uma fase de documentação de todo o material recebido pela CPT, como ele próprio esclarece “em 1977, com a ajuda de uma equipe, consegui iniciar um arquivo, que foi muito importante na nossa luta”⁹.

Escreve seu primeiro livro, em 1986, intitulado *A justiça do lobo: posseiros e padres do Araguaia*¹⁰, produzido em apenas seis meses. Em 1985, vai à Europa denunciar à imprensa internacional os conflitos pela posse da terra no Brasil e os numerosos casos de trabalho escravo por dívida.

Em 1988, muda-se para Rio Maria. Junto com o frei e hoje também advogado francês Henri Burin de Roziers, impulsionado pelo assassinato de amigos camponeses, cria o “Comitê Rio Maria”, inspirado no “Comitê Chico Mendes”. Outros comitês, a exemplo de Rio Maria foram criados em São Paulo, Rio de Janeiro,

⁷ Entrevista. In: *Revista Democracia Viva*, op.cit, p.46.

⁸ *Idem*. p. 33

⁹ Memorial, op. cit.

¹⁰ FIGUEIRA, Ricardo Rezende. *A justiça do lobo: posseiros e padres do Araguaia*. 1. Ed. Petrópolis: Vozes Ltda, 1986.

Boston (EUA) e Paris (França).

Durante a ECO 92, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente, no Rio de Janeiro, na qual vários chefes de Estados se reuniram, Ricardo lança seu segundo livro *Rio Maria – Canto da Terra*. No fim daquele ano, vai a Genebra, na sede europeia das Nações Unidas, discursar durante a Sessão de Direitos Humanos sobre a violação destes no Brasil.

Como já havíamos dito, em 1997, Ricardo parte de Conceição do Araguaia e se estabelece no Rio de Janeiro para dar continuidade aos seus estudos acadêmicos. Em 1999 defende sua dissertação¹¹ de Mestrado do curso de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, programa da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

No segundo semestre de 1999, ingressa no doutorado da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), orientado pela antropóloga Neide Esterci, curso concluído no fim de 2003. Sua tese de doutorado, intitulada *Pisando Fora da Própria Sombra – A escravidão por dívida no Brasil*, foi publicada, em livro homônimo, em 2004, alcançando grande projeção como obra de referência acadêmica no tema condição análoga à escravidão.

Em 2004, ingressa como professor assistente na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUCRio) para ministrar aulas no Departamento de Serviço Social e, dois anos mais tarde, é aprovado em concurso público para ocupar a cadeira de professor adjunto na Escola de Serviço Social da UFRJ, onde permanecesse até os dias atuais.

Hoje, Ricardo compila toda a documentação oriunda dos tempos de CPT, além de ministrar cursos sobre trabalho escravo contemporâneo no Brasil e também coordena o Grupo de Pesquisa de Trabalho Escravo Contemporâneo (GPTEC) no Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio de Janeiro (CFCH/UFRJ).

Também é membro-fundador da Organização Não Governamental Rede Social de Justiça e Direitos Humanos¹², com sede no Rio de Janeiro. Essa

¹¹ Dissertação de Mestrado defendida em 1999 na UFRRJ com o título: “*Quão penosa é a vida dos senhores: discurso dos proprietários sobre o trabalho escravo.*”.

¹² Disponível em <http://www.social.org.br> consulta realizada em 14 de junho de 2010 às

organização reúne informações visando denunciar a violação dos Direitos Humanos no Brasil a órgãos nacionais e internacionais.

1.2 HISTÓRIA E MEMÓRIA

“Aceitei a proposta de transformar as anotações em livro, um instrumento a mais para salvar vidas (...) contra ameaças iminentes.”¹³

A escrita biográfica no sentido estrito é um estudo da vida de algum indivíduo em particular. Da etimologia grega *bios* (=vida) e *graphos* (=escrita) foi “dicionarizada em 1721, [ela] designava um gênero que tinha por objeto a vida dos indivíduos. Antes, as biografias apareciam na forma de ‘memórias’, ou seja, relações escritas nas quais o indivíduo narrava fatos dos quais participara ou fora testemunho”¹⁴.

Por muito tempo, foi retirada da biografia o seu valor enquanto documento historiográfico por se acreditar que ela cumpria tão somente o papel de descrever feitos de grandes heróis, ou narrar grandes acontecimentos. Tal papel predominou, ao longo do século XX, graças à necessidade de construção de símbolos nacionais e formação de identidade coletiva no modelo moderno de Estado Nacional que conhecemos hoje em dia.

Somente por volta da década de 1970 e, sobretudo a partir dos anos de 1980 com a contribuição da chamada Micro História,¹⁵ foi permitido à História a utilização da biografia moderna a partir do estudo de memórias pessoais. Unem-se, então, memórias individuais do biografado e análise histórica conjuntural de uma sociedade, a partir da observação das próprias escolhas do indivíduo. Tais escolhas são os reflexos do meio cultural no qual ele está inserido em determinado período de tempo e espaço.

Essas escolhas individuais são, ainda que indiretamente, fruto de uma conjuntura maior, permitindo ao biógrafo/historiador observar os anseios da

¹³ FIGUEIRA, Ricardo R. Rio Maria: canto da terra. Edição revista e ampliada. 2. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 20

¹⁴ DEL PIORE, Mary – *Biografia: Quando o Indivíduo encontra a história* in Revista Topoi, no. 19 disponível em http://www.revistatopoi.org/numeros_antteriores/topoi19. Consulta Realizada em 12/03/2010 as 16:45

¹⁵ LEVI, Giovanni. Sobre a microhistória. In: BURKE, Peter (org.) *A Escrita da História* São Paulo: Ed UNESP, 1992. p. 133-161

sociedade, as tensões de uma época e também uma parte das memórias coletivas de um grupo social, de uma determinada instituição ou até mesmo de um país.

Neste trabalho, o maior enfoque foi dado ao livro *Rio Maria – Canto da Terra*, escrito por Ricardo Rezende, em forma de diário. Na citada obra, percebemos a impressão do autor em relação aos fatos cotidianos e o sentimento de ser forasteiro em uma terra desconhecida, o Sul do Pará.

A escrita de *Rio Maria* em forma de diário é, sem sombra de dúvida, uma escolha particular do biografado de tornar públicas suas memórias individuais. Essa decisão geralmente envolve um projeto maior do que simplesmente a publicação de texto memorialístico.

O livro representa uma forma de resistência e denúncia contra a escravidão e a miséria do camponês do Sul do Pará. O autor deixou bem claro quais eram suas intenções ao publicar aquele diário. Era fazer de suas memórias “um instrumento a mais para salvar vidas”¹⁶.

Por intermédio daquela obra e posteriormente com a publicação do seu Memorial acadêmico¹⁷, Ricardo apresentou aos leitores o trabalho da Igreja Católica por meio da Comissão Pastoral da Terra, a realidade dos lavradores, da gente comum reprimida pelas autoridades e pelos fazendeiros, num ciclo de violência e medo dentro da lógica da condição análoga à escravidão abafada sob o discurso do agronegócio.

A escrita autobiográfica, a exemplo em forma dos diários, como é o caso, constitui o registro primário das impressões do seu autor no cotidiano. A análise biográfica, entretanto, quando toma os contornos de um trabalho acadêmico, realizada por um historiador, deve ser seguida de rigores metodológicos mais criteriosos do que a escrita de um diário. Segundo o historiador David Lowenthal, docente inglês da Universidade de Harvard:¹⁸

“Devemos aceitar a memória como uma premissa do conhecimento; inferimos a história a partir de evidências que incluem as lembranças de outrem. Ao contrário da memória, a história não é dada, mas sim contingente: é baseada em fontes empíricas que podemos decidir ou

¹⁶ Idem. p. 21

¹⁷ Memorial, op. cit., p.3

¹⁸ LOWENTHAL, David. Como Conhecemos o Passado. In: *Projeto História. Trabalhos da Memória*. N.17.nov/1998.Revista do Programa de Pós-Graduação em História. São Paulo: Ed. PUC-SP, 1998. p.108

rejeitar por outras versões do passado.”

É, portanto, função do historiador desconfiar do que lhe é oferecido e dialogar, em chave crítica, com as memórias contidas em diários e outras fontes documentais, em busca de confirmação dos fatos narrados. Segundo Yosef Hayim Yerushalmi, o historiador deve “contestar até mesmo aquelas lembranças que sobreviveram intactas”¹⁹.

Note-se que a construção da análise biográfica de Ricardo vai além da compilação de memórias individuais e passa, necessariamente, por uma análise conjuntural em que várias memórias coletivas (de classe, fé, política) encontram-se justamente na trajetória do próprio biografado. Isolar o sujeito do lugar histórico é algo a ser evitado na discussão biográfica moderna.

Alertando para tanto, em seu texto a “Ilusão Biográfica”, o sociólogo francês Pierre Bourdieu adverte:

“Tentar compreender uma vida como uma série única e por si suficiente de acontecimentos sucessivos, sem outro vínculo que não a associação a um “sujeito” cuja constância não é senão aquela de um nome próprio, é quase tão absurda quanto tentar explicar a razão de um trajeto no metrô sem levar em conta a estrutura da rede, isto é, a matriz das relações objetivas entre as diferentes estações.”²⁰

Com base nesta perspectiva, ao se elaborar, nos dias atuais, uma análise da escrita biográfica não se pode resumir a trajetória de vida do biografado a um exemplo de narrativa linear onde os fatos acontecem sucessivamente, buscando explicações deterministas às condições do presente em fatos passados. Não se pode determinar toda a trajetória do sujeito a partir de sua apresentação atual. Se assim fosse, erroneamente apontaríamos traços na infância e na adolescência de Ricardo Rezende como se fossem características inatas ao biografado, traços que prenunciaram suposta liderança na causa contra escravidão e na luta pelos Direitos Humanos, que de fato, ele viria a se tornar apenas muitos anos mais tarde.

A formulação dessas hipóteses somente é possível com a ressalva metodológica indicada por Koselleck “para conocer el aspecto único de los acontecimientos es necesario dar un paso más y volverse a perguntar por qué

¹⁹ YERUSHALMI, Yosef Hayim apud LOWENTHAL, David. op. cit., p. 104

²⁰ BOURDIEU, Pierre. A ilusão Biográfica. In: AMADO, Janaina e; FERREIRA, Marieta M. (org.) *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2ª. Edicao, 2000. P. 189

sucedió así e no de otra manera”²¹. Dessa forma se compreende que as escolhas individuais do biografado são justificáveis quando há a compreensão dos fatos que aleatoriamente foram se apresentado e exigiram uma conduta do indivíduo que não era pré-determinada.

Voltando à estrutura de redes a qual Bourdieu se referia: aplicada à vida de Ricardo, podemos observar um emaranhado de outras biografias que acabam por cruzar-se com a história de vida do próprio biografado. As memórias do sacerdote cruzam-se e fundem-se a outras memórias como veremos a seguir. Neste sentido, Ricardo, ao realizar seu exercício memorialístico, efetua também, mesmo que parcialmente, uma certa memória da instituição a que pertence: a Igreja Católica.

Em seu viés progressista, poderemos perceber a atuação da Igreja inserida no cenário rural por meio do trabalho de Rezende Figueira, durante anos, na Comissão Pastoral da Terra, em Rio Maria. No testemunho do sacerdote, revela-se também certa memória da História do trabalho no Brasil, das relações políticas em nosso país, dos conflitos agrários nacionais, etc.

Gostaríamos de enfatizar a vinculação entre memória individual e memória católica no Brasil. Em seu viés progressista, poderemos perceber a atuação da Igreja inserida no cenário rural por meio do trabalho de Ricardo Rezende, durante anos, na Comissão Pastoral da Terra em Rio Maria. Por vezes, o escritório da CPT servia como palco de mediação entre conflitos de interesses de trabalhadores rurais e donos de fazendas.

Muitos desses conflitos eram decorrentes da falta de planejamento e das políticas públicas fracassadas de incentivo de ocupação da Amazônia durante o governo Militar (1964-65). Cruzam-se, aqui, novamente as memórias de Ricardo com as memórias da própria política brasileira nos últimos decênios do século XX.

Posteriormente, o combate ao trabalho escravo iria torna-se a força motriz do seu trabalho, dentro e fora da Igreja. Ricardo, durante o tempo em que esteve à frente da coordenação da CPT, orientava trabalhadores do campo para a formação de Sindicatos Rurais, em ações jurídicas perante a justiça do Trabalho na luta pelos direitos laborais, contra prisões ilegais que eventualmente ocorriam e em defesa dos

²¹ KOSELLECK, Hein Hart – *Cambio de Experiência y cambio de método. Uu apunte Historico-Antropologico*. In: Los estratos del tiempo: estudios sobre la historia. Barcelona: Paidós, 2001. p.59

direitos humanos dos camponeses.

Fora da CPT, ele denunciava a violência no campo à imprensa estrangeira quando os recursos utilizados no país já haviam sido esgotados. Na Academia, passou a estudar o fenômeno da escravidão contemporânea no Brasil tendo diversas obras publicadas com este tema.

Para o historiador francês Jacques Le Goff, “o conceito de memória é crucial”²² pois permite o encontro do presente e do passado através de espaços simbólicos ou reais de memória.

Segundo Le Goff, o encontro de memórias individuais e coletivas constitui uma questão fundamental na escrita historiográfica porque possibilita aos indivíduos e ao grupo social buscarem a constituição de sua identidade “individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje na febre e na angústia”²³. Essa consciência de identidade nos permite avaliar o que fomos no passado e o que nos tornamos no presente e também traçar os objetivos a serem cumpridos para o futuro.

Ricardo foi construindo sua identidade através da tomada de consciência do seu papel durante o cotidiano eclesial: em missas, nos grupos de orações e, sobretudo no trabalho pastoral de 1978 até 1992. Por meio dos depoimentos que chegavam até ele na pastoral, de abusos e violência contra trabalhadores rurais e posseiros, o padre foi definindo seu papel na sociedade como mediador da transformação da realidade social através de um discurso religioso missionário.

Ricardo Rezende definiu, em seu memorial, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) como o “braço ecumênico e pastoral da Igreja no mundo rural”²⁴, como um espaço de celebração da fé, de leitura da Bíblia a partir dos pobres da terra, e formulação de uma “teologia da terra”.²⁵ Seria uma pastoral a serviço e não voltada à direção dos trabalhadores rurais. Sem dúvida, este trabalho de expressão de fé e no auxílio de trabalhadores rurais que buscavam de seus direitos, foi o que exerceu

²² LE GOFF, Jacques. *Memória* in História e Memória. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990. p.423

²³ Idem.p.476

²⁴ FIGUEIRA, Ricardo. IV. Na Comissão Pastoral da Terra. In: *Memorial*. Disponível em <http://www.ricardorezende.org/cpt.html>. Consulta realizada em 25/04/10 às 01:32.

²⁵ Idem.

maior influência na sua vida desde então.

Essa definição da CPT e o modo de ver o outro, em particular, a visão de Ricardo, como sacerdote, em relação ao trabalhador rural vítima do trabalho escravo, permitia a ele fazer uma releitura da Teologia da Libertação: “Eu também bebia dessa fonte e encontrava argumentos teológicos e científicos que justificavam minha indignação e desejo de contribuir com mudanças no país”.²⁶

A Teologia da Libertação é uma corrente de pensamento e ação surgida em algumas esferas da Igreja Católica latina americana, no fim de 1960, sistematizada com forte repercussão na década seguinte, obtendo amplo alcance no cenário católico nacional. Essa corrente comparava o sofrimento de Cristo com as camadas sociais mais simples, unindo reflexão teológica à luta cotidiana pela transformação da sociedade através da justiça social.

Retornando à importância do estudo memorialístico feita por Jacques Le Goff, em seu artigo *Memória e História*, veremos que há várias formas de apropriação da memória pelo homem, sendo que o próprio ato de lembrar em si é um ato político e “é também um instrumento e objeto de poder”²⁷.

É de interesse para o grupo que detém o poder político ou econômico, numa determinada sociedade como a do Sul do Pará, lembrar seus feitos e deixar no esquecimento suas derrotas e a memória camponesa, que é manifestamente oral.

A propósito, o tema da lembrança e do esquecimento é recorrente no universo judaico/cristão. Como lembra Le Goff pode-se descrever o judaísmo e o cristianismo “(...) como uma religião das recordações”²⁸. Na Bíblia há diversas passagens que ordenam o exercício da memória. Nenhum outro mandamento é tão persistente no cânone judaico. Os cristãos herdam e ratificam a importância da memória. Reveladora é a passagem do Novo Testamento sobre a Eucaristia, cuja observância é ordenada pelo próprio Jesus Cristo, em sua memória.

Durante a Idade Média os fiéis em sintonia com as diretrizes eclesiais teriam suas memórias anotadas em livros de óbitos nas Igrejas (*libri memoriales*) para que seus feitos fossem lembrados. Porém havia a memória e seu reverso, o

²⁶ . Em Minas, op. cit.

²⁷ LE GOFF, Jacques, op. cit., p.476

²⁸ Idem, p.476

esquecimento: os infiéis afastados da comunhão eclesial seriam merecedores do esquecimento e arrastariam consigo a *dannatio memmoriae*, tendo seus nomes apagados dos livros paroquiais.

O esquecimento é algo que atravessa toda a biografia de Ricardo e torna-se um de seus maiores conflitos. Entretanto não é o esquecimento individual, já que seu trabalho em relação aos direitos humanos é amplamente divulgado em livros e organizações não governamentais. Sua luta dirige-se contra o esquecimento das memórias coletivas de um grupo social e de um espaço onde o desenvolvimento proporcionado pelo capitalismo beneficia uma pequena parcela em meio ao grande número de agricultores pobres, boa parte deles migrantes e analfabetos.

Neste tipo de sociedade onde, comenta Le Goff, a “memória social é, sobretudo oral que estão em vias de constituir uma memória coletiva escrita que melhor permitem compreender esta luta pela dominação da recordação”²⁹. Esta é a lógica da sociedade sul-paraense: lembrar o que interessa e deixar no esquecimento o que ameaça o poder.

Ricardo ratifica os motivos de seu empenho em favor da memória daquela gente:

“Quando morriam (os lavradores) nos conflitos com os posseiros, não interessava dar publicidade ao fato. A história mudava quando a vítima era policial ou fazendeiro. A notícia alcançava os meios de comunicação. E, no rastro destes, os jornais citavam os posseiros e os peões mortos que, até então, era como se não existissem.”³⁰

As memórias que ele registra nos livros *Rio Maria* e *Pisando Fora da Própria Sombra* são fundamentalmente sobre a violência no campo. Em todas as obras de Ricardo Rezende, há inúmeros depoimentos de posseiros prestados ao padre. São camponeses em busca de melhores condições de vida e de trabalho.

Todos os relatos de seus livros giram em torno dos conflitos agrários e da violência entre fazendeiros e trabalhadores rurais. Ricardo assume: “eu me coloco em uma perspectiva na qual os chamados subalternos têm um espaço privilegiado”³¹. A preocupação de Rezende, assim que começou o trabalho na CPT do Araguaia, foi iniciar um arquivo recolhendo os depoimentos dos trabalhadores

²⁹ Ibidem, p. 476

³⁰ FIGUEIRA, Rezende. A violência não foi um dado acidental in *Rio Maria*, op. cit. p.17

³¹ .*Abertura* in Memorial, disponível em <http://www.ricardorezende.org/abertura.html>. Consulta realizada em 25/06/10 as 03:31

coletando a maior quantidade de dados possível:

“Tudo era escrito na primeira pessoa com a maior quantidade de dados possível, preservando o estilo e as palavras e expressões idiomáticas do depoente. Aos poucos isso foi uma prática de toda a equipe. Em casos especiais também registrávamos os depoimentos em cartório, como declaração pública, ou reconhecíamos as firmas dos depoentes e das testemunhas. Ao mesmo tempo guardávamos recortes de jornais com informações sobre o problema, notas e relatórios elaborados por agentes de pastoral, membros da CPT ou de autoridades e organizávamos os dados em pastas e arquivos.”³²

O registro das memórias é sempre seletivo. Cada um seleciona os fatos mais importantes subjetivamente. Ou seja, mesmo que o depoente seja absolutamente honesto, ele nunca conseguirá se lembrar da integralidade dos acontecimentos e ser fiel na totalidade aos fatos ocorridos e narrados, e acabará selecionando o que intimamente mais lhe chama a atenção ainda que inconscientemente.

Alberto Magno, citado por Le Goff, lembra a importância de “ (...)meditar com frequência o que se deseja recordar”³³. O ato de lembrar e de selecionar as memórias é um hábito que deve ser desenvolvido, principalmente naquelas sociedades em que a memória é oral. Dentro de um projeto maior, é de igual importância registrar a posterioridade o que se deseja lembrar num passado longínquo ou recente.

Somente tendo consciência do passado é possível modificar ou perpetuar o curso da História para o futuro. Assim as memórias não se perdem no passado. Mais uma vez, Ricardo, enquanto graduado em Filosofia, tinha consciência desse problema:

“A memória falha, confunde ou muda a história por muitas razões: o tempo entre o fato ocorrido e o momento de seu registro, os aspectos mais delicados, que se deseja esquecer; ou aqueles que tiveram tanta importância subjetiva que crescem e se transformam.”³⁴

Quanto aos registros de sua própria experiência, Ricardo Rezende Figueira viu-se obrigado a escrever um Memorial exigido em concurso público para professor adjunto de uma universidade fluminense. Além de cumprir as formalidades daquele edital, Ricardo, alguns anos mais tarde, decidiria por tornar públicas suas memórias, publicando num *site*³⁵ a íntegra do seu Memorial.

32 Idem.

33 MAGNO, Alberto apud LE GOFF, Jacques, op. cit, p.455

34 FIGUEIRA, R. Abertura in Memorial, op. cit.,

35 www.ricardorezende.org

Em Agosto de 2009, por meio de um endereço eletrônico que traz seu nome³⁶, revisa e publica seu memorial. Segundo o padre “Ao começar a redigir o memorial, que é um lembrar o passado a partir de determinadas perspectivas, refleti sobre minhas raízes culturais, geográficas e religiosas e dos meus deslocamentos em relação a elas”³⁷.

Um Memorial é uma redação autobiográfica, onde o autor seleciona os aspectos mais relevantes de sua vida, positivos ou negativos, geralmente de forma crítica que conduziram pra formação da identidade do sujeito no presente.

No caso desta pesquisa, além do livro/diário *Rio Maria* recorreu-se ao Memorial universitário, onde o autor selecionou, para reforçar sua candidatura à Academia, suas principais qualidades com base em informações objetivas e laconicamente elencadas.

Enquanto historiador, no entanto, é preciso certa cautela na análise do Memorial de Ricardo. Isso porque aquele documento foi produzido de forma a impressionar positivamente uma banca de doutores, dentro de um processo de seleção em que se competia com outros candidatos.

Ao contrário do Memorial, os fatos do cotidiano de Ricardo contidos no livro *Rio Maria* são mais espontaneamente narrados. Embora relatados sob o prisma de seu ator, não há a, contudo preocupação na seleção de fatos que valorizem a ingerência do personagem principal.

A escrita do diário tem, portanto a característica de ser mais descritiva e menos reflexiva que o Memorial acadêmico. Por sua vez, este traz reflexões sobre conhecimentos adquiridos no cotidiano paroquial e acadêmico do seu autor e as análises permitidas pelos estudos e trabalhos realizados pelo memorialista.

Em ambos os casos, tanto no Memorial quanto no livro, é possível enfatizar a questão da construção de identidade através da autobiografia, como já citado por Le Goff anteriormente. A escrita de si mesmo também inicia um projeto pessoal de autorreflexão na medida em que o autor parte em busca da compreensão e unicidade do seu papel na esfera particular e pública.

Essa prática reflexiva por meio da autobiografia vai acabar por permitir a

³⁶ Disponível em <http://www.ricardorezende.org>. Consulta realizada em 12/03/2010 as 23:40

³⁷ Idem

Ricardo Rezende a reafirmação de certa identidade e também dos projetos almejados por ele, presentes na maior parte de seus discursos: a de padre progressista militante da causa camponesa e contra a condição análoga à escravidão.

Mais uma questão fundamental: os eixos múltiplos da análise memorialística contidos no estudo biográfico. Le Goff enxerga na biografia um lugar funcional de memória e história explicando que a biografia é capaz de contribuir para entender a História coletiva “nos níveis em que o individual se enraíza no social e no coletivo”³⁸.

Assim, quando tentamos entender as escolhas de Ricardo, sobretudo após a admissão na faculdade, foi fundamental a compreensão da conjuntura política autoritária pela qual o país passava. O golpe de Estado promovido pelas Forças Armadas, apoiado por empresários e por boa parte da classe média em 1964, se auto apresentava (e auto justificava) como ação necessária para combater ameaça comunista, tendo, por exemplo, a Revolução Cubana, muito temida pelas forças conservadoras.

O governo militar, instaurado em março de 1964, passou a cercear liberdades fundamentais. O auge da repressão se intensificou com a publicação do ato institucional nº. 5 (AI-5), em 1968, proibindo o *habeas corpus* e assim caçando o maior instrumento jurídico de proteção à liberdade, permitindo com isso a ampliação das prisões ilegais sob o pretexto de subversão e desordem pública.

Até hoje as memórias da ditadura ainda estão presentes entre Ricardo e seus companheiros de fé e credo progressista. Em sua página pessoal na internet, um amigo fazia-lhe um convite: “[P.S.:] Amanhã, tem seminário na nossa escola de teologia, comemoramos os 35 anos do martírio de Frei Tito”³⁹. O autor do recado é Carlos Alberto Libânio Christo, popularmente conhecido por Frei Betto que, aproveita a oportunidade e o convida para uma outra memória: a de Frei Tito de Alencar Lima, frade dominicano que se suicidou em Paris após ser preso e torturado pela ditadura militar no Brasil, no final da década de 1960.

A propósito, Frei Betto, Tito e mais três jovens frades dominicanos

³⁸ Idem, p.473

³⁹ Cometário feito por frei Betto por ocasião da inauguração do endereço eletrônico de Ricardo Rezende. Disponível em <http://www.ricardorezende.org/contato.html> consulta realizada em 25/05/10 às 12:30

inconformados com o regime repressivo instaurado no país após a ascensão dos militares ao poder em 1964, decidiram juntar-se a outros jovens na Guerrilha do Araguaia⁴⁰, ação paramilitar armada estabelecida na fronteira dos estados do Pará, Maranhão e Goiás.

A guerrilha foi duramente reprimida pelo governo brasileiro entre 1972-74. Os cinco padres foram presos e, a partir da prisão começaram a escrever cartas mesclando os ideais cristãos com os de resistência e liberdade. Era comum ver cópias dessas cartas distribuídas entre estudantes secundaristas e sobretudo os da JUCs (Juventude Universitária Católica).

Naquela época, Ricardo Rezende, então com 20 anos de idade, distribuía cópias mimeografadas daquelas cartas entre os estudantes da universidade.

A forte censura à imprensa e a histeria que se instalou nas universidades motivada por denúncias contra professores acusados de propagar “doutrina comunista”, lançaram sombras na esfera pública brasileira. Essa repressão das liberdades individuais no período do regime militar praticamente isolou a Igreja Católica como única instituição porta-voz dos Direitos Humanos no Brasil.

A Igreja que mantivera linha de ação conservadora passa, ao menos em algumas dioceses e entre determinados movimentos de base, a adotar uma postura progressista, mais enérgica na denúncia contra os abusos do governo autoritário. Essa postura militante a caracterizará nos anos de 1970, já sob a direção e inspiração dos prelados progressistas como Dom Aluísio Lorscheider e Dom Paulo Evaristo Arns.

A Igreja Católica publicou dois documentos dirigindo duras críticas ao regime militar, entre eles o Documento de Brodóski⁴¹, em 1972, registrando e condenando a tortura no país.

Assim, atravessam-se as memórias individuais do padre, enquanto membro da Igreja Católica, bem como da própria instituição e da conjuntura a qual o Brasil atravessava durante o regime militar.

Memórias e projetos individuais e institucionais estão sempre entrelaçados.

⁴⁰ Fomentada pelo partido PC do B ala radical do Partido Comunista do Brasil (PCB), tinham como inspiração as Revolução socialista de Cuba e comunista da China.

⁴¹ Documento de Brodóski de 8 de junho de 1972 – Comissão Episcopal Regional Sul-1 da CNBB realizado na cidade de Brodóski entre os dias 6 a 8 de junho de 1982.

Assim, a militância de Ricardo Rezende, durante os anos em que trabalhou na CPT, a favor dos trabalhadores rurais e contra a violação dos direitos humanos, se cruza e se choca com a violência e a falta de liberdade gerada pelos latifúndios paraenses. Também é possível entrecruzar as trajetórias do padre com as dos camponeses, vítimas de condições de trabalho análogo à escravidão. Trabalho este encontrado por ele, no Sul do Pará, no final da década de 1970, como veremos em maiores detalhes em capítulos seguintes.

1.3 **OUTSIDER DE SI MESMO**

Ao nos apropriarmos, neste trabalho, da expressão “*outsider* de si mesmo” cunhada pelo próprio Ricardo em seu Memorial, devemos levar em consideração que se trata aqui de uma referência expressa a Norbert Elias, sociólogo alemão, cuja obra exerceu grande influência em Rezende. Influência observada principalmente no livro *Pisando fora da própria sombra – A escravidão por dívida no Brasil*, que se dedica àquela questão e à migração de trabalhadores rurais em nosso país.

Além de utilizar a expressão “*outsider*” em sua tese de doutorado, Rezende Figueira também descreverá o choque cultural que sofreu, ele mesmo, ao chegar a Conceição do Araguaia e a Rio Maria, utilizando para si a ideia de *outsider*. A ideia é a de frisar desencontros e reencontro consigo mesmo, ziguezague existencial pautado por seu renascimento para a vida eclesial. Em trechos do seu Memorial e do seu diário, ele deixa nítido que também se sente um migrante assim como seus objetos de estudo: o trabalhador rural.

Para entender uma das maiores indagações de Ricardo contida na frase “Por que Migrar?”, reiteradamente colocada em sua obra, é preciso que se tenha clara noção do termo *outsider* de Elias⁴², a fim de compreender uma das faces da condição análoga à escravidão: a percepção do imigrante e do antigo morador das áreas em que ela ocorre.

Durante três anos, Norbert Elias e seu colega de faculdade John Scotson passaram a pesquisar as relações de poder e sua influência no índice de violência num pequeno distrito londrino da periferia, o qual deram o nome fictício de “Winston Parva”.

Como critério metodológico da pesquisa, os historiadores dividiram os moradores em duas categorias: moradores mais antigos e moradores novos, recém-chegados. Aos antigos chamaram-lhes “estabelecidos” e aos novos moradores chamaram-nos de “*outsiders*”⁴³. Os moradores mais antigos, segundo Elias:

⁴² ELIAS, Norbert, & SCOTSON, John L.. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000

⁴³ Pode-se traduzir *outsider* como forasteiro.

“(...) o grupo estabelecido cerrava fileiras contra eles e os estigmatizava, de maneira geral, como pessoas de menor valor humano. Considerava-se que lhes faltava a virtude humana superior — o carisma grupal distintivo — que o grupo dominante atribuía a si mesmo”.⁴⁴

Dessa forma, os *outsiders* eram estigmatizados e inferiorizados pelo grupo dos estabelecidos, embora possuíssem a mesma classe social, raça, cor ou *status* econômico, ainda que em minoria.

A diferença fundamental era uma simbologia de poder e sua maior ou menor legitimidade decorria do tempo de permanência de cada grupo naquele lugar. Uma das mais negativas constatações de Elias foi à de que os “próprios recém-chegados, depois de algum tempo, pareciam aceitar, com uma espécie de resignação e perplexidade, a ideia de pertencerem a um grupo de menor virtude e respeitabilidade (...)”⁴⁵. Eram considerados sempre estranhos para os estabelecidos. Seriam sempre estrangeiros, ainda que na sua própria terra.

A partir da publicação da noção de “estrangeiro em sua própria terra” exposta por Elias, os olhares desviaram-se de sua obra para o próprio sociólogo. Elias era de origem judia, tendo vivido na Alemanha da década de 1930 onde:

“A rápida transformação do antissemitismo em política de Estado teve o efeito de abortar sua promissora carreira universitária, o que, sem dúvida, deve ter influenciado na sua rápida decisão de abandonar a Alemanha. Os seus pais, como muitos outros judeus alemães, demoraram bem mais a perceber que nas relações entre ambos os termos (judeu e alemão) havia se produzido uma alteração que tornava possível o extermínio. O último encontro de Elias com seus pais ocorreu em 1938, em Londres. Hermann Elias morreu em Breslau em 1940; sua mãe, Sophie, foi assassinada em Auschwitz, em 1941”.⁴⁶

Elias conseguiu refugiar-se na França, viveu miseravelmente em Londres até tornar-se catedrático da Universidade de Leicester. Morreu no ano de 1990, em Amsterdã, Holanda. Assim como seus personagens da fictícia Parva, ele próprio foi um *outsider* em sua própria história.

Ricardo também se apresenta como um *outsider*. A partir dessa perspectiva vamos perceber que a identificação de Ricardo com a vida e obra de Norbert Elias vai além do interesse acadêmico, tornando-se crucial a questão do deslocamento presente em toda a sua vida: “pude observar que fui migrante em muitos sentidos e me senti interpelado pelas distâncias, estranhamentos, e pelos momentos de

44 ELIAS, Nobert. op. cit, p.19

45 idem, p.20

46 NEIBURG, Federico, Apresentação à edição brasileira, ibidem, p.10.

outsider que conheci e talvez por um certo desenraizamento a que fui submetido”⁴⁷, como ele mesmo expõe.

Ao redigir seu Memorial, ele afirma: “refleti sobre minhas raízes culturais, geográficas e religiosas e dos meus deslocamentos em relação a elas”⁴⁸.

Explorando este ponto, pode-se tomar como raízes culturais aquelas deixadas na infância em Carangola, cidadezinha rural em Minas Gerais até a entrada no seminário jesuítico aos 11 anos em Juiz de Fora.

Os estudos católicos indicaram o início de uma vida onde ciência e fé andariam juntas. Ricardo, ainda era um jovem imberbe quando assumiu o compromisso com seu Deus, deixando pra trás o convívio da família para viver uma vida dedicada à fé no Seminário.

Num segundo momento, suas raízes geográficas podem significar deslocamentos espaciais. Já em Juiz de Fora, durante a época da Universidade, trabalhou na Ação Católica e cursava Filosofia e Mitologia quando foi convidado por uma entidade ecumênica da França para um encontro inter-religioso de jovens⁴⁹.

Ricardo empreendeu então, em 1974, uma viagem por México, França, Espanha, Canadá, Guatemala, Honduras, Costa Rica, Panamá e El Salvador. Vários dos jovens cristãos que ele encontra pelo caminho estavam se organizando contra governos ditatoriais em seus países, inclusive alguns pegando em armas e juntando-se às guerrilhas regionais. O sentimento de identidade latino-americana era reforçado durante esses encontros, segundo Ricardo “Foi uma oportunidade para me sentir mais latino-americano, aprender a olhar o pulsar dessa terra, através de dezenas de movimentos sociais que sobreviviam apesar da repressão que imperava”.⁵⁰

Esse sentimento foi fortemente influenciado pela publicação, em 1971, do livro do jornalista uruguaio Eduardo Galeano, intitulado *As Veias Abertas da América Latina*, que denunciava a exploração do povo latino-americano desde os tempos de

⁴⁷ FIGUEIRA, Ricardo.; Abertura. In: *Memorial*, op. cit., p.3

⁴⁸ Idem.

⁴⁹ Esse encontros anuais eram inspirados na Comunidade ecumênica de Taizé, na França e tinham como principal objetivo discutir as convergências das diversas religiões no chamado Concílio de Jovens.

⁵⁰ FIGUEIRA, Ricardo R. I.Minas in *Memorial*, op.cit., p. 5

colonização até a era do capitalismo estadunidense.

Em seu retorno ao Brasil, após seis meses de viagem, Ricardo já não se sentia mais somente brasileiro. É ele que afirma: “Retornei ao Brasil, no princípio de 1975. Vinha do Canadá onde fazia menos 40º e desci no aeroporto do Rio de Janeiro no calor do carnaval. Não era mais o mesmo. Eu me sentia latino-americano.”⁵¹

A partir da sua compreensão como um *outsider* de si mesmo, Ricardo pode então comparar os *outsiders* descritos por Elias e Scotson aos trabalhadores rurais vítimas de aliciamento no Sul do Pará, foco principal do seu trabalho durante toda a vida.

Nos locais de pesquisa descritos no seu Livro *Pisando Fora da Própria Sombra*, a exemplo do município de Barras, no Piauí e dos municípios do Pará e noroeste do Mato Grosso, ele sempre fazia a Pergunta “Por que Partir?” e logo em seguida explica:

“A pessoa, sendo atraída por algum motivo, empreende pela primeira vez uma viagem para além da fronteira do município onde nasceu ou empreende várias viagens; é tangida pela esperança de superar uma situação de penúria e fome, busca uma forma de “enricar”, foge de um problema criminal ou afetivo, manifesta a virilidade ou o companheirismo, deseja ser o provedor doméstico, vive uma aventura em terras estranhas”.⁵²

Num primeiro momento, as motivações do deslocamento de camponeses para um local desconhecido, parecem apenas ter razões de foro íntimo. Num segundo momento, contudo, Ricardo observa que a migração acontece por motivos maiores e alheios à vontade dos trabalhadores rurais:

“Não se emigra apenas porque se quer, mas também porque se é obrigado (...) pela ação de atos e fatos imprevistos, como a seca, e programados, como as decisões de uma política traçada pelos governos militares e civis, tanto em relação ao Nordeste quanto ao Norte e Centro-Oeste do Brasil”.⁵³

Assim, Ricardo pôde observar que os trabalhadores rurais eram obrigados, em última instância, a migrar por uma questão de sobrevivência devido a total miséria em que viviam⁵⁴.

⁵¹ FIGUEIRA, Ricardo, I.Minas in *Memorial*, op. cit, p.5

⁵² FIGUEIRA, Ricardo Rezende – Emigrar e Imigrar : 2.Os Migrantes in *Pisando Fora da Própria Sombra*, op. cit., p. 113.

⁵³ Idem, p. 101-2.

⁵⁴ Segundo dados da ANPEC – Associação Nacional de Pós-Graduação em Economia, o estado do Pará possuía a menor renda per capita do país, em 2001.

Havia, entre os depoimentos, uma corrente uníssona que mostrava a falta de perspectiva de melhoria das condições de vida em suas localidades de origem. Seja pela falta de empregos ou pela falta de condições de cultivar suas terras, ou ainda, pela falta de propriedade rural, por menor que ela viesse a ser, fruto de políticas agrárias fracassadas. Também migravam por causa das promessas de bons ganhos feitas pelos aliciadores de mão-de-obra.

Entre as vítimas do trabalho escravo, questão central do trabalho de Ricardo, muitos trabalhadores rurais tinham consciência dos riscos da empreitada, mas justificavam a sua saída:

“A necessidade dele é que está obrigando ele a sair. A gente, tudo pobre, não tem como sobreviver, nem dar ao filho, não é? (...) Porque nós sabemos que os outros estão lá, estão adoecendo de malária, estão comendo comidas estragadas, ficam sem almoçar. (...) Mas o que eu posso fazer? O nosso país não oferece oportunidades para que nós vivamos aqui”.⁵⁵

Seja qual for à razão para migrar, ela geralmente representa uma espécie de fuga do presente em busca de melhoria das condições de vida. Essa melhoria constitui-se em um forte apelo para estas pessoas. Ainda que corram o risco de sofrer com a violência, a escravidão e mesmo com a ameaça de vida no local da chegada.

Quando analisa os migrantes já estabelecidos na região do Araguaia, Ricardo os divide em “duas” gerações assim como fez Nibert Elias.

A primeira geração era representada, basicamente, por fazendeiros de uma mesma família – Maranhão Lima. Ocupavam aquela região desde a época da extração do látex⁵⁶. Mantinham-se no poder através de mandatos municipais até meados dos anos de 1970. Eram donos de grandes extensões de terras recorrentes na utilização de mão-de-obra escrava da “peonagem” vinda de outros estados e de indígenas.

A segunda geração de estabelecidos chegou à região a partir de 1970, com o governo militar, quando foi criada a SUDAM – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia. Por meio de incentivos fiscais, grandes grupos econômicos ocuparam grandes proporções de terra, incentivando o desenvolvimento daquela região.

⁵⁵ Idem, op. cit., p.114.

⁵⁶ O Látex produzido naquela região vinha da extração de uma árvore amazônica chamada caucho. Também utilizado para fabricar borracha, embora seu látex não apresentasse as mesmas qualidades do produzido pela seringueira.

Esse último grupo era uma espécie de *outsider* para os proprietários da primeira geração, estabelecidos antes da década de 1970. Representavam de certa forma a modernidade do país, defendendo o saneamento básico com banheiros e casas de alvenaria (ao invés de pau-a-pique), ruas largas, etc.

A respeito dos trabalhadores rurais que vinham, sobretudo dos estados do Piauí, Maranhão e Mato Grosso, estes “eram duplamente *outsiders*: em relação aos antigos e aos novos moradores. Não se achavam em casa nem com um nem com outro”⁵⁷ explica Ricardo.

Em depoimento colhido em Barras, no Piauí, Ricardo pôde perceber a consciência de inferioridade do migrante, o fato de não ter dinheiro sequer para se sustentar seria motivo para se colocar em posição inferior aos estabelecidos: “mas o verme, seu Raimundo, o verme deles é o mesmo verme do outro também que nada tem. O verme é o não ter.”⁵⁸ Sentimento de inferioridade, portanto determinado pela situação de extrema miséria no qual o migrante se encontrava.

Em documento publicado pela OIT, 92% dos trabalhadores do Pará eram migrantes em 1999 e, portanto mais facilmente controlados pelos prepostos das fazendas. Segundo Moses Finley, o escravo é geralmente o estrangeiro, o estranho, o *outsider* e “o escravo estaria fadado a ser sempre um estrangeiro, tenha nascido aqui ou alhures.”⁵⁹

Em outras palavras, a identificação de Ricardo com seu objeto de estudo é visível. Tanto ele como os trabalhadores rurais vítimas de aliciamento para trabalho em condição análoga à escravidão são *outsiders*.

O nosso personagem é, portanto, um migrante na busca de sua identidade. De estudante no pequeno município de Carangola para a identidade de sacerdote militante contra o trabalho escravo no interior do estado do Pará, no “canto da terra” como ele mesmo denomina o local em que viveu 20 anos. Os trabalhadores rurais, por sua vez, são migrantes de outros estados brasileiros, vítimas de políticas

⁵⁷ FIGUEIRA, R.R., Emigrar e Imigrar in *Pisando Fora da Própria Sombra – A escravidão por dívida no Brasil*, op. cit, 2004. p.111

⁵⁸ “Maria Branca” (trabalhadora rural) apud FIGUEIRA, op.cit.. p.114

⁵⁹ FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. *A Reconstrução de Famílias Escravas: Parentesco e Família entre os cativos de Manoel de Aguiar.(1872)*. Trabalho apresentado no II Congreso de la Asociación Latinoamericana de Población, realizado em Guadalajara, México, de 3 a 5 de setembro de 2006.

agrárias fracassadas ou inexistentes.

Em ambos os casos, os migrantes partem de sua terra porque são obrigados⁶⁰, como conclui Ricardo Rezende. Ele, obrigado por uma concepção pessoal de mudar o cotidiano de violência e escravidão de camponeses a partir de uma prática de fé libertadora. De outro lado os trabalhadores rurais, obrigados a sair de seus locais de origem em busca de condições mínimas de sobrevivência e dignidade. Todos tiveram suas memórias cruzadas no Pará e lutam para mudar sua condição de *outsiders* para estabelecidos.

⁶⁰ FIGUEIRA, R.R, *ibidem*.

1.4 DIÁRIOS DE CONVERSÃO

“Me tornei padre por livre e espontânea vontade”⁶¹.

Numa tarde de inverno de 1980, teve início o ritual católico de ordenação sacerdotal de Ricardo Rezende Figueira, na Igreja da Matriz da cidade Conceição do Araguaia. Seus pais e irmãos estavam presentes. Seu Isauro chorava, sua mãe mantinha-se calma. Também estavam presentes o amigo João Canuto, a irmã Dorothy Stang e grande parte dos trabalhadores rurais daquela região.

Aos 28 anos, o processo de conversão religiosa de Ricardo complexificava-se, ainda que tenha sido educado prioritariamente em colégios religiosos.

Para entender o sentido da conversão de Ricardo Rezende é necessário, antes, analisar seu significado religioso no Cristianismo. A palavra conversão, por si só, significa convergir, mudar de direção. É uma metanóia, uma mudança de atitude por meio de um trabalho contínuo de reformulação (tanto espiritual, bem como intelectual) de evolução de caráter, de valores e de sentido dado à condução da vida. Um dos primeiros teólogos do cristianismo, santo Agostinho, no século V, expôs em belas palavras sua experiência de conversão:

“Quando, por uma análise profunda, arranquei o mais íntimo toda a minha miséria e a reuni perante a vista do meu coração, levantou-se enorme tempestade que arrastou consigo uma chuva torrencial de lágrimas”⁶².

Ao se referir “a toda a minha miséria”, Agostinho se reportava aos anos de juventude, período vivido fora dos ensinamentos cristãos como queria sua mãe, Mônica, posteriormente canonizada pela Igreja. Agostinho converte-se anos mais tarde, já em idade madura, tornando-se um dos maiores pilares do pensamento cristão ocidental. Segundo Charles Taylor, em seu estudo sobre construção da identidade moderna, Santo Agostinho “muda o foco do campo dos objetos conhecidos para a própria atividade de conhecer”⁶³, chamando a atenção para a

⁶¹ FIGUEIRA, Ricardo R., IBASE, op. cit.33

⁶² AGOSTINHO DE HIPONA. A Conversão. In: *Confissões*. Trad. J. Oliveira Santos e A. Ambrósio de Pina. São Paulo: Nova Cultural, 1999. p.222.

⁶³ TAYLOR, Charles. Interioridade. In: *As fontes do Self: A construção da Identidade Moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 2005. p.172

prática reflexiva ou ato consciente de interiorização.

No caso deste estudo, nosso personagem não vivenciou uma conversão propriamente dita, já que sempre viveu dentro da conduta cristã, recebendo educação religiosa desde menino e participando de movimentos leigos cristãos na juventude. O que pode ser observado em relação a Ricardo Rezende é a confirmação definitiva da opção pela vida eclesiástica, quando decide ordenar-se padre em *Rio Maria*.

O hábito de escrever sobre si é um costume antigo e permite ao seu autor o exercício da autorreflexão de suas condutas diárias. É através dessa escrita que o autor fará uma análise autobiográfica expondo o seu mais íntimo.

Em duas obras escritas por Ricardo em épocas distintas de sua vida, tanto o livro/diário *Rio Maria* como o Memorial acadêmico entregue à banca de doutorado da UFRJ, podemos ver que, em certos trechos, já havia claros indícios de autorreflexão biográfica. Essa autorreflexão é importante também para avaliar constantemente seu pacto de luta pelas questões rurais através da fé que assumiria com a ordenação.

O comprometimento de agir de uma determinada maneira ficou explicitado na pergunta de Ricardo durante uma missa dominical celebrada por ele em 1990, “Até que ponto, cooperei, de alguma forma, sendo omisso, conivente?”⁶⁴ Embora essa pergunta tivesse sido feita ao público, de certa forma também significava uma reflexão e uma autoafirmação do seu compromisso com os humildes.

Dentro do universo da fé, a prática autobiográfica significa um “olhar para dentro” do eu na busca incessante por Deus. Essa atitude é conhecida, na tradição católica, como *Confessio*. Esta marca o aprofundamento da busca interior, identificando e descartando o que é ruim para se chegar àquilo que os fiéis definem como “transparência da alma”.

Por intermédio da *Confessio*, segundo a lógica cristã, é possível obter a consciência de si mesmo ou a formação do “*self*”. Charles Taylor definiu essa experiência como próxima à formação de uma identidade racional baseada em preceitos morais. Logo, “o domínio do *self* por meio da razão produz esses três

⁶⁴ FIGUEIRA, Ricardo. *Rio Maria*, op. cit., p. 207

frutos: unidade consigo mesmo, calma, e posse serena de si próprio”⁶⁵. Ricardo Rezende, ao se ordenar, já possuía o autodomínio descrito por Taylor e a consciência do seu papel dentro daquela sociedade paraense e do papel que representava.

A conversão também pressupõe escolhas. O aprofundamento da opção religiosa de Ricardo envolveu muitas escolhas a começar pela vida sacerdotal. A descrição de sua cerimônia de ordenação, registrada no livro *Rio Maria*, é rica em elementos que justifiquem sua opção pelo sacerdócio como lembra o autor “A cerimônia religiosa tem início. (...) do lado esquerdo a imagem da padroeira e uma foto em preto-e-branco, ampliada, do rosto de Gringo, sindicalista e agente de pastoral, assassinado poucos dias antes”.⁶⁶

Sob a ótica de Ricardo Rezende, a escolha pela vida religiosa, também significa uma escolha pelo social. Engajar-se na luta pela transformação das condições desumanas de vida e trabalho a que são submetidos os trabalhadores rurais e suas famílias.

Para melhor entender a opção de Ricardo Rezende, associando escolha individual de fé e militância pública, há que se compreender o momento que a Igreja Católica atravessa na América Latina nos anos de 1960 e 1970.

Contrariando todas as expectativas, o Papa Roncalli, que adotou o nome de João XXIII, inicialmente elegeu para cardeais um negro, um filipino e um japonês, rompendo com a tradição europeia da composição de cardeais. João XXIII iniciou contatos com religiosos anglicanos, protestantes e ortodoxos – inclusive o suíço Roger Schulz, da Comunidade Ecumênica de Taizé, inspiração de Ricardo Rezende durante a juventude. Assim, o papa inaugurava uma fase de abertura na Igreja Católica, inclusive aproximando-se de altos dignitários da União Soviética, oficialmente afastada do cristianismo desde a revolução socialista de 1917.

Entre 1961 e 1963, o Papa publicou, respectivamente, duas encíclicas chamadas “Mater et Magistra”⁶⁷ e “Pacem in terris”⁶⁸. Ambas advertiam que o desenvolvimento

⁶⁵ TAYLOR, Charles, op. cit., p.156

⁶⁶ FIGUEIRA, Ricardo. *Rio Maria*. op.cit., p.25.

⁶⁷ Mater et Magistar. Carta Encíclica de João XXIII: Evolução da Questão Social à Luz da Doutrina Cristã (1961). Vaticano. Disponível em

econômico deveria vir acompanhado de justiça social. O acesso às condições mínimas de dignidade deveria, dizia o pontífice, ser direito garantido pelo Estado à sua população.

Em 1959, o Papa convocou o Concílio do Vaticano II. Bispos do mundo inteiro se reuniram para definir a inserção da Igreja no mundo moderno. Estavam presentes bispos de correntes de pensamento conservadoras, ligados à teologia mais tradicional da Igreja Católica e, progressistas, bispos mais identificados com o diálogo com a cultura contemporânea, sem ceder ao conservadorismo eclesiástico do primeiro grupo. Entre os brasileiros, a tendência ao conservadorismo logo foi dando espaço à releitura teológica mais aberta. João Batista Libânio, jesuíta e teólogo brasileiro, definiu que o encontro :

“Soube captar o espírito livre e aberto de João XXIII em relação ao mundo externo e ao diálogo ecumênico, sem ficar preso às suas posições teológicas morais. E por sua vez, foram assimiladas pelo Concílio, nos seus três anos de duração, as novidades teológicas por força do diálogo tão incentivado por João XXIII com esse mundo e as outras religiões.”⁶⁹

O papa João XXIII faleceu durante o Concílio do Vaticano II e foi substituído por Paulo VI, que deu continuidade às propostas de seu antecessor. Numa visão geral, o encontro permitiu que a Igreja operasse seu *aggiornamento*, aproximando-se da sociedade e do homem do século XX.

Após o Concílio Vaticano II, encerrado em 1965, foi realizado em Medellín, na Colômbia, a 2ª. Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano em 1968, reunindo os prelados católicos do continente. Tratava-se, então, de debater a aplicação, no continente latino americano, da mensagem e diretrizes do Concílio Vaticano II.

Anos antes, em 1954, jovens brasileiros integrantes da JUC, já se antecipavam às mudanças. Entre outros pontos, eles advogavam a existência do pecado social, deslocando o discurso religioso do universo privado em direção às estruturas societárias coletivas. Segundo estes jovens, a religião cristã deveria ser

http://www.vatican.va/holy_father/john_xxiii/encyclicals.html . Consulta realizada em 26/06/10 às 5:43.

⁶⁸ *Pacem In Terris*. Encyclical of Pope John XXIII on Establishing Universal Peace in Truth, Justice, Charity, and Liberty (1963) Vaticano. Disponível em

http://www.vatican.va/holy_father/john_xxiii/encyclicals.html . Consulta realizada em 26/06/10 às 5:48.

⁶⁹ LIBÂNIO, João B. O Concílio Vaticano II In: *Igreja Contemporânea: Encontro com a modernidade*, São Paulo: Ed. Loyola, 2000. p. 69

praticada além da dimensão individual de cada fiel.

Essa forma de pensar a prática cristã no Brasil foi definitivamente marcada pelas ideias vindas da França. Michel Lowy sustenta que a presença de missionários franceses no Brasil e de seminaristas brasileiros nos grandes centros católicos na França (como, p. ex., S. Maximin e o Saulchoir) garantiu importante circulação de ideias progressistas entre os dois países”.⁷⁰.

Seguindo a corrente de teólogos franceses inspirados pelo Padre Lebret, a juventude leiga católica no Brasil via a sociedade como fonte de pecado pois ela deixava a miséria se instaurar. O capitalismo, de acordo com essa interpretação, foi visto como propulsor de vários pecados sociais. A religião deveria ser encarada como instrumento de mudança, de libertação da opressão, condenando, de toda a forma, o uso da violência.

Essas leituras lançaram as sementes da Teologia da Libertação, que exigia uma postura cristã contributiva para mudança das injustiças sociais através da fé. Ela foi inicialmente proposta pelo padre peruano Gustavo Gutiérrez, no texto “*Teología de la Liberación-perspectivas*”⁷¹, em 1971, aproximando a Bíblia da realidade dos oprimidos, comparando o seu sofrimento ao do próprio Jesus Cristo conforme descrito no Livro de Isaías⁷². No Brasil, o então frade franciscano Leonardo Boff adere à mesma linha de reflexão (e ação) com a publicação de “Jesus Cristo Libertador”, em 1972.

A Teologia da Libertação, antes de tudo, como explicam os irmãos Leonardo e Clodovis Boff, propunha “a opção profética e solidária com a vida, a causa e as lutas destes milhões de humilhados e ofendidos em vista da superação desta iniquidade histórico-social”⁷³. O oprimido fazia-se, pois, a imagem e semelhança de Cristo Sofredor seguindo a lógica do Novo Testamento. O pobre, não era mais visto numa perspectiva individual, mas na coletividade, marginalizados do sistema produtivo.

⁷⁰ LOWY, Michael. Pós-fácio: O vermelho e o negro: A contribuição da cultura católica francesa para a gênese do cristianismo no Brasil. In: *A guerra dos Deuses: religião e Política na América Latina*. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 239.

⁷¹ GUTIÉRREZ, Gustavo. *Teología de la liberación-perspectivas*. Lima: Centro de Estudios y Publicaciones, 1971

⁷² BIBLIA. Português. *Bíblia sagrada*. Tradução: Centro Bíblico Católico. 34. ed rev. São Paulo: Ave Maria, 1982. Livro de Isaías, Cap.53:1-12

⁷³ BOFF, Clodovis; BOFF, Leonardo. *Como Fazer Teologia da Libertação*. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 14

Ricardo Rezende teve a vida fortemente influenciada por esses movimentos dentro da Igreja Católica. Ex-seminarista, aos 21 anos empreendeu, como já foi dito, uma viagem pela América Latina e Paris, para a participação de encontros ecumênicos, baseados na proposta do luterano Roger Schulz, fundador da primeira entidade ecumênica no sul da França, na província de Taizé.

Em sua viagem pela América Latina, Ricardo manteve um contato mais íntimo com a reinterpretação do fenômeno de exclusão social proposta pela Teologia da Libertação e com os postulados daí decorrentes, firmando-se, nele, a gênese de fé exigente, progressista e mobilizadora em prol dos empobrecidos.

Juntamente com outros jovens engajados na militância católica, Ricardo mantinha “a ideia de criar uma comunidade de fé, com homens e mulheres morando na mesma casa(...). Mesmo padres e freiras moravam na mesma casa e, o que era importante, havia um ambiente de inserção no movimento social”⁷⁴, aponta ele em seu Memorial.

De fato, anos mais tarde, Ricardo poria essa ideia em prática. Ao chegar a Rio Maria, Pará, ele moraria com padres, freiras e leigos cristãos em casas paroquiais e trabalharia em movimentos de base e pastorais.

Durante o tempo que esteve em El Salvador, participou de encontros com Hugo Assmann, teólogo brasileiro que em 1973 publicou “*Teología desde la praxis de la Libertacion*”. Através desse encontro, Ricardo Rezende já definia sua opção individual pelos pobres, explica: “Eu também bebia dessa fonte e encontrava argumentos teológicos e científicos que justificavam minha indignação e desejo de contribuir com mudanças no país”⁷⁵.

A sua opção teológica iria corresponder, poucos anos mais tarde, ao seu estabelecimento, no Sul do Pará. Em 1977, após o fim das faculdades, Ricardo, a convite de amigos, empreendeu uma viagem de ônibus a Conceição do Araguaia onde permaneceria os próximos 20 anos de sua vida. Ali encontraria todas as mazelas de um Brasil esquecido pelos grandes centros, onde o assassinato de trabalhadores rurais na luta pela terra era um fato do cotidiano.

A partir desta realidade violenta, é possível fazer mais um contraponto na

⁷⁴ FIGUEIRA, Ricardo. *IBASE*, op. cit., p.33

⁷⁵ .Memorial, op. cit., p.2

biografia de Ricardo Rezende Figueira. A revelação desse Brasil da “pistolagem”, fenômeno pouco debatido na sociedade nacional, mostra-se verdadeiro desafio ao homem de fé. O teólogo jesuíta Karl Rheiner, em seus estudos, aponta como a revelação de fé para os religiosos pode ser percebida a partir da conjuntura em que se vive:

Para el cristiano, por lo tanto, es fundamental la convicción de que Dios – además de revelarse en la creación y poder ser encontrado a partir y a través de la naturaleza - también se reveló y se revela en la historia y sus dinamismos⁷⁶.

A propósito da atuação do cristão na História, cabe recordar o Movimento Educacional de Base (MEB). O MEB foi um dos caminhos de atuação leiga da Igreja Católica no país e fundamental para a transformação de realidades locais. Criado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em 1961, tinha como objetivo ministrar educação de base às populações das áreas subdesenvolvidas do Norte, Nordeste e Centro-Oeste do País, através de programas radiofônicos especiais.

Sobre tal experiência, lembra Ricardo Rezende:

“Fui admitido, como supervisor do MEB [logo ao chegar] em maio de 1977. O MEB era composto por um motorista e três supervisores da própria região; uma supervisora baiana, cuja família morava na cidade havia alguns anos; uma paulista, Inês, chegada mais recentemente e a coordenadora, Heloisa Schmidt. Heloisa chegara no ano anterior. Mineira, ela se graduou em filosofia em Juiz de Fora como eu, e éramos amigos havia alguns anos.”⁷⁷

A rede de ensino público de Conceição do Araguaia mantinha classes de aula até o terceiro ano primário. Era tangente a necessidade de educar a população para a conscientização de seus direitos. Desta maneira, os agentes do MEB local começaram a desenvolver cartilhas baseadas nos programas de Paulo Freire, principalmente no livro “*Pedagogia do Oprimido*”.

No fundo, aquela obra era uma proposta pedagógica de libertação, respeitando as condições do estudante e adaptando processos educacionais ao seu conhecimento de mundo e incentivando o aluno na construção de efetiva

⁷⁶ K. RAHNER, Curso fundamental da fé, op. cit., 5ª seção, *História da Salvação e da Revelação*, pp. 171-206 apud BERMWINGER, Maria Clara. *LA FE: OTRA MIRADA PARA LEER LA HISTORIA: Mons. Romero: una clave de lectura testimonial*. Niterói: Mimeo, 20 de abril de 2010.

“Para o cristão, portanto, é fundamental a convicção de que Deus -além de revelar-se na criação e poder ser encontrado a partir e através da natureza – também se revela na história e sua dinâmica.”

⁷⁷ FIGUEIRA, Ricardo. *Memorial*, op.cit., p.4

consciência crítica, visando contribuir e modificar a realidade em que se vivia.

Ricardo Rezende Figueira manteve um programa educacional na rádio local da Prelazia de Conceição do Araguaia, dirigida aos trabalhadores rurais. Ele explica:

“Nosso trabalho desenvolvia, na esfera da educação formal, cursos de profissionalização – eletricidade, corte, costura e marcenaria para jovens e adultos, e um curso supletivo – o “Curso Supletivo Dinâmico” do primeiro grau para o mesmo público. Inspirados no método educacional de Paulo Freire e querendo estabelecer uma interessante e produtiva interação entre educador e educação, nós elaboramos um material pedagógico – o Araguaia 1 e o Araguaia 2 – com as disciplinas exigidas pelo Ministério da Educação e da Cultura, voltado para a realidade local e paraense, com sua mata e rios, fauna e flora, minério e população.”⁷⁸

Ainda no mesmo ano de 1977, entretanto, a peça fundamental para definir o caminho que culminaria no pedido de ordenação sacerdotal de Ricardo Rezende chegaria através do pedido do Frei Henrique Marques. O frei convidou o amigo Ricardo para ajudá-lo a organizar e administrar a Comissão Pastoral da Terra (CPT), criada há menos de dois anos naquela diocese.

A CPT foi criada em junho de 1975 após a Conferência da Regional Norte II a CNBB, que englobava as arquidioceses da região Norte e Nordeste. Os bispos progressistas da Igreja Católica estavam preocupados com a violação dos direitos humanos na região Amazônica e com as disputas violentas pela terra entre posseiros e grandes proprietários.

Os mentores da CPT, durante a Conferência concordavam “com a necessidade de assistência técnica e jurídica para ajudar a Igreja a defender os camponeses e índios”⁷⁹ explica o *brazilianist* Scott Mainwaring, no seu livro sobre o surgimento da Igreja Popular no Brasil no período pós 1964.

Dessa forma, por intermédio de padres e leigos, foi possível tomar a frente na luta em favor dos oprimidos no campo, nas palavras de Ricardo Rezende “seria o braço ecumênico e pastoral da Igreja no mundo rural como um espaço de celebração de fé, de leitura da Bíblia a partir dos pobres da terra”⁸⁰ dentro das diretrizes da teologia da Libertação.

Assim que entrou na CPT, Rezende Figueira tratou de iniciar um arquivo com toda a documentação relativa aos conflitos agrários de sua região. Documentos que

⁷⁸ Idem, p.4

⁷⁹ MAINWARING, Scott. *O surgimento da Igreja popular, 1964-1985* in Igreja católica e política no Brasil (1916/1985). São Paulo: Brasiliense, 1989. P. 110.

⁸⁰ FIGUEIRA, Ricardo. III. *A Comissão Pastoral da Terra* in Memorial, op. cit., p.

relatam as reclamações dos posseiros contra fazendeiros, que os expulsavam da terra. Este arquivo a princípio foi criado a partir de uma limitação de memória do próprio Ricardo. Em seguida ao perceber o quão perigosa era aquela região, Ricardo passou a colher provas e depoimentos mais minuciosos das denúncias que recebiam.

Mais uma vez a opção de Ricardo pelos pobres, ao atuar na CPT, ficou nítida “fiquei tão angustiado com o que via - trabalho escravo, violência contra os trabalhadores, queima de casas, expulsão das pessoas de suas casas”.⁸¹

Pela observação dos aspectos analisados, notamos que a conjuntura pela qual a Igreja Católica atravessou durante a segunda metade do sec. XX foi fundamental para determinar a trajetória de vida de Ricardo Rezende Figueira. O cruzamento da história de vida de Ricardo Rezende com a história da instituição a qual ele pertencia puderam ser observados nos aspectos elencados acima.

A partir da ótica da Teologia da Libertação, de compromisso com a transformação da realidade social por intermédio de uma releitura de fé associada à prática percebemos a motivação de Ricardo na militância contra a condição análoga a escravidão, em forma de livro, como acompanharemos nas páginas seguintes.

⁸¹ FIGUEIRA, Ricardo – IBASE, op. cit., p. 35.

Capítulo 2 – CANTO DA TERRA

2.2 RIO MARIA

“Onipotente Senhor, Nós aqui te ofertamos trabalho de lavrador.”⁸²

Esse capítulo se dedica à análise da obra *Rio Maria – Canto da Terra*, escrita pelo padre Ricardo Rezende Figueira. O estudo da principal obra de Ricardo, construída sob a forma de diário, terá como foco a trajetória de vida do autor no Sul paraense, local em que viveu quase duas décadas e a sua tentativa de transformação da realidade de violência que encontra no cotidiano local.

A partir da análise do livro, também discorreremos sobre a biografia deste defensor dos direitos humanos e sua atuação na denúncia das desigualdades, mortes, constrangimentos vividos pelos trabalhadores do campo, em sua luta pela posse da terra.

Logo no prefácio, Ricardo deixa explícito que o livro foi concebido, não só como um instrumento para denunciar as péssimas condições de vida dos trabalhadores rurais, que vivem em condição análoga a escravidão, mas a obra possui também com o objetivo de salvar vidas. Neste sentido, o próprio padre afirma: “(...) Como as condições de perigo se agravaram, aceitei a proposta de transformar as anotações em livro, um instrumento a mais para salvar vidas.”⁸³

Além do cotidiano paroquial de Ricardo, na cidadezinha de Rio Maria, o livro é construído em tom (necessário) de denúncia, preservando-se, inclusive, as descrições das crueldades, torturas e assassinatos dos trabalhadores rurais.

As assertivas demonstram a real intenção do autor: chamar a atenção do Brasil para os problemas do mundo rural e em especial para a mazela da escravidão contemporânea na área rural, em pleno século XX.

⁸² SOUZA, Expedito Ribeiro de *apud* FIGUEIRA, R. - *Rio Maria*, op. cit, p.27

⁸³ FIGUEIRA, R. – *Rio Maria*, op. cit, p. 20

Rio Maria - Canto da Terra foi originalmente publicado, em 1993, pela Editora Vozes. Já sua 2ª. edição foi veiculada pela Civilização Brasileira, em 2008. Ambas as edições mostram os conflitos latifundiários e denunciam a impunidade dos opressores: fazendeiros, políticos, funcionários públicos e magistrados. Assim, Ricardo diz que “boa parte dos títulos das propriedades se constituía em fruto de uma fraude com ou sem conivência de cartórios e de órgãos responsáveis pela regularização fundiária das propriedades”⁸⁴

Rio Maria- Canto da Terra é uma narrativa com a intenção de denunciar para salvar vidas, ou seja, chamar a atenção para os problemas sociais e econômicos vividos por trabalhadores rurais. Em nota à edição de 1992, Ricardo Rezende recebeu uma carta de José de Souza Martins, que enfatiza o cunho autobiográfico e de instrumento de denúncia do livro:

O livro é sem dúvida um documento importante, de primeira mão, sobre o limite da civilização que é chamada frente pioneira. Você deveria continuar escrevendo seu diário, para a publicação de novos volumes, verdadeiras reportagens retrospectivas sobre esse território vazio, que só por acaso, e às vezes nem por acaso, se transforma em notícia dos nossos jornais cada vez mais desinformados.⁸⁵

O momento pelo qual o país atravessava era extremamente oportuno para a publicação de um trabalho desta natureza. Em 1992, o Brasil sediou, na cidade do Rio de Janeiro, a ECO-92, Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), realizada entre 3 e 14 de junho daquele ano. O evento reuniu chefes de Estado de várias nações do mundo para discutirem questões ambientais e de desenvolvimento sustentável.

Imprensas nacional e estrangeira faziam a cobertura integral do evento, tornando propício o lançamento de uma obra que também tratava sobre desmatamento e ocupação ilegal na Amazônia.

Embora fosse a intenção de Ricardo tratar principalmente da escravidão por dívida, o diário também acaba por expor a questão ambiental em suas páginas. Portanto, além do desrespeito aos direitos humanos e ao princípio primário da liberdade, o livro denuncia também o desrespeito com o meio ambiente através de

84 Idem, p.18

85 Ibid.,p.20.

exemplos como a contaminação dos rios pelo mercúrio utilizado nos garimpos, o desmatamento e as queimadas da floresta para a criação de pastos.

Ricardo, a todo o instante, faz suas observações:

Por toda a parte o fogo cospe labaredas, devora as matas derrubadas, invade os pastos, mata animais, plantas, suja e envenena os igarapés, acabando com os peixes. O período das queimadas prossegue implacável, apesar dos discursos do governo. As grandes derrubadas e queimadas não são punidas pelo IBAMA, que tem poucos homens para o trabalho e ainda perde tempo multando os pequenos.⁸⁶

Além da questão ambiental, o livro apresenta narrativas de vidas, de memórias individuais e coletivas, através dos depoimentos que chegavam até ele na CPT. São relatos de trajetórias representativas do momento histórico brasileiro, sobretudo entre os anos de 1978 a 1992 - período de transição do regime político autoritário para o democrático no Brasil – e, logicamente o papel desempenhado pelo seu autor, como membro da Igreja Católica, na luta pelo combate à escravidão por dívida e a intervenção nos conflitos agrários.

Segundo Frei Betto: “Esta é uma leitura obrigatória a quem se interessa pelo Brasil real, pelo cotidiano da Amazônia, pelos conflitos fundiários e pela fé como fonte de perseverança dos pobres e dos marginalizados”⁸⁷.

Necessário frisar que o diário escrito pelo padre - com suas impressões pessoais sobre os conflitos da terra, o contexto social e toda descrição do ambiente local – tem por pano de fundo a própria história do município que dá nome ao livro. Percebe-se que durante toda a obra o padre discorre, não só sobre a geografia da cidade homônima, Rio Maria, mas, também sobre seus habitantes, as condições socioeconômicas e as relações de poder dentro da cidade. Por vezes, Ricardo vai além das fronteiras de Rio Maria e descreve a maior parte das cidades do sul paraense a exemplos de Conceição do Araguaia, Araguaína e Marabá.

Rio Maria, título da obra literária em análise, é também nome da cidade (homônima do rio que a atravessa) e lugar em que o padre autor viveu entre os anos de 1988 a 1996 exercendo atividades paroquiais e de luta pelos direitos humanos. A cidade de 17 mil habitantes à época da redação do livro em questão, situada no sul do estado do Pará, tem por atividade econômica principalmente as

⁸⁶ Ibid., p.320.

⁸⁷ BETTO, Frei - citação retirada da orelha do livro *Rio Maria, op. cit.*

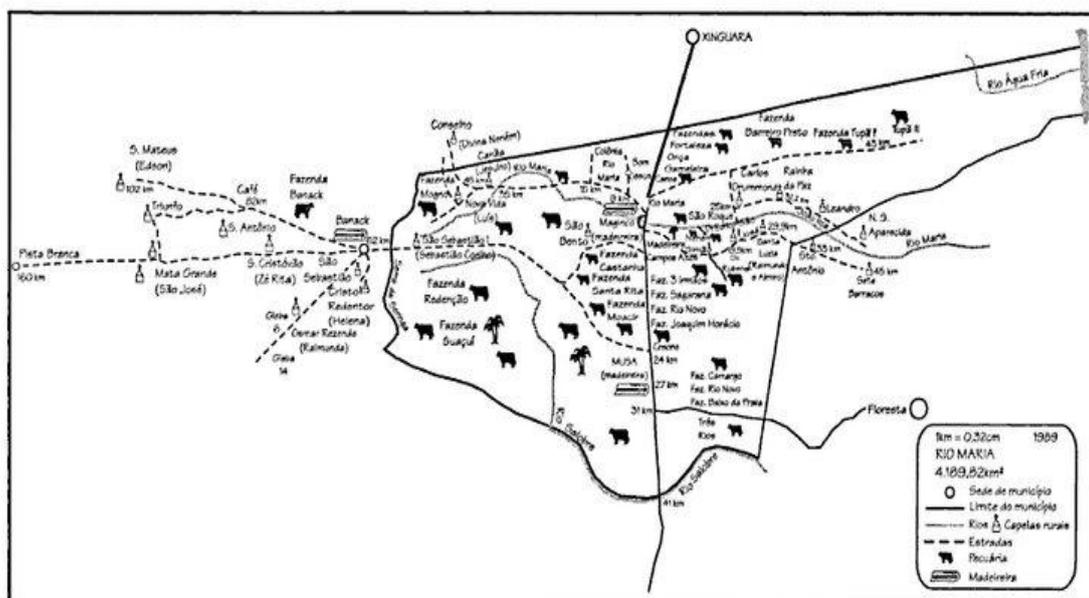
fazendas de gado (para o corte) e madeiras. Cenário, portanto que serviu de inspiração para a publicação do livro homônimo do padre Ricardo Rezende.

Logo nas páginas iniciais do livro, percebemos a presença de dois mapas desenvolvidos pelo autor. O primeiro é o mapa do Brasil, com as divisões dos Estados, onde está em destaque o Estado do Pará e o município de Rio Maria, no sudeste do mapa. Por intermédio dele podemos perceber a proximidade daquela cidadezinha com os Estados de Mato Grosso, Tocantins e Maranhão. Regiões que, de acordo com as estatísticas disponíveis, são as maiores responsáveis pelo aliciamento de trabalhadores pobres que vão tentar a sorte nas fazendas paraenses.

O município localiza-se no Sul do Pará, na área central do chamado “arco do desmatamento”. Trata-se de um cinturão imaginário que corresponde ao avanço desenfreado das derrubadas em direção à Floresta Amazônica ampliando a fronteira agrícola e da pecuária, principalmente nas suas bordas sul e leste.



Nas páginas seguintes somos contemplados com um novo mapa do município de Rio Maria (PA):



Fonte: FIGUEIRA, Ricardo. *Rio Maria*, op. cit., p. 23

Além do rio homônimo que corta a cidade, neste segundo mapa é possível perceber a predominância da pecuária na economia da cidade. Este tipo de atividade é responsável por 70% dos casos de escravidão no país.

Entre outros símbolos, também é notória a presença de madeireiras como segunda atividade econômica mais lucrativa na cidade. Boa parte do material – madeiras – vem da derrubada das matas para a abertura de espaço para a atividade pecuária. Portanto, indiretamente, podemos concluir que essa atividade econômica se beneficia da mão de obra escrava utilizada nas fazendas de gado. Da mesma forma também é responsável pelo desmatamento da Floresta Amazônica.

Há ainda no mapa uma significativa quantidade de capelas rurais, verdadeiros núcleos difusores das ações das comunidades eclesiais de base (CEBs) e da Comissão Pastoral da Terra (CPT), principal atividade de Ricardo dentro da Igreja.

Nas capelas rurais apontadas no mapa funcionavam as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) onde Ricardo ministrava o curso Fé e Política. As CEBs surgiram no fim da década de 1960, após o Concílio do Vaticano II. Inspiradas nos Movimentos de Educação de Base, as CEBs são comunidades ligadas à Igreja,

formadas por pessoas das camadas mais humildes da sociedade, geralmente de moradores de um mesmo local. Sua principal atividade é a realização de reuniões para a discussão dos ensinamentos contidos na Bíblia e o debate, com base na fé comum, dos problemas da vida cotidiana.

Característica marcante na construção da narrativa é o emprego recorrente da 1ª. pessoa. A princípio parece uma constatação óbvia por ser tratar de um diário. Também não é a intenção de ser tornar uma análise estritamente literária. No entanto é preciso entender a importância dessa construção em que o autor se coloca como narrador- observador e como narrador- personagem.

A primeira passagem do livro é bastante impressionante. Trata-se da descrição de ordenação do padre Ricardo em 1980 realizada em Conceição do Araguaia (PA): a Igreja enfeitada, os cânticos locais, as leituras bíblicas oportunas à situação rural. A liturgia religiosa é caracterizada pela simbologia: lá estão presentes uma enxada, chave de fenda, maracas, etc. Todos esses elementos são frutos da terra selando o compromisso religioso e social, unindo cotidiano e fé.

Entre os amigos presentes estavam a freira Dorothy Stang e os sindicalistas João Canuto e Expedito. Todos cruelmente assassinados, enquanto o livro era escrito e após seu lançamento.

A irmã Dorothy Stang foi o caso mais divulgado, por se tratar de uma cidadã americana morta em território brasileiro. Dorothy fazia parte da Comissão Pastoral da Terra, em Anapu (PA), e lutava pela reforma agrária e pelo respeito aos direitos dos trabalhadores rurais. Foi assassinada em 2006 com 6 tiros, sendo um na cabeça, caracterizando execução. Segundo testemunhas, segurava uma Bíblia nas mãos e dela leu alguns trechos antes de ser morta. Um dos fazendeiros da região acusados do crime foi inocentado pela Justiça Paraense.⁸⁸

João Canuto, lavrador, tornou-se presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Conceição do Araguaia, em 1982. Devido à forte influência que exercia entre os trabalhadores rurais, decidiu-se lançar candidato a Prefeito do Município de

⁸⁸ Portalglobo.com . Fazendeiro acusado pela morte de Dorothy Stang é absolvido. Disponível em <http://g1.globo.com/Noticias/Brasil/0,,MUL455706-5598,00.html>. Consulta realizada em 27/07/2011 às 02:52.

Rio Maria, recém-criado. Perdeu as eleições de forma fraudulenta. Segundo Ricardo Rezende:

Em 1983, João Canuto participou da criação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais da cidade [Rio Maria] e se tornou seu primeiro presidente. Em virtude de sua combatividade, sofreu por diversos anos, ameaças de morte, que se intensificaram em 1985. Deu queixa na delegacia, falou com autoridades em Belém. Tudo inútil.⁸⁹

Em 18 de dezembro de 1985, João Canuto foi assassinado no caminho de casa. O sindicalista ao levantar os braços para cumprimentar um desconhecido, foi alvejado por vários tiros pelo homem a quem saudou. Ao vê-lo tombado, outro assassino se aproximou e desferiu-lhe mais 3 tiros. E fugiram⁹⁰. Apesar de terem sido condenados pela Justiça, os mandantes do crime continuam em liberdade.

Expedito Ribeiro de Souza, negro, mineiro, poeta e amigo pessoal de Ricardo Rezende e João Canuto. Tornou-se presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Maria. Auxiliava Ricardo nas horas vagas, dentro da CPT, recolhendo informações e apurando denúncias sobre violência e trabalho escravo nas fazendas da região. Foi assassinado com 3 tiros na porta de sua residência, em Rio Maria.

Ricardo Rezende, em missa póstuma realizada em homenagem ao amigo assassinado, disse que “Expedito, como poucos, viveu o preceito evangélico” contido em Marcos (Mc 8,34b-35) “Se alguém me quer seguir, renuncie a si mesmo, torne a sua cruz e siga-me. O que perder a sua vida por causa de mim e do evangelho, salvá-la-á.”⁹¹.

Ainda em seu diário, Rezende faz um desabafo sobre as mortes anunciadas:

A gente não labuta com números distantes e frios. Os que são atingidos também têm rosto, nome, sonhos, sentimentos, família. São amigos que nos são arrancados subitamente.⁹²

O envolvimento do autor e logo, sua subjetividade, seu modo de olhar, ficam explícitos em cada linha do livro. É a forma que Ricardo encontrou de registrar sua própria memória, sua preocupação e atuação na vida e luta dos trabalhadores rurais.

Portanto *Rio Maria – Canto da Terra* é um documento literário que expõe a vida do autor a partir de dois focos de responsabilidade que ele mesmo assume pra si: o primeiro compromisso quando decidiu tornar-se padre e detentor de funções

89 FIGUEIRA, Ricardo. *Rio Maria*. op. cit., p.30

90 Idem, p. 32

91 Ibidem, p.367

92 Ibid., p. 367.

cotidianas paroquiais. O segundo decorre igualmente de sua religiosidade: o trabalho na Comissão Pastoral da Terra (CPT) fundada pelo padre em Conceição do Araguaia.

A Comissão Pastoral da Terra é um órgão ligado à Igreja Católica. Ela foi criada em 1975, após o Encontro de Pastoral da Amazônia, convocado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), realizado em Goiânia (GO) tendo em vista a necessidade de resposta da Igreja aos problemas ligados a terra e dos trabalhadores rurais. A CPT é um órgão de atuação de leigos e embora orientados por uma Igreja, a maior parte de suas ações tem caráter ecumênico. A missão autoproclamada pela CPT, em linguagem própria da fé, é levar a justiça divina ao meio rural imerso em violência.

Ricardo sempre esteve ao lado da CPT na luta pela apropriação e constituição da memória dos trabalhadores rurais em que o registro escrito tem como propósito denunciar a violência no campo e as condições sub-humanas e análogas à escravidão das pessoas que vivem da exploração da terra para seu sustento e da própria família.

A construção da memória pessoal do autor cruza-se com o registro da memória dos posseiros, garimpeiros e toda a gente humilde da região sul paraense, apoiada nos ideais da Teologia da Libertação que vê no sofrimento do povo rural os mártires da violência no campo – principal causa de luta da vida de Ricardo Rezende.

Além de denunciar a escravidão por dívida e os conflitos agrários em sua região, a obra está repleta de experiências de Ricardo no seu cotidiano paroquial. Os costumes do interior, o folclore – sobretudo as lendas como curupira, as indígenas e romarias - continuam vivos e eram reinventados a cada dia naquelas páginas.

Celebrações de casamentos, batizados e finados também eram oportunidades em que chegavam informações preciosas a Ricardo sobre conflitos rurais. Ricardo nos dá diversos exemplos dessas denúncias extraoficiais que chegavam até ele:

Terminada a missa das 19h30, um pequeno proprietário me disse, preocupado: - Ontem (...) me encontrei com o posseiro Ceará. Sentei-me com ele e soube que quatro lavradores não aceitaram a indenização oferecida do Braguinha [fazendeiro violento e acusado de mortes],

estavam ameaçados de morte. Ceará falou que um deles já havia sido assassinado pelo povo do Braguinha.⁹³

Em outra ocasião, novo exemplo de violência é trazido a lume por Ricardo, deixando nítido o ar de medo que pairava sobre aquela região:

Domingo, 12.11.1989. Um jovem foi assassinado próximo da Câmara Municipal. É de uma família muito religiosa. Visitei os presentes e trouxeram o corpo, mais tarde, à Igreja. Após a cerimônia, soube de mais dois assassinatos. Um perto da Telepará; outro encontraram na estrada.⁹⁴

De acordo com o próprio autor, o livro “ foi escrito às pressas, dado a urgência das ocorrências e o lugar social que eu ocupava como padre e militante dos direitos humanos (...). era necessário salvar vidas contra ameaças iminentes”⁹⁵.

Apesar de todo esforço de Ricardo, sempre quando havia denúncias da ocorrência de trabalho escravo, estas sempre eram investigadas de forma supérflua pelo poder público. A punição dos responsáveis, ainda nos dias de hoje, acontece de maneira tímida ou inexistente. Os acusados de violação a direitos humanos como escravidão e assassinatos, ainda nos dias atuais, são absolvidos devido às pressões do poder econômico e político local sobre as autoridades responsáveis pela repressão a tais crimes.

Percebe-se que a história narrada é bastante atual apesar de decorridos vinte anos da primeira edição do livro em foco. A história contida em *Rio Maria – Canto da Terra* e os esforços de Ricardo Rezende em denunciar as atrocidades cometidas no interior do Brasil contribuíram para o surgimento de programas oficiais de erradicação do trabalho forçado e um novo olhar sobre os conflitos no campo pelo Ministério do Trabalho e Emprego em conjunto com entidades civis como organizações não governamentais, jornalistas e a *International Amnesty*.

Há ainda, em última análise, um possível desdobramento no subtítulo *Canto da Terra*. Este, por sua vez, pode significar realmente canto, no sentido de determinado lugar geográfico, porção isolada de terra. O Município de Rio Maria fica no interior do Brasil, onde sua existência e problemas não interessam aos principais meios de comunicação e é ignorada pela maior parte da população urbana do país.

93 Ibid., p.78

94 Ibid., p.94

95 Ibid., p.21

O município se caracteriza pelo seu isolamento geográfico, haja vista a distância significativa em relação às capitais dos Estados com que fazia fronteira ou centros urbanos maiores. Por vezes era mais rápido ir a Goiânia (GO) do que a Belém, capital do Estado. Rio Maria está fora de qualquer eixo viário importante, além de contar com estradas precárias de terra batida, vias cujo traçado sinuoso esconde buracos e verdadeiros perigos para quem se aventura por elas. Com tantos obstáculos, pequenos trechos são feitos com grande gasto de tempo.

Devido a este isolamento, os problemas ligados a terra - como violência, expulsão de camponeses, escravidão e desmatamento - não encontram ouvidos disponíveis a lhe escutar. Não havia a quem denunciar as mortes violentas produzidas pelos capatazes das fazendas. Corpos ficavam tempos estirados no chão e em decomposição ao ar livre.

A todo instante Ricardo descreve esse cenário de horror ecoando relatos que recebia. Em um dos exemplos, ele explica que um dos locais violentos, onde corpos eram encontrados com frequência, foi rebatizado de “Boa Esperança” pelos moradores como tentativa de amenizar o histórico do local:

Os posseiros construíram uma escola e decidiram mudar o nome da área. Chamam-na de “Boa Esperança”.

- Eu vinha de ônibus e um lavrador me mostrava, apontando da janela: “Atrás do pau tem uma ossada; ali, um mal enterrado, com os cabelos aparecendo; outros dois naquela parte. No pasto, mais de um”.

Indicava os locais onde devem se encontrar cinco corpos. (...) Conversei com a faxineira da escola, que disse ter visto os corpos de um casal bastante estragados pelo Bambuzal.⁹⁶

O padre fazia desse exercício diário, na colheita de depoimentos, sua liturgia militante. A propósito esta palavra, liturgia, de origem grega, significa prestar um serviço público. Para os católicos, a liturgia organiza os relatos memoriais da entrega e sacrifício de Cristo para a salvação dos homens.

Portanto, Rio Maria é um livro em ritmo fúnebre, pesada procissão de crimes. É um canto melancólico que, a partir dos sofrimentos dos agricultores mais pobres, relembra a penitência e o sofrimento do próprio Cristo. Assim Ricardo via os posseiros assassinados em função da condição análoga à escravidão.

É um canto que a terra emite, de voz rouca, espelhando não apenas o sofrimento dos excluídos: ele revela a impotência (ou descaso) do Estado e suas

⁹⁶

Ibid., p.94

instituições em suprimir, de uma vez por todas, este rosário de crimes. Assim, o livro não é um canto suave e melodioso. É um grito fúnebre de desespero, chamando a atenção para a crueldade do capitalismo e do Brasil rural.

2.2 O HOMEM E SUA CIRCUNSTANCIA

Indo além de um inventário autobiográfico é possível perceber o importante caráter documental que o livro *Rio Maria – Canto da Terra* possui. Por intermédio dele entende-se, sob a ótica individual de seu ator, obviamente, o contexto histórico que o Sul do Pará e o Brasil atravessavam durante as décadas de 1970 e 1980, tempo no qual se desenrola a ação descrita na obra.

Portanto, é necessário, nesse capítulo, retornar a ideia de redes de memórias, de disputa de identidades dentro de um mesmo espaço e tempo. Essa interpretação foi proposta pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu e analisada, brevemente, por nós no 1º. capítulo.

A publicação do livro *Rio Maria – Canto da Terra* foi tratada por muitos, à época de sua 1a. Edição, apenas como uma autobiografia escrita em forma de diário. De forma diversa, contudo, trata-se de um livro de grande valor historiográfico contemporâneo. Para o historiador trata-se de um relevante documento que contém fontes sobre a História das políticas agrárias do país, fontes vistas sob a ótica de um padre católico progressista, durante as décadas de 1970-80.

A interpretação aqui proposta aponta para dois planos. Um mais local, relativo ao cotidiano imediato de Ricardo Rezende; outro mais geral, que diz respeito às conjunturas nacional e eclesial de então.

Assim à medida que o livro ia sendo confeccionado, Ricardo Rezende foi descrevendo, linha após linha, sua dura realidade local e também o momento em que o país atravessava. A ansiedade coletiva que cercava os primeiros anos da redemocratização brasileira e a posição da Igreja naquele contexto.

Dessa forma, o livro nos permite ir muito além da descrição do cotidiano paroquial ou da denúncia de violência nas relações de trabalho rurais que predominavam no sul do Pará, principal objetivo explícito de Ricardo. Para entender o livro, como documento historiográfico, é preciso ler suas entrelinhas e entender a dinâmica nacional e da Igreja durante a época que foi produzido o documento.

O livro *Rio Maria – Canto da Terra* é uma recapitulação, sob a ótica de Ricardo, dos 20 anos que precederam a 1ª. edição do livro. O recorte temporal feito

neste capítulo leva em consideração o período compreendido entre 1964 a 1992.

Por conseguinte, para entender o argumento central do livro, é preciso analisar os anos de ditadura militar no Brasil pós-64, a política de ocupação da Amazônia e a relação com a Igreja Católica.

Como se disse no capítulo inicial, em abril de 1964, os militares e lideranças políticas civis depuseram o governo constitucional do presidente João Goulart. Nas palavras de João B. Damasceno⁹⁷, o golpe pode ser entendido como:

A ruptura institucional havida em 1º. de abril de 1964 no Brasil é resultado da articulação dos interesses da burguesia nacional com a internacional, aliada aos setores médios da sociedade urbana e do decadente (...) setor rural. Tratou-se, portanto, de um golpe civil-militar que possibilitou a tomada do poder por mecanismos institucionais que não aqueles dispostos para tal.

A plataforma anticomunista aliada a propostas nacionalistas de defesa do território nacional, levaram à implementação de políticas públicas para ocupação e desenvolvimento da região setentrional Norte do país, sobretudo a região Amazônica.

O medo de uma possível internacionalização da região inspirou políticas emergenciais de ocupação do território, políticas bem resumidas pelo *slogan* governista “integrar para não entregar”. José de Souza Martins, sociólogo e leitor crítico da 1. edição do livro de Ricardo Rezende, explica que “o lema da ditadura era ‘integrar’ (a Amazônia do Brasil) ‘para não entregar’ (a supostas e gananciosas potências estrangeiras)”⁹⁸.

José de Souza Martins afirma que o clima anticomunista durante o regime militar gerou uma espécie de histeria coletiva, estado de espírito para o qual a população rural foi vista como subversiva quando reclamavam da situação de desamparo frente ao seu direito de propriedade violados com a complacência do aparato estatal:

Justamente as classes trabalhadoras, na cidade e no campo, tornavam-se automaticamente suspeitas de subversão da ordem política sempre que reagiam às más condições de vida que o regime lhes impusera. Esse clima repressivo, associado ao fato de que os proprietários de terra e os empresários eram os principais aliados e beneficiários do regime militar, criou para

⁹⁷ DAMASCENO, João Batista – Manifesto da Frente Ampla: Uma tentativa de articulação da sociedade civil em contraposição ao estamento burocrático do estado. In: *Manifestos Políticos do Brasil Contemporâneo*. Abreu, Lincoln Penna de (org.) . Rio de Janeiro: E-Papers, 2008. p. 285.

⁹⁸ MARTINS, José de Souza. A reprodução do Capital na frente pioneira e o renascimento da escravidão no Brasil. In: *Tempo Social, Revista de Sociologia da Universidade de São Paulo*. São Paulo: Ed. USP, 1994. Vol.6 (editado em jun.1995).

os camponeses e trabalhadores rurais uma situação extremamente adversa.⁹⁹

Ricardo recorda-se de um exemplo real, que complementa o raciocínio de Martins:

(...) eu me lembrava dos anos da ditadura, no início da década de 1970, quando a Polícia Federal apareceu aqui procurando uma francesa perigosa e “comunista”, envolvida nos conflitos de terra e defensora dos posseiros, conforme havia sido descrita pelos fazendeiros interessados nas glebas que compõem a área da Floresta. (...) Podia estar defendendo os posseiros, mas não tinha cara de comunista e ateia.¹⁰⁰

Entre os anos de 1964 e 1968 foram anunciados a Operação Amazônia e a criação da SUDAM (Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia). Esses dois empreendimentos previam a concessão de incentivos fiscais a baixa taxas de juros anuais ou, por vezes, a taxas negativas de juros a investidores que optassem pela ocupação da Amazônia. A ideia era expandir as fronteiras do capital nacional, com a ocupação e desenvolvimento daquela área.

O governo militar, entretanto, ignorou a existência dos povos que já habitavam aquela região como diversas populações indígenas, que muitas vezes ainda mantinham-se preservadas do contato com outras civilizações. Também foram ignorada a população camponesa que vivia de pequenas lavouras, do extrativismo e do garimpo.

Os antigos habitantes da Amazônia não tiveram, pois, a posse de terra respeitada. Os índios viram suas terras serem demarcadas e perderam milhões de hectares com a delimitação de fronteiras, além de serem vitimados pelas doenças que os novos habitantes traziam. Em suas terras, muitas vezes grandes empresários roubavam madeiras nobres como o mogno.

No livro *Rio Maria - Canto da Terra*, Ricardo Rezende chama a atenção para a conflituosa relação entre os novos habitantes e os posseiros que já ocupavam a região de Conceição do Araguaia. Apesar de reconhecer a existência dos conflitos desde a época da extração da borracha vegetal, a violência, entretanto, teve seu auge com os incentivos fiscais oferecidos pelo governo. Em uma das situações, João Canuto teve sua casa queimada por um fazendeiro e ainda foi despejado e preso pela Polícia, em depoimento que chegou até Ricardo:

⁹⁹ Idem ,op. cit., p. 4

¹⁰⁰ FIGUEIRA, Ricardo R., *Rio Maria*, op. cit., p.154

Valtinho [fazendeiro] tinha tocado fogo na roça do compadre, o fogo pegou no barraco dos mantimentos, o paiol queimou até os porcos. (...) O compadre manteve cabeça e procurou até a justiça. Mas não havia. Compadre ficou proibido de entrar na terra. Jogaram as mulheres e as crianças aqui na cidade, num barracão que olhando de dentro pra cima, enxergava o céu. Nessa mesma época teve mais uma injustiça. O delegado Pedro Vieira prendeu o compadre por 72 horas.¹⁰¹

Em todo livro, o autor chama a atenção para a delicada questão da posse da terra e a disputas geradas entre os antigos posseiros e os novos proprietários.

Analisando-se juridicamente, os novos proprietários registraram em cartório títulos de propriedades fraudulentos ou que jamais existiram, buscando legitimar suas posses. Dessa forma, atraíam para si a titularidade das terras, ignorando ou fraudando títulos de propriedade e retirando a posse antiga dos pequenos lavradores.

Ricardo descreve em três itens as condições que favoreciam a emissão dos títulos de propriedade:

1.1 Boa parte dos títulos das propriedades se constituía em fruto de uma fraude com ou sem conivência de cartórios e de órgãos responsáveis pela regularização fundiária;

1.1 Muitos dos despejados eram “posseiros velhos”, com direitos adquiridos mansa e pacificamente sobre a terra e suas benfeitorias;

1.1 As empresas concentravam as terras, provocavam danos ao meio ambiente e à população estabelecida havia anos ali ou àquela recentemente estabelecida;¹⁰²

José de Souza Martins enxerga por uma outra visão a titularidade das propriedades. Para o sociólogo, o início do problema pode ser localizado nos financiamentos que o governo militar concedeu na década de 60 e 70 para grandes grupos empresariais. Para se ter acesso ao financiamento, bastava possuir terra produtiva na região Amazônica.

Logo, a retirada da terra dos posseiros pelos grandes empresários em muito é justificada pela política de ocupação proposta pelo governo militar em relação àquela região. Com incentivos fiscais negativos, mais de 75% das terras financiadas pelo banco da Amazônia necessitavam apenas de 25% de recursos próprios, todo o restante seria financiado pelo governo.

Muitos grupos econômicos, inclusive dos grandes centros urbanos, como o paulista Bradesco, e também de capital internacional, como a Volkswagen, possuíam grandes propriedades de terra para o desenvolvimento de projetos

¹⁰¹ idem, p. 258

¹⁰² Ibidem, p.18.

agropecuários na região. Anos após sair da região amazônica, durante um protesto contra o assassinato do jornalista Tim Lopes, no Rio de Janeiro, Ricardo aproveita a oportunidade da presença da imprensa e denúncia:

A liberação de recursos públicos para os projetos agropecuários dependia do tamanho do imóvel. Quem tinha imóvel pequeno receberia menos, quem tinha imóvel maior receberia mais. Com isso, o próprio Governo financiou a concentração das terras. A Andrade Gutierrez detinha uma área para colonização privada de 400 mil hectares, o Bradesco abriu enormes fazendas.¹⁰³

Por conta dos incentivos fiscais oferecidos pelo governo, os novos fazendeiros investiram pesado na pecuária. O custo para a instalação de fazendas de gados é reduzido, bastando apenas à derrubada de mata e a distribuição do gado pela terra. A pecuária permitia uma larga ocupação, a baixo custo. Boa parte dos posseiros expulsos de suas terras foi trabalhar na pecuária. O mapa do item anterior mostra a extensão da atividade pecuária em Rio Maria.

Em *Rio Maria*, Ricardo relembra um dos casos de expulsão de posseiros da terra:

Recordo-me, neste momento, dos lavradores de Itaipavas, pequena vila do município de São Geraldo. (...) Próximos, moravam os posseiros despejados do lote 7. Eles, que cultivavam a terra desde 1976, em 1979 foram expulsos com violência em uma ação arbitrária, comandada pela Polícia Militar do Pará, acompanhada de pistoleiros.¹⁰⁴

A entrega de capital para grandes grupos empresariais gerava mais problemas. Por mais que os novos proprietários viessem de uma cultura urbana e capitalista, eles não impediam que a violência típica do campo se instaurasse nas fazendas. Isso porque boa parte deles era conivente com a violência simplesmente porque as fazendas rendiam muitos lucros.

Desta forma, o avanço das relações capitalistas no campo se deu de forma violenta, a dita “modernização” não apenas deixou de eliminar antigas relações de opressão, pelo contrário, acrescentou mais truculência ao meio rural, reproduzindo modelos arcaicos de violência.

Havia também a questão do poder de mando, da administração das fazendas

¹⁰³ FIGUEIRA, Ricardo *apud* MARQUES, Rogério. Entrevista concedida em 02/07/02. In: *Padre Ricardo, um sobrevivente, reaparece em ato por Tim Lopes*. Disponível em <http://fantastico.globo.com/Jornalismo/FANT/0,,MUL691375-15605,00.html>. Consulta realizada em 04/05/2011 às 13:00.

¹⁰⁴ FIGUEIRA, Ricardo. *Rio Maria*, op. cit, p. 133

não estar diretamente subordinada aos proprietários. A maioria deles não residia nas fazendas, delegando a gerência da terra a agentes locais. Entretanto Ricardo não afasta deles a responsabilidade pela violência¹⁰⁵:

Os proprietários que moram longe e não frequentam assiduamente seus imóveis podem ter menos informação, mas sabem globalmente das formas de controle exercidos pelos empreiteiros para reter as pessoas no trabalho. Sem algum apoio da fazenda, o empreiteiro não teria a mesma eficiência na coerção. Ora, se a ignorância total do problema é pouco provável, podem-se julgar as intenções e as responsabilidades dos acusados?(...) Alguns consideram legítimos tipos de controle e coerção exercidos contra as pessoas e acham a legislação trabalhista e penal divorciada da realidade rural.

De fato, na maior parte das vezes, eles permaneciam nos grandes centros urbanos, ocupando inclusive lugares de relevância política. É o caso do Deputado Federal Severino Cavalcanti (PE) que em discurso na Câmara dos Deputados, em 2004, atacou o combate ao trabalho escravo¹⁰⁶:

“Ora, Senhoras e Senhores Deputados. Vamos parar de hipocrisia, de fingir que somos a França, os Estados Unidos ou a Alemanha e que podemos copiar as suas avançadas legislações trabalhistas”, disse. “Não vamos resolver os problemas do campo e do desemprego ameaçando produtores e fazendeiros com o confisco de terras no caso das muitas e controversas versões de ‘trabalho escravo’”.

Os antigos proprietários da região acompanharam a rentabilidade dos novos empresários. De uma forma primitiva de explorar a terra passaram então a enxergá-la como os olhos do modelo capitalista onde a busca por lucro justificava qualquer meio empregado para obtê-lo. Além disso, vinham de uma tradição coronelista, de mando, onde o emprego da violência e dominação pessoal eram comuns em cidades remotas.

A tarefa de administração das fazendas geralmente é delegada a prepostos, muitas vezes empreiteiros conhecidos como administradores ou “gerentes”. A escravidão contemporânea em propriedades rurais no interior do Brasil, denunciada e combatida por Ricardo Rezende, é o principal meio coercitivo empregado pelos empreiteiros. Aliciados com a promessa de trabalho e renda, trabalhadores partem de longas distâncias e são mantidos nas fazendas até o término do trabalho sobre o pretexto da dívida contraída com a viagem e a estadia no local de trabalho.

¹⁰⁵ FIGUEIRA, Ricardo. Conclusão. In: *Pisando Fora da Própria Sombra*, op.cit, p. 392-394

¹⁰⁶ CAVALCANTI, Severino apud SAKAMOTO, Leonardo. A Economia do Trabalho Escravo Contemporâneo no Brasil. In: *Trabalho Escravo Contemporâneo no Brasil: contribuições críticas para sua análise e denúncia*. Organizadores: Gelba In: CERQUEIRA, Gelba Cavalcante de [et al.], org. *Trabalho escravo contemporâneo no Brasil: contribuições críticas para sua análise e denúncia*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2008. p.70

Se os trabalhadores rurais decidem ir embora, antes de terminar a empreitada, são coagidos fisicamente pelos fiscais das fazendas e até mesmo estão sujeitos a assassinatos. Veremos em capítulo próprio a lógica da condição análoga à escravidão contemporânea por dívida.

Frei Xavier Plassat, dominicano francês radicado no Sul do Pará, conclui que a impunidade é um dos fatores de perpetuação da escravidão:

Afinal de contas, se a escolha é entre o lucro absoluto (escapando de qualquer fiscalização) e o lucro razoável (pagando tão somente as verbas sonegadas aos trabalhadores, sob a pressão de fiscalização, sem mais ônus), porque parar de escravizar? Tampouco é estranho o fato de assistir à banalização das ameaças dirigidas aos que denunciam tais práticas – trabalhadores fugitivos, procuradores, juízes e agentes do movimento social ou das pastorais, ou ainda o fato de um dos mandantes da morte da irmã Dorothy Stang – Valtamiro Bastos de Moura – Ter sido flagrado, poucos meses antes deste crime, com vinte trabalhadores escravizados em “suas” terras griladas em Anapu (PA).¹⁰⁷

Esse sistema de entrega de terra e de incentivos a grande propriedade juntamente com a forma oligárquica de lidar com os problemas da terra contaminaram as instituições políticas e judiciárias. Os donos das fazendas por deterem o poder econômico acabam também por determinar o poder político. Segundo Martins:

Na verdade, as instituições da justiça e da polícia foram severamente debilitadas, quando não se tornaram abertamente coniventes com a escravização de trabalhadores e com a expulsão de camponeses da terra, como é de tradição em muitas e remotas regiões do país.¹⁰⁸

A conivência de juízes, policiais e prefeitos com prisões ilegais de posseiros levou Ricardo Rezende a estudar sobre o *habeas corpus*, quando em 1977, conheceu o advogado Paulo Fonteles que o explicou como impetrar *este tipo de ação*. Este instrumento jurídico é garantia de direito à liberdade e pode ser impetrada por qualquer pessoa, não sendo necessária a presença de advogado podendo ser, inclusive, escrito à mão.

Paulo tornou-se amigo de Ricardo. Filiou-se ao PCdoB e passou a fazer parte da Comissão Pastoral da Terra de Conceição do Araguaia. Tinha três filhos. Em 1987 foi assassinado com 3 tiros em Ananinduea (PA).¹⁰⁹

¹⁰⁷ PLASSAT, Xavier. Abolida a escravidão?. In: CERQUEIRA, Gelba Cavalcante de [et al.], org. *Trabalho escravo contemporâneo no Brasil*, op. cit., p.83-84.

¹⁰⁸ MARTINS, José de Souza . A reprodução do Capital na frente pioneira e o renascimento da escravidão no Brasil. In: *Tempo Social*. op. cit., p.4

¹⁰⁹ FIGUEIRA, Ricardo Rezende. *Rio Maria*, op. cit., p. 437

Ricardo não ignora outras formas de escravidão. Uma delas é o garimpo e o sistema de superexploração pelos donos dos garimpos. A coleta e divisão dos metais preciosos são feitas de forma injusta e o dono fica com a maior parte da extração mineral realizada em seu garimpo e aos trabalhadores resta uma quantidade ínfima do metal precioso. É comum que os garimpeiros caiam em sistema de dívidas análogo ao que ocorre nas fazendas. Na descrição de Ricardo:

Encontrei garimpeiros debaixo do sol quente, mas dentro da água. (...)o cascalho e a areia descem pelos degraus, neles retendo o ouro que se gruda ao mercúrio que é antecipadamente colocado. (...)o ganho varia um pouco. Em alguns locais, 6% para cada garimpeiro, se forem quatro na máquina(...). Dez por cento cabem ao proprietário da terra. Mas o controle é complicado. O resto fica com o dono da máquina¹¹⁰.

Aliada à principal luta de Ricardo contra o trabalho escravo análogo à escravidão há também a preocupação com a questão ambiental. Em alguns casos, a escravidão constitui uma das formas contundentes de cometer crimes contra a natureza. No caso do garimpo, o mercúrio despejado na água contamina os rios que fornecem água para a população ribeirinha, assim descreve em seu diário:

Sábado, 17.03.1990. Estive com um senhor que vende mercúrio nos garimpos.(...) Quis saber se não se preocupava com as consequências de ter tanto azougue despejado nos rios e igarapés. Ele disse que não há riscos: - O mercúrio é muito pesado. É mais pesado do que a água, por isso fica retido no fundo e não traz nenhuma consequência.-Não é verdade. Traz consequências aos peixes, que comem o azougue no leito do rio, e aos que comem desses peixes.¹¹¹

No caso das fazendas, o problema ambiental era outro. A derrubada desenfreada da mata, as queimadas que matavam a fauna e a flora, eram instrumentos comuns para se iniciar uma boa lavoura ou obter um pasto de gado sadio. Os lavradores acreditavam que as queimadas afugentavam pragas e tornavam o pasto mais saudável.

Ricardo, diante desse problema, trabalhou na CPT contando com a orientação de engenheiros agrônomos que pudessem ensinar aos trabalhadores o uso consciente da terra do ponto de vista do meio ambiente. Também criticava o poder público por sua conivência com a devastação ambiental. Assim, argumenta o padre:

Não adianta simplesmente impedir que os lavradores façam derrubada. É necessário oferecer-lhes alternativas econômicas de utilização correta do solo. O Ibama tem se mostrado ineficiente. Faz vista grossa para as grandes devastações e é implacável com

110 Idem, p.153

111 Ibid..p. 198

pequenas derrubadas¹¹².

Conforme avançamos na leitura do livro, fica clara a intenção do padre de conscientização da opinião pública que é necessário resolver a miséria não só econômica, mas também a miséria social, de total carência de instituições públicas. É a miséria da exclusão do sistema oficial de direitos mínimos.

112

Ibid.,p. 146

2.3. ESCRITA COMO MISSÃO

Anos antes de iniciar a confecção de seu livro diário, ainda em 1978, Ricardo já registrava os depoimentos de pessoas humildes que chegavam até ele. Durante a época em que trabalhou na Comissão Pastoral da Terra, em Conceição do Araguaia, arquivos eram montados para que se ordenasse de forma organizada os mais variados abusos cometidos contra os posseiros e os trabalhadores rurais daquela região.

Ali Rezende iniciava hábito que manteve durante toda a vida eclesial e que influenciou profundamente as perspectivas de conduta do nosso personagem e de seu livro: o valor do testemunho dos posseiros vistos como mártires, assassinados por causa da questão agrária.

No prólogo de seu livro, Ricardo Rezende relata que registrar testemunhos sempre esteve vinculado ao seu trabalho como sacerdote e membro da Comissão Pastoral da Terra (CPT), do Movimento Educacional de Base (MEB) e das Comunidades Eclesiais de Base (CEB).

Os relatos que chegavam até ele eram, na maior parte das vezes, levados a registro em cartório para conferir autenticidade e devidamente organizados em arquivos dentro da sede do prédio da CPT. Assim, ele escreve:

Comecei então a registrar as informações com os seus diversos atores, a data do ocorrido e o nome do informante. As anotações se tornaram uma rotina não só minha, mas também de diversos agentes de pastoral. Além de preservar a memória dos crimes cometidos no local, com tais documentos, nós do MEB e da CPT tentávamos salvar vidas¹¹³.

E completa o padre:

Os depoimentos revelavam capturas, espancamentos e assassinatos de trabalhadores que fugiam de empresas agropecuárias ou de lavradores em litígios de terra com as mesmas empresas ou em outras; ameaças de morte e despejos efetuados pela polícia e por pistoleiros, com ou sem ordem judicial.¹¹⁴

O ato de registrar os testemunhos é uma missão que Ricardo Rezende tomará para si durante os anos em que morou em Conceição do Araguaia e Rio Maria. Exercício que deita raízes na tradição religiosa de Pe. Ricardo e que só pode

¹¹³ FIGUEIRA, Ricardo Rezende – *Rio Maria*, op. cit. , p. 18

¹¹⁴ Idem, p. 18.

ser integralmente compreendido com auxílio deste registro de fé. Afinal, assim como no judaísmo, o cristianismo é religião histórica baseada na memória/lembrança. E é exatamente a escrita que possibilita a cristalização da experiência religiosa.

Já a palavra “testemunho” significa narrar, dar um relato sobre uma vida ou sobre alguém ou algum fato. Testemunhar significa atestar, certificar determinado fato narrado. Pelo testemunho pode se dar legitimidade ao acontecimento passado através da prova sensitiva (ver, ouvir, sentir) de uma pessoa.

A narração em *Rio Maria* é apresentada como a de um fiel cristão. Narração que, em termos bíblicos, pode assumir contornos dramáticos, acarretando graves riscos para quem lembra e também para os que registram tais memórias. Não sem motivo, no universo da Bíblia, a palavra grega para testemunho é “martyria”.

Assim se revelam os testemunhos colhidos por Figueira: relatos de um cotidiano de violência e abandono das instituições públicas. Durante muitos anos, não houve registros, na história oficial, sobre as chacinas em fazendas e sobre a conivência do poder público diante de tal quadro. Tampouco houve o necessário reconhecimento da utilização da mão-de-obra escrava em propriedades pertencentes a grandes grupos empresariais como Bradesco e Volkswagen.

Ricardo faz desses registros, portanto, parte importante de sua missão enquanto cristão: como tal, deve colhê-los, registrá-los e usá-los como prova para denunciar as atrocidades que via no Sul paraense. “Missão”, aliás, que é das ideias mais recorrentes no cristianismo. Inicialmente pensada como de cunho apenas apologético, a ideia de missão transfigura-se na atuação do clero progressista, adquirindo forte teor militante com grande impacto político.

Os testemunhos eram uma forma de provar os fatos e manter a salvo a lembrança dos posseiros, construindo a memória daquela gente, de suas lutas e um meio para denunciar e se proteger de possíveis represálias dos fazendeiros e empresas acusadas. Os posseiros e a os membros da Igreja católica local ainda não contavam com o apoio da imprensa e estavam isolados geograficamente e sem apoio das instituições judiciárias e políticas.

Aos poucos, o que era apenas um trabalho voluntário começou a se profissionalizar. Recursos – vindos de toda a parte do mundo através de doações

em campanhas feitas pela Anistia Internacional - chegavam e a equipe da Pastoral conseguiu aumentar o volume de denúncias catalogadas.

Foi nessa época, no final da década de 1970, que o advogado Paulo Fonteles decidiu se unir à CPT e auxiliar na colheita de depoimentos. Com base em seu conhecimento jurídico, ele explicava as leis ambientais e trabalhistas, dando meios mais eficazes de proteção dos trabalhadores rurais e dos posseiros que tinham direito a terra. Assim relembra Ricardo:

Como muitos procuravam a Igreja, o MEB, a comissão pastoral da terra denunciando o trabalho escravo, os conflitos de terra, ouvia cada vez mais histórias e passei a antar os casos. Na medida em que aumentava as denúncias, abrimos pastas no escritório da CPT, compramos arquivos e organizamos a documentação por município. Hoje há no Pará um dos melhores arquivos sobre trabalho escravo contemporâneo por dívida e conflitos de terra naquela região.¹¹⁵

Segundo Le Goff, o testemunho é uma forma de memória e de cristalização de memória, de lembrança. Para o historiador francês, o judaísmo e o cristianismo reinventam a relação entre o homem e divindade. Os testemunhos das maravilhas divinas são descritos dentro dessa lógica e confundem-se com a realidade cronológico-histórica de acontecimentos, interpretada como a própria história do povo hebreu e, posteriormente, dos fiéis cristãos. Para Le Goff, a lógica das religiões judaica e cristã é essencialmente a lembrança da aliança com o divino:

[...] o judaico-cristianismo acrescenta algo de diverso à relação [...] entre homem e Deus. [...] pode-se descrever o judaísmo e o cristianismo, religiões radicadas na história, como “religiões de recordação”. [...] insistem em alguns aspectos essenciais, na necessidade de lembrança como tarefa religiosa fundamental. [...] Memória que é antes de mais nada um reconhecimento de Yahweh, memória fundadora da identidade judaica.¹¹⁶

Por intermédio de passagens bíblicas, sobretudo do livro do Deuteronômio, Le Goff justifica suas conclusões, lembrando que a todo o momento Yahweh exige do povo hebreu a lembrança de que existe um só Deus, formulador das leis e protetor do povo hebreu: “Guarda-te que não te esqueças do SENHOR teu Deus, deixando de guardar os seus mandamentos, e os seus juízos, e os seus estatutos que hoje te ordeno. (Dt 8:11).”.

¹¹⁵ FIGUEIRA, Ricardo *apud* MARQUES, Rogerio. Padre Ricardo, Um sobrevivente. In: *Fantástico Online*. Disponível em http://www.ensaioaberto.com/textos_padre_ricardo.htm. Consulta realizada em 14/06/2011.

¹¹⁶ LE GOFF, Jaques. *Memória e História.*, op. cit. , p. 29

A partir da releitura da Teologia da Libertação, Ricardo compara o livro do Êxodo à luta diária dos camponeses:

O apuro de Moisés, vimos no Êxodo. Ele recebeu a ordem de Deus para entrar na luta pela libertação do povo, contra o império egípcio, Buscando desculpas e pretextos para fugir à empreita, Moisés se assemelhava a todos nós no momento do compromisso. Nossos medos e fragilidades ganham corpo e quase nos sufocam. É hora de o sangue flagelar nas veias¹¹⁷.

Já no Novo Testamento, temos outros significados para testemunho. Nele há a valorização dos verbos ver e ouvir. Os primeiros cristãos foram testemunhas oculares dos anos iniciais do Cristianismo. Segundo Bruce Matzinger, o testemunho acontece “como num tribunal, pessoas são convocadas ao longo de todo o drama para prestar testemunho do Cristo vivificante”¹¹⁸.

Os primeiros cristãos foram testemunhas oculares do Jesus histórico e do Cristo da fé. Os relatos de cura e milagres e, sobretudo, a crença na Ressurreição do Nazareno formam a base do cristianismo. Relatos que, acrescidos a outros no primeiro século cristão, são feitos Cânon da nova fé.

Portanto, a valorização do testemunho por Ricardo deve ser entendida a partir do cultivo da concepção bíblica de memória (e da ideia de testemunho). Para o padre, registrar testemunhos e escrever denunciando as ações violentas contra posseiros no campo fazia parte da natureza mais íntima de seu credo cristão. Missão que, dada tal natureza, adquire significado de exercício sacral.

Como já dissemos, a palavra “testemunho” vem do original grego *martyria*, que a princípio significava testemunho de forma genérica. Entre os primeiros cristãos, difundiu-se a crença na necessidade de se testemunhar o sofrimento de Cristo na Cruz e perpetuar seus ensinamentos, ainda que isto exigisse o sacrifício da própria vida.

Ricardo, como membro da Igreja Católica, conhece e valoriza a dimensão que escrita e testemunho assumem como forma de constituição da memória. Testemunhar significa tomar para si o desígnio de Deus. A missão que Ricardo identifica como sua salvar vidas. E o meio encontrado para divulgar sua missão foi o

¹¹⁷ FIGUEIRA, *Rio Maria*, op. cit., p.132

¹¹⁸ MATZINGER, Bruce Manning, COOGAN, Michael D. (org.) , João, o Apóstolo. In: *Dicionário da Bíblia: as pessoas e os lugares*. Rio de Janeiro, vol. 1, Jorge Zahar Editor, 2001. p.157

registro da realidade descrita em *Rio Maria*. Nas palavras de Frei Betto, o livro apresenta “cruzeza e beleza” ao olhar do autor:

Assim como o *best seller Brasil, nunca mais* denunciou os crimes da ditadura militar, revelando as entranhas do espaço urbano do poder, RIO MARIA faz ressoar o grito da população rural, num apelo comovente e desafiador a todos nós que sonhamos com a democracia como partilha de vida para todos¹¹⁹.

Por intermédio da escrita do livro, Ricardo consegue testemunhar o sofrimento do povo e sua práxis cristã na busca por justiça. De maneira recorrente, Ricardo cita o apóstolo Lucas (Lc 12, 18-19), que afirma serem os pobres os escolhidos por Deus. Neste sentido, os que acumulam serão condenados e não terão espaço nos desígnios divinos. O Novo Testamento condena todo tipo de opressão dos ricos em relação aos pobres.

No livro, Ricardo descreve sua atuação paroquial junto aos leigos. Tomava para si a responsabilidade da mudança da realidade, de refletir sobre sua fé cristã a partir da realidade para transformá-la. Seu principal trabalho foi na CPT, Comissão Pastoral da Terra de Conceição do Araguaia e Rio Maria.

Ricardo aceitou sua missão antes mesmo de iniciar a escrita do diário. Em meados da década de 1970, ainda com 24 anos, o município de Conceição do Araguaia possuía condições muito precárias. Não existiam estradas ou pontes, o acesso era exclusivamente por balsas. Energia elétrica também ainda não havia chegado. A energia disponível vinha de geradores movidos à gasolina. A cidade contava com apenas um telefone público. Apesar de todas as adversidades, Rezende resolveu ficar. Em suas palavras:

Em 1977, quando cheguei, fiquei tão angustiado com o que via - trabalho escravo, violência contra trabalhadores, queima de casas, expulsão de pessoas das suas casas - , fiquei desesperado e falei com D. Estevão: “Estamos aqui em cima de um barril de pólvora”.¹²⁰

Assim que chegou à cidade, embora a maior parte de seus habitantes sofresse com toda a sorte de precariedades – saneamento, educação, saúde - Ricardo também presenciou grande disparidade econômica para um pequeno município no interior do Pará. Havia um pequeno aeroporto, o número de aeronaves e voos diários era incrivelmente alto. Isso se justifica pela presença, naquela região, de grandes grupos empresariais, empresas atraídas para os municípios de Santana

¹¹⁹ FIGUEIRA. Ricardo. *Rio Maria*, op. cit., orelha de livro.

¹²⁰ FIGUEIRA. Ricardo. *IBASE*, op. cit, p.35

do Araguaia e Conceição do Araguaia graças aos incentivos fiscais liberados pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM).

Eram agentes de todas as regiões impulsionados pelos incentivos fiscais dados pelo governo. A oferta de emprego atraía também os mais pobres. Todos, do mais rico ao mais empobrecido, disputavam pedaços de terra. Na descrição de Ricardo, “os primeiros chegavam em pau-de-arara, de caminhão, e o segundo grupo chegou de avião. O segundo grupo pegou muita terra.”¹²¹

Foi um momento de explosão do conflito fundiário. Em 1978, Ricardo reestruturou a CPT de Conceição do Araguaia, criada há menos de dois anos por Frei Henrique Marques. A primeira providência foi reorganizar o arquivo, como explica o padre:

Esse arquivo nasceu de uma limitação minha: a memória. Eu me esqueço muito de nomes, datas, números. [...]Depois eu não sabia mais onde estavam às anotações e, assim resolvi guardá-las dentro de pastas. Então tive que arranjar um lugar para colocar as pastas e, por isso, comprei o arquivo, tive que colocar tudo em certa ordem, comecei a colocar pelo nome da fazenda e a separar por município. Enfim, comecei a criar um arquivo que até hoje funciona. Ele tem quase 30 anos e é composto por milhares de documentos.¹²²

Além da reestruturação da CPT, Ricardo e a equipe paroquial passaram a contar com a ajuda de leigos das paróquias rurais, mais afastadas. As Comunidades Eclesiais de Base foram sendo instituídas e as lideranças entre os trabalhadores foram surgindo. Dentre eles três viraram amigos do padre: Gringo, Expedito e João Canuto.

Após ouvir o testemunho dos camponeses, Ricardo reuniu a equipe da CPT e iniciou um trabalho dando palestras sobre fé e política nas CEBs. Como já dito, tais comunidades, reunindo religiosos e leigos, em sua maioria católica, são fruto da militância cristã progressista e se tornaram mais comuns no Brasil nos anos finais do governo militar.

Durante os encontros realizados nas paróquias rurais, Ricardo e os membros da Igreja realizam estudos bíblicos. O público desses encontros era composto por pessoas humildes, posseiros e trabalhadores rurais. Durante as reuniões, incentivava-se os posseiros a uma prática reflexiva de suas realidades miseráveis a

121 Idem. p. 35

122 Ibid. p.35

partir das palavras de Cristo e a pensarem em mudança da realidade cotidiana por meio de ações calcadas no método “ver, julgar e agir”, também ele fruto do cristianismo progressista (desta vez, anterior à Teologia de Libertação).

Por intermédio de um discurso religioso, empregando trechos bíblicos, Ricardo discursava sobre exploração, tentando convencer o povo que a pobreza não era fruto do acaso, do desígnio divino. Ele também combatia lógica muito comum entre os posseiros, que replicavam pensamento dos grandes fazendeiros - a riqueza estava diretamente ligada à quantidade de trabalho empregado para acumulá-la - é mais rico quem trabalhou mais.

Ricardo era categoricamente contrário a este discurso conformista e de dominação. O padre concentrava seus esforços para explicar que a miséria em que a população rural se encontrava era fruto de políticas fracassadas que favoreciam uma minoria. Houve, ainda assim, quem discordasse achando que pobre é o preguiçoso que trabalha menos e por isso ganha menos.

Ricardo tentava convencer seu público, exemplificando com o livro do Êxodo, comparando o sofrimento do povo hebreu aos dos camponeses. Somente através da luta árdua, da reação, haveria libertação e justiça. Essa luta foi comparada à travessia do povo hebreu pelo deserto, conforme consignado na Bíblia, lida de forma progressista. Era preciso conscientizar para transformar a realidade.

CAPÍTULO 3 – ESCRAVIDÃO POR DÍVIDA

3.1 COMPARANDO MODELOS: A ESCRAVIDÃO ANTIGA E CONDIÇÃO ANÁLOGA À ESCRAVIDÃO

Durante a maior parte de sua vida Ricardo Rezende dedicou-se à identificação e erradicação do trabalho cativo no Brasil, opção baseada em sua fé cristã e que deita raízes em sua obra literária e acadêmica.

Para entender a verdadeira chaga social que Rezende dedicou-se a combater é preciso que se tenha claro que, apesar de passados mais de cento e vinte anos da Abolição da escravatura no país, ainda coexistem, no Brasil, formas de apropriação de trabalho humano em condições análogas à escravidão.

Se num primeiro momento, durante a década de 1980, Ricardo expõe seu cotidiano no livro *Rio Maria – Canto da Terra*, posteriormente suas memórias comporiam a base da tese de doutorado do padre. Em *Pisando Fora da Própria Sombra – A escravidão por dívida no Brasil*, sob um prisma sociológico e antropológico, Ricardo Rezende consegue desvendar e expor a complexa e contraditória teia de conexões que permitem a existência em nosso país da condição análoga à escravidão, tornando tal sistema de exploração do trabalho operacional e de difícil repressão.

A expressão trabalho “em condição análoga à escravidão” permite desde já, fazer um diferencial ao modelo antigo, consagrado, na historiografia pela expressão “escravidão clássica”, predominante nas civilizações grega e romana, em torno do mundo mediterrânico. A “nova forma” de escravidão que se apresenta hoje no Brasil também é diversa daquela que vigorou, em nosso país, em tempos colônias e durante o Império. A condição “análoga à escravidão” não prevê a posse formal de escravos. Nela, pessoas livres são submetidas a atividades contra sua vontade, sob ameaça de violência física e psicológica ou outras formas de intimidações, como é o caso do trabalho compulsório por dívidas contraídas, muitas vezes de forma

extorsiva.

O historiador americano David Brion Davis¹²³ faz uma análise sobre a representação da escravidão na cultura ocidental por meio de um padrão de continuidade, estabelecendo as diferenças nos principais períodos históricos.

A escravidão para Davis, não seria uma instituição legalmente constituída como a maioria dos especialistas costumam apontar. Para ele, a escravidão se configura mais como uma instituição de aspecto filosófico, ideológico do que propriamente real/legal. Não havia lei regulando a escravidão ou a autorizando expressamente, porém a instituição escravidão já existia nas sociedades ainda que não houvesse leis que a regulasse.

Desde as Dinastias egípcias até o sec. XIX, o escravo era definido como propriedade, bem móvel ou coisa, e as relações jurídico-legais recaiam sobre a propriedade e não sobre o sujeito escravo. Direitos como alienar, dispor, vender eram previstos na lei em forma de caráter genérico, classificando-se o escravo como um bem. Com a passagem dos séculos, houve poucas inovações nas legislações no que se refere ao direito do senhor como proprietário de escravos.

De acordo com o autor há três características fundamentais que caracterizariam a escravidão antiga¹²⁴ (até o século XIX): a condição de propriedade; submissão à vontade alheia; trabalho obtidos sob coerção. Um contraponto à condição de coisa móvel diz respeito à noção da situação humana do escravo: mesmo no caso de escravos, os castigos físicos severos e assassinatos de cativos eram proibidos.

Durante o período romano havia várias formas de tornar-se escravo. As principais eram as causas hereditárias (nascer filho de escravos); ser desertor em combates militares; ser um filho rebelde com recusa de sujeição ao *pater famílias*, ser derrotado na guerra pelos exércitos de Roma; roubo (a vítima tinha direito de vender o ladrão para compensar seu dano) e, finalmente, a escravidão por dívida.

Já na Idade Média, surge a figura da servidão derivada do colonato romano. O colono romano era um acessório da gleba que obrigatoriamente deveria ser

¹²³ DAVIS, David Brion – Padrões de Continuidade na história da servidão In: *O problema da escravidão na Cultura Ocidental*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.pp 47-78.

¹²⁴ Idem, p. 49

cultivada, recebendo de seu senhor certa quantia em moedas. No período medieval, a servidão era hereditária e perpétua, o servo era obrigatoriamente preso a terra. Ele deveria cultivar a terra do senhor em troca de pequeno percentual de sua produção.

A servidão de certa forma significou uma forma mais branda de escravidão. O trabalho organizado onde o indivíduo, embora não possuísse a condição jurídica de escravo, também não dispunha de liberdade, visto que seus senhores eram os donos da terra e de todos os direitos inerentes a ela. O servo era um acessório da propriedade.

Os servos sofriam restrições, inclusive de deslocamento, submetidos a um regime de estrita dependência do senhor feudal. Muitos eram marcados inclusive com a letra “S” se tentassem fugir. O senhor podia mobilizá-los obrigatoriamente para a guerra e também cedê-los para pequenos ofícios.

Além da servidão, subsistia a ainda a escravidão para prisioneiros de guerra, conflitos, o mais das vezes, ocasionados pela disputa de novas regiões, por motivos religiosos e pela disputa de rotas comerciais entre cristãos e muçulmanos. Quando havia alguma hierarquia entre a servidão cristã, os cativos muçulmanos ocupavam a pior classe servil.

As guerras mantiveram o mercado de escravos bem ativo no Mediterrâneo. Os centros urbanos eram abastecidos de escravos, muito deles para trabalhos domésticos. Segundo Davis “entre 1414 e 1423, nada menos que dez mil escravos foram vendidos só em Veneza. Nos séculos XIV e XV (...) era comum os donos de pequenos armazéns a até mesmo freiras e padres possuírem um escravo”¹²⁵

Os italianos foram os primeiros a criarem feitorias em sua colônia no Chipre para a comercialização de escravos e utilização nas lavouras (*plantations*). Ou seja, o futuro modelo que será visto nas colônias do Novo Mundo foi, na verdade, uma continuidade do que já existia no Mediterrâneo e Oriente Próximo.

Com a tomada de Constantinopla pelos turcos, em 1453, as rotas comerciais utilizadas por europeus para trocas com o Oriente ficaram interdidas. Bloqueio que afetou igualmente o comércio de escravos. Assim, os comerciantes portugueses buscaram nova rota pela Costa Oeste Africana, comercializando diretamente com

125

Ibidem, p. 61

traficantes africanos, sem a intervenção árabe. Aos poucos, a mão-de-obra negra foi substituindo a dos árabes.

A escravidão negra foi justificada na Europa e principalmente nas Américas como consequência da supremacia racial branca em face das populações negras. O negro era visto como uma raça inferior pelos europeus; tomado por dócil e destinado à escravidão, pelos árabes e; menos que um ser humano, pelos chineses.

Em todos os casos, entre os escravos de Roma, até para os negros africanos a liberdade dava-se através de alforria. Os senhores cristãos por um ato de fé e piedade, em seu leito de morte, alforriavam os escravos mais devotos. Já os servos da Igreja e do Estado, quase nunca conseguiam alforria, embora os serviços prestados fossem mais brandos¹²⁶. Porém em todas as civilizações as legislações, eram bem severas com os escravos fugitivos e com os que os ajudavam.

Aos poucos, entretanto, as legislações começaram a ter uma preocupação gradativa com as atrocidades e castigos cometidos contra os escravos em crescente tomada de consciência da condição humana dos cativos. A incompatibilidade de existência de cidadãos livres com formas de cativeiro e a sujeição à trabalhos forçados fazia-se inadmissível no final do sec. XIX, restando apenas o Brasil e o Haiti como países escravistas.

Não temos, em texto como o corrente, a pretensão de discutir a escravidão, fenômeno histórico que ocorre há milhares de anos, em tão reduzido número de páginas. Embora compartilhando características comuns, cada época e cada sociedade produziram sua própria escravidão com múltiplas regras interpessoais, sociais e psicológicas e não necessariamente recorrendo apenas à coerção pela violência.

No caso brasileiro, esta sucessão histórica da condição escrava pode ser dividida em duas fases no Brasil: antes e depois da assinatura do “feito de ouro”, a Lei Áurea¹²⁷, em 1888.

A abolição da escravidão no Brasil foi um movimento contínuo lento e gradual processo que toma corpo ao longo de quase todo o século XIX. A lei Áurea que pôs termo a escravidão foi precedida de outros oficiais atos do governo. Já em 1850, a

¹²⁶ Ibid., p.73

¹²⁷ **Lei Imperial n.º 3.353**, sancionada em [13 de maio](#) de [1888](#)

Lei Eusébio de Queirós extinguiu o tráfico negreiro, ato que foi influenciado pelas pressões internacionais, sobretudo aquelas provenientes da Coroa Inglesa. Alguns anos mais tarde, em 1871, foi assinada a Lei do Ventre Livre¹²⁸, que (teoricamente) libertaria todas as crianças nascidas de pais escravos, os chamados “ingênuos”, mas que na prática não foi respeitada pelos proprietários de escravos. Em 1885, sobreveio a lei Saraiva-Cotegibe¹²⁹, que determinava "a extinção gradual do elemento servil".

Finalmente, às vésperas da Proclamação da República e dando impulso à consolidação da causa republicana entre nós, foram libertos os escravos negros em maio de 1888. A mão de obra servil, especialmente quanto às lavouras, foi sendo substituída gradativamente pela mão de obra estrangeira, com os imigrantes europeus e asiáticos e também por peões vindos das Regiões Norte e Nordeste do país.

No entanto, quase cem anos após a Abolição, o país ainda se vê as voltas com as mazelas da escravidão. Apesar de o Brasil ser signatário, desde 1956, da Convenção Suplementar sobre a Abolição da Escravatura, do Tráfico de Escravos e das Instituições e Práticas Análogas da Escravatura, da ONU¹³⁰, a ocorrência de práticas análogas à escravidão em todo o Brasil, inclusive nos grandes centros urbanos, ainda é recorrente em pleno século XXI.

Em 1971, a Comissão Pastoral da Terra teve seu relatório anual sobre trabalho escravo contestado pelas autoridades brasileiras. Na ocasião, o Procurador-Geral do Trabalho, então encarregado do caso, negou-se a receber o documento porque afirmava que no Brasil não havia casos de escravidão, mas sim formas de trabalho subumanas.

128

Lei Imperial n.º 2.040 sancionada em [28 de setembro](#) de [1871](#)

129

Lei Imperial n.º 3.270, sancionada em 28 de setembro de [1885](#)

130

Convenção Suplementar sobre Abolição da Escravatura, do Tráfico de Escravos e das Instituições e Práticas Análogas à Escravatura (1956). Aprovada pelo Decreto Legislativo nº 66, de 1965. Depósito do instrumento brasileiro de adesão junto à Organização das Nações Unidas e entrada em vigor, para o Brasil, a 6 de janeiro de 1966. Promulgadas pelo Decreto nº 58.563 de 1º de junho de 1966. Publicadas no "Diário Oficial" de 3 e 10 de junho de 1966. Disponível em <http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/comite-brasileiro-de-direitos-humanos-e-politica-externa/ConvSupAboEscTrafEsclInstPraAnaEsc.html>. Consulta realizada em 27/07/2011 às 02:01.

No prefácio do livro sobre escravidão contemporânea, Dom Pedro Casaldáliga, bispo da prelazia paraense de São Felix do Araguaia, entre 1971-2004, explica que justificativas como essa são reflexo de uma sociedade em que vê a exploração do trabalho escravo com naturalidade e tenta justificar iniquidades e irregularidades cotidianas como decorrência do processo natural de desenvolvimento justificado pelo capitalismo¹³¹.

Da mesma forma, o sociólogo e antropólogo americano Kevin Bales, membro colaborador da *Anti-Slavery International*, expressa opinião bastante parecida quanto à responsabilidades e omissão dos Estados na “*new slavery*” como ele denomina a escravidão moderna. Há, de acordo com o antropólogo, uma vasta quantidade de possíveis pessoas propensas à escravidão em troca de condições pífias de subsistência:

Government corruption, plus the vast increase in the number of people and their ongoing impoverishment, has led to new slavery. For the first time in human history there is an absolute glut of potential slaves. It is a dramatic illustration of the laws of supply and demand: with so many possible slaves, their value has plummeted.¹³²

Segundo José de Souza Martins, desde 1960, o ressurgimento de formas análogas à escravidão foi agravado no país pelo grau elevado de superexploração do capital sobre o trabalho humano, levando o indivíduo à condição de refém daquele sistema em favor de sua própria sobrevivência. Em janeiro de 1995, em Amsterdam, o sociólogo apresentou um trabalho sobre o renascimento da escravidão no Brasil, condenando:

(...)a escravidão por dívida ou peonagem, é encontrada em diferentes atividades econômicas, organizadas segundo graus extremos e opostos de modernização econômica e técnica. Pois, o que constatamos é que modernas empresas que investem em empreendimentos agropecuários na vasta região da Amazônia brasileira(...) rotineiramente tem recorrido à escravidão por dívida em algumas de suas atividades.¹³³

Apesar de Ricardo Rezende diferenciar a escravidão antiga das formas

¹³¹ CASALDALIGA, Pedro. Prefácio. In: CERQUEIRA, Gelba Cavalcante de [et al.], org. *Trabalho escravo contemporâneo no Brasil*, op. cit, p.17.

¹³² BALES, Kevin. The New Slavery. In: **Disposable people: new slavery in the global economy. California: University of California Press, 1999.** p. 16. “Corrupção no governo, mais o grande aumento no número de pessoas e seu empobrecimento em curso, levou a nova escravidão. Pela primeira vez na história da humanidade há um excesso absoluto de escravos em potencial. É um exemplo dramático das leis de oferta e demanda: com tantos escravos que possível, seu valor caiu.”

¹³³ MARTINS, José de Souza. A reprodução do Capital na frente pioneira e o renascimento da escravidão no Brasil. In: *Tempo Social. op. cit*, p. 4

análogas à escravidão contemporâneas, ele mesmo admite que o verificado no Sul do Pará e em outras regiões do Brasil, em pleno século XX, tem, sem sobras de dúvidas, semelhanças com a escravidão que vigorou no passado. A maior semelhança, afirma ele, é tomar o humano como mercadoria. Semelhança apontada, ele se apoia em Martins para realizar uma ressalva: a escravidão do passado “estava definida pelo costume e pela lei e ganhava sentido no fato de que legalmente o cativo era mercadoria. Na nova situação, o peão pode se tornar ou não se tornar mercadoria. Isso depende de circunstâncias locais e setoriais”.¹³⁴

A redução de seres humanos à condição de mercadoria, no trabalho escravo contemporâneo, está relacionada às dívidas contraídas pelo camponês junto a seus “senhores modernos”. Muitos trabalhadores são vendidos a outras fazendas pelos “gatos” para que paguem a dívida contraída na fazenda onde os cativos originalmente se encontravam. Endividamento que ocorre também antes da chegada às fazendas do trabalhador migrante, sendo este último responsabilizado pelos custos de seu deslocamento até as áreas de produção agrícola, bem como pelo despendido em alimentação e hospedagem no caminho. Contas estas, muitas vezes, superfaturadas para dificultar ou impossibilitar a liberdade ao trabalhador que será submetido ao cativo moderno.

Frise-se, pois, a redução do trabalhador, antes livre, a mera mercadoria por força de dívidas contraídas, mola propulsora da condição análoga à escravidão moderna. Com base nela, é possível comparar entre escravidão antiga e moderna, apontando inclusive suas diferenças.

A primeira grande diferença, como já adiantado, diz respeito à propriedade legal. As sociedades desde a Antiguidade previam a propriedade (e o uso decorrente desse direito) em suas legislações. No Brasil, já que a escravidão, em termos legais, foi totalmente abolida em 1888, a atual condição análoga à escravidão consiste em prática delituosa. O mesmo ocorre no resto do globo: embora ocorra com frequência em diversos locais do mundo, há a previsão legal quanto a sua proibição e geralmente os tratados internacionais que versam sobre o tema são ratificados pela maioria dos países.

¹³⁴ MARTINS, José de Souza apud FIGUEIRA, Ricardo. *Pisando Fora da Própria Sombra*, op. cit., p. 37

Outra comparação é possível quanto ao custo do cativo. O custo do escravo antigo era alto. A propriedade de escravos era diretamente proporcional ao tamanho da riqueza do senhor. O tráfico era grande fonte de lucros para os caçadores e traficantes de escravo.

O tráfico, ele próprio, era atividade cara. O custo do transporte inter atlântico era alto. Os riscos da viagem elevadíssimos. Por vezes, toda a carga de escravos morria devido a doenças decorrentes da má higiene nos porões do navio.

... demand for slaves was reflected in their price. By 1850 a average field laborer sold for \$1.000 to \$1.800. This was three to six times the average yearly wage of an american worker ah the time, perhaps equivalent to around \$50.000 to \$100.000 today. Despite their costs, slaves generates, on average, profits only about 5 percent each year.¹³⁵

Havia igualmente o custo de manutenção dos cativos. A alimentação, vestuário, moradia e remédios corriam por conta do senhor.

A situação mudou. Hoje, o custo do escravo é ínfimo, posto que o cativo encontra-se mascarado sob uma relação de emprego. Há milhares de pessoas, no Brasil, empurradas pela miséria sujeitas à condição de escravo justamente para garantirem a sua sobrevivência e de seus familiares.

Não há praticamente custos com a manutenção de um trabalhador em condição análoga à escravidão. Sua alimentação, comida e remédios são adquiridos, pelo cativo, nas próprias fazendas, gerando a dívida que irá escravizá-los. Na imensa maioria das vezes, o custo do transporte também é repassado ao trabalhador rural. E assim, o ciclo se retro-alimenta.

Ainda que conheçam a possibilidade de virem a se tornar escravos, muitos trabalhadores empobrecidos do interior do país preferem arriscar-se nesta empreitada. Não se trata de ignorância, antes é um ato de desespero: eles enxergam em tal ação a única oportunidade de conseguir sobrevivência.

As relações existentes entre senhor e escravo também se mostram diferentes. Os escravos adquiridos por um senhor, no passado, geralmente mantinham aquela

¹³⁵ BALES, Kevin. *Disposable people: new slavery in the global economy*, op. cit., p. 16 "... A demanda por escravos foi refletida em seu preço. Em 1850 um trabalhador de campo avergadamente vendido por US \$ 1.000 a \$ 1,800. Esta foi de três a seis vezes o salário médio anual de um trabalhador americano ah o tempo, talvez equivalente a cerca de \$ 50,000 a \$ 100,000 hoje. Apesar de seus custos, os escravos geram, em média, lucros apenas cerca de 5 por cento a cada ano."

condição durante toda a vida, salvo no caso de conseguirem a alforria. A situação de cativo também era estendida a seus descendentes. Fato que, muitas vezes, gerou a resistência do escravo em procriar.

Interessante também notar que na escravidão antiga não havia escravidão entre homens iguais. O escravo geralmente era um estrangeiro de raça, religião e etnias diferentes. Vinda da guerra, da dívida ou da captura violenta motivada pelo tráfico, a escravidão dificilmente acontecia entre semelhantes.

Os “novos” escravos são brasileiros comuns cuja única diferença entre o aliciador e os cativos é a miséria. Portanto, no país, o que define se a pessoa é ou não passível de se tornar cativo é a sua condição econômica. A apropriação da força de trabalho se dá por período não vitalício, ocorrendo na medida em que perdurarem as dívidas contraídas nas mercearias e cantinas das fazendas com remédios, alimentação e roupas.

Ainda que não sendo formalmente vitalícia, o vínculo moderno de escravização moderna, em muitos casos, apenas se quebra quando agentes públicos, escoltados por força policial, libertam trabalhadores mantidos em cativeiro.

**QUADRO GERAL DAS OPERAÇÕES DE FISCALIZAÇÃO PARA
ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO - SIT/SRTE
1995 a 2010**

ANO	N.º Operações	N.º de estabelecimentos inspecionados	Trabalhadoras cujos contratos foram formalizados no curso da ação fiscal	Trabalhadores Resgatados	Pagamento de Indenização	Alis Lavrados
2010	141	305	2.721	2.617	8.770.879,81	3.926
2009	156	350	3.412	3.769	5.908.897,07	4.535
2008	158	301	3.021	5.016	9.011.762,84	4.892
2007	116	206	3.637	5.999	9.914.276,59	3.139
2006	109	209	3.454	3.417	6.299.650,53	2.772
2005	85	189	4.271	4.348	7.820.211,26	2.286
2004	72	276	3.643	2.887	4.905.613,13	2.465
2003	67	188	6.137	5.223	6.085.918,49	1.433
2002	30	85	2.805	2.285	2.084.406,41	621
2001	29	149	2.164	1.305	957.936,46	796
2000	25	88	1.130	516	472.849,69	522
1999	19	56	ND	725	ND	411
1998	17	47	ND	159	ND	282
1997	20	95	ND	394	ND	796
1996	26	219	ND	425	ND	1.751
1995	11	77	ND	84	ND	906
TOTAL	1081	2.840	36.395	39.169	62.232.402,28	31.533

Tal é o caso das ações do Grupo Especial de Fiscalização Móvel (GEFM), conforme quadro “Geral das Operações de Fiscalização Para Erradicação do Trabalho Escravo – SIT/DRE” divulgado pelo Ministério do Trabalho e Emprego¹³⁶ publicado em janeiro de 2011, que mostra um total de 32 mil trabalhadores libertados através de ações de fiscalização.

De acordo com os dados fornecidos pelo quadro anterior, desde a criação do GEFM em 1995 até os dias atuais foram libertados quase 40 mil trabalhadores rurais em condição análoga a escravidão. Também é possível afirmar que as operações do grupamento foram tornando-se mais constantes a cada ano e o número de libertos cresceu. O aumento do número deu-se em virtude de atualmente haver maior quantidade de grupamentos móveis disponíveis e ao aumento das denúncias recebidas pelos Auditores Fiscais do Trabalho.

O caso brasileiro de escravidão contemporânea ainda tem um fato alarmante, boa parte dos libertos em ações do GEFM são afrodescendentes. Apesar de não mais haver a questão étnica na escolha do cativo, isso pode significar um reflexo da total falta de estrutura para a readaptação social e inclusão econômica dos negros libertos após a Lei Áurea, em 1888. Em outras palavras: encerrada formalmente há pouco mais de 100 anos entre nós, a escravidão ainda deixa suas marcas entre nós. O fato, estatisticamente comprovado, da maior parcela de miseráveis brasileiros ser constituída por negros, é um deles.

Ainda comparando escravidão do passado e moderna. Em ambos os casos, a manutenção da ordem é feita pela coerção, por meio de ameaças, de atos violentos variados e também das chamadas “punições exemplares”, que, em casos mais graves, culminam, tanto ontem como hoje, no assassinato do cativo em caso de fuga e rebeldia excessiva.

Retornamos ao autor em análise nesta dissertação. Independente da forma que se dá a escravidão, para Ricardo Rezende, não há mais que se falar de abolição

¹³⁶ Ministério do Trabalho e Emprego. Quadro Resumo das Ações do GEFM (1995-2010). Atualizado até 21/01/2011. Disponível em http://www.mte.gov.br/fisca_trab/quadro_resumo_1995_2010.pdf. Consulta Realizada em 27/07/11 às 01:42. O GEFM – Grupo Especial de Fiscalização Móvel foi criado em 1995, pela Portaria nº 550 de 14 de junho de 995, do Ministério do Trabalho e Emprego. É representado por meio de grupamentos formados por auditores fiscais do trabalho que apuram as denúncias de violação dos direitos trabalhistas no que se referem ao trabalho escravo no Brasil.

ou de leis proibitivas da escravidão. O trabalho escravo só será extinto quando forem resolvidas as questões relativas à concentração de terras, concentração de renda, emprego e educação. Enquanto houver situação, sustenta ele, de miséria haverá escravidão.

3.2 ESCRAVIDÃO POR DÍVIDA

“Boi aqui tem mais valor que homem.”¹³⁷

Após anos de convívio em meio à violência do campo, Ricardo Rezende decidiu voltar ao Rio de Janeiro. O clima de tensão decorrente da explosiva conjuntura agrária no Sul do Pará e a iminência de um atentado contra a vida do sacerdote, conhecido defensor dos direitos humanos e crítico do latifúndio, tensão agravada após o assassinato do sindicalista Exedito Ribeiro de Souza, amigo pessoal de Ricardo, contribuíram para a decisão do padre de residir no Rio de Janeiro.

A idéia era retornar aos estudos. Isto é, empreender, na Universidade, estudo detalhado sobre a realidade que conheceu de perto. Enfim, unir o saber prático adquirido no cotidiano do Sul do Pará à teoria própria do mundo acadêmico. Assim, Ricardo Rezende daria outra roupagem a sua cruzada contra o trabalho escravo contemporâneo. Trabalho que testemunhou e combateu durante os 20 anos em que permaneceu à frente da Comissão Pastoral da Terra de Conceição do Araguaia e Rio Maria.

Naqueles anos, inúmeros eram os relatos de conflito no campo e, ainda mais perturbador, da prática da escravidão por dívida que chegavam ao padre:

A equipe de agentes de Pastoral, da qual eu participava, anotava com a maior fidelidade possível as histórias dos conflitos pela terra e as histórias dos fugitivos, pensando-as como violações dos direitos humanos. Nosso objetivo, ao colher os depoimentos, era acionar os mecanismos políticos e legais para conter a violência e estabelecer um estado de direito.¹³⁸

Como foi visto anteriormente, no livro *Rio Maria – Canto da Terra*, publicado em 1992, Ricardo relata seu dia-a-dia como padre e militante na luta contra a escravidão. Naquela obra, escrita de forma espontânea em diário, não há a preocupação com o rigor e o método científico que a Academia utiliza na descrição da escravidão, seja ela antiga ou moderna. O objetivo da citada obra é retratar, da

¹³⁷ FIGUEIRA, Ricardo. *Rio Maria*, op. cit., p. 212

¹³⁸ FIGUEIRA, Ricardo. *Pisando Fora da Própria Sombra*, p.26

forma mais direta, em linguagem coloquial, o vexatório quadro vigente em vastas áreas rurais no Brasil, tomando a situação paraense como exemplo. Quadro que, por sua gravidade, atingiria todo o corpo social nacional, chamado, por Ricardo, a se posicionar, com firmeza, contra o trabalho compulsório e a violência no campo. Trata-se, pois, de um texto militante. Como Ricardo mesmo descreve: o livro é um “diário de resistência”. Resistência calcada na fé cristã.

Em 1999, Ricardo defendeu a dissertação de mestrado, com o título *Quão penosa é a vida dos senhores: discurso dos proprietários sobre o trabalho escravo*. No ano seguinte, durante o curso de doutorado na Universidade Federal do Rio de Janeiro, o padre decidiu transformar seu objeto de denúncia em objeto de análise científica. Sua reflexão, firmada no mesmo compromisso político de sacerdote engajado na luta pelos direitos humanos, diversifica-se, complexifica-se. Como ele mesmo explica:

A pressa e a indignação moral, imprescindíveis, moldaram também meu olhar. Mesmo sem perder a indignação e a pressa, recolhi outros depoimentos, indo além do registro apenas objetivo dos relatos de violência, munido de novos instrumentos teóricos.¹³⁹

O resultado deste esforço mais sistemático será a tese doutoral, posteriormente transformada em livro: *Pisando Fora da Própria Sombra - A escravidão por dívida no Brasil Contemporâneo*, publicado em 2004. Desde suas primeiras páginas, fica nítida a proposta de Rezende de produzir reflexão científica, investigação construída com o auxílio de teorias sociológicas, antropológicas e também informada pela produção histórica acerca da escravidão contemporânea no Brasil.

Ricardo empreendeu, para tanto, vasto trabalho de campo: foram entrevistadas 105 pessoas e gravados 67 depoimentos considerados mais relevantes para a pesquisa. Em sua maioria, eram jovens do sexo masculino que haviam trabalhado em inúmeras fazendas do sul do Pará e de outros estados.

Na seção anterior, procuramos definir e diferenciar as formas antigas de escravidão e compará-las com a encontrada no Sul do Pará e em fazendas de outros estados como Mato Grosso e Piauí, por Ricardo Rezende. Neste capítulo, procuraremos respostas à ocorrência da prática da escravidão nos dias de hoje no

139

Idem, p. 28

Brasil.

A pesquisa inicia-se pelo debate em torno do fenômeno da migração. É fundamental definir o que leva o indivíduo a partir de seu local de origem. Em princípio, o homem parte de sua terra natal por vontade própria, trata-se de um ato voluntário. Entretanto, no caso dos trabalhadores rurais, a migração é impulsionada pela busca de melhores condições de vida para eles e suas famílias. Acaba por constituir uma fuga do estado de miséria e penúria em que se encontram. Segundo Ricardo:

Nos casos em que estamos focalizando, a situação econômica exercia tal pressão sobre a família que um ou muitos de seus membros empreenderam a viagem, por mais difícil que fosse partir (...), pois não havia terra suficiente ou, havendo terra, não havia condições objetivas de produzir e comercializar. Os velhos, em vez de serem amparados por seus descendentes, eram obrigados a dividir sua parca aposentadoria.¹⁴⁰

Maria Antonieta da Costa Vieira segue o mesmo raciocínio:

As condições de vida desses trabalhadores no local de origem são extremamente precárias, com renda baixíssima. De acordo com o levantamento, mais de 70% das famílias de trabalhadores migrantes pesquisadas têm renda de até um salário mínimo. Os aposentados são os grandes responsáveis pela renda familiar superior a este limite. Entre aquelas cuja renda é maior do que um salário, 87% possuem aposentados entre seus membros¹⁴¹.

A falta de políticas rurais estruturadas também contribui para agravar este quadro. Trabalhadores rurais de assentamentos agrícolas recentes veem-se impulsionados a migrar, graças ao desemprego a que foram relegados pelas agências públicas e por governos sucessivos. A produção destes novos assentamentos mostra-se insuficiente para cobrir as necessidades da família e praticamente não há excedentes para a comercialização. Havia também a necessidade de comprar produtos que não eram capazes de produzir como roupas, remédios, e outros alimentos básicos processados como sal e açúcar¹⁴².

Há três principais tipos de pessoas que são potencialmente vítimas da escravidão, tal qual descreve Maria Vieira¹⁴³. Em primeiro lugar a antropóloga descreve o grupo formado por moradores que vivem em regiões próximas às

¹⁴⁰ Idem. pp. 114-115

¹⁴¹ VIEIRA, Maria Antonieta da Costa Vieira. Trabalho Escravo. Trabalho Temporário e Migração. In: CERQUEIRA, Gelba Cavalcante de [et al.], org. *Trabalho escravo contemporâneo no Brasil*, op. cit, p.235

¹⁴² FIGUEIRA, Ricardo. *Pisando Fora da Própria Sombra.*, op. cit., p.116

¹⁴³ VIEIRA, Maria Antonieta da Costa Vieira. *Trabalho Escravo. Trabalho Temporário e Migração*, op. cit, p. 232

periferias das cidades e se deslocam a procura de trabalho temporário. A falta de emprego e a baixa ou nenhuma qualificação para o trabalho levam a busca de trabalho para complementar a despesa de casa e para garantir a sobrevivência.

Em segundo lugar, há os migrantes, já descritos anteriormente, que se deslocam de outros Estados na expectativa de conseguir emprego e salário, ainda que em local desconhecido e se sujeitando a trabalhos duros.

Por fim os chamados “peões-de-trecho”, que não possuem mais residência fixa. São peões que não mais retornaram pra casa. Suas referências são apenas os companheiros dos grupos de trabalho, muitas vezes também temporários assim como o trabalho. Fazem gastos substanciais em bebidas alcoólicas, junto a prostitutas e bordéis e em alojamento. As dívidas contraídas por eles são pagas pelos “gatos” que perpetuam a condição de superexploração desses trabalhadores nas fazendas.

A viagem é feita a só ou acompanhados, em grupos. Quando acompanhados, de certa maneira, os trabalhadores se sentem mais protegidos por estarem perto de amigos e conhecidos, compartilhando os mesmos valores e expectativas.

Quando a viagem é feita de forma individual o trabalhador se desliga do grupo original para juntar-se a outro secundário, seja por motivo de recrutamento, seja por escolha de itinerários diferentes. Tornam-se um *outsider* em relação ao novo grupo, em definição já vista em capítulo anterior. Acabam por se tornar presas mais fáceis para os aliciadores ou “gatos” que os consideram mais trabalhadores e menos exigentes do que aqueles primariamente pertencentes ao grupo.

De acordo com Maria Antonieta da Costa Vieira, mais da metade dos trabalhadores libertados, no Pará, pelo GEFM – Grupo Especial de Fiscalização Móvel do Ministério do trabalho e Emprego era migrante dos Estados de Tocantins, Piauí e Maranhão.¹⁴⁴

As famílias que são deixadas para trás, muitas das vezes nunca mais recebem notícias dos trabalhadores que partem. Boa parte das famílias vive de rendas oriundas de extrativismo vegetal, realizadas pelas mulheres, para compra do alimento mínimo a subsistência.

144

Idem. pp. 233-237

Ricardo, em sua tese, aponta duas maneiras de partir. A primeira delas é a saída do trabalhador de seu local de origem em direção ao Pará, Tocantins ou Maranhão, na esperança de encontrar oportunidades de ser recrutado para algum trabalho, ainda que temporário, nas fazendas.

A segunda maneira de partir é por intermédio do aliciamento. Os aliciadores são prepostos ou até mesmo os próprios fazendeiros que selecionam os “peões” necessários para trabalharem nas fazendas e negociam, com os trabalhadores pobres recrutados, o itinerário e custo do transporte daquelas pessoas. Os aliciadores, geralmente, são pessoas conhecidas na região onde se dá o recrutamento, tendo grande capacidade de persuasão. Há a possibilidade destes recrutadores trabalharem para mais de uma fazenda.

Comumente chamado de “gatos”, os aliciadores fazem adiantamentos em dinheiro para os trabalhadores. Os valores normalmente correspondentes à passagem e a um abono para a família dos que vão partir. A “passagem” e o “abono” serão pagos com o trabalho dos peões.

O transporte pode ser feito de caminhão, ônibus, trem, carro de boi ou a pé. Evitam-se rodovias federais. A preferência recai em estradas de terra por causa da falha fiscalização da Polícia Rodoviária em vias secundárias. Para confundir os policiais, geralmente parte do trecho da viagem é feito de trem e outra parte de ônibus. Recorre-se também a troca de ônibus. Segundo Ricardo:

Os aliciadores, assim, obtêm maior sucesso na sua ação, salvo quando a interferência do Estado ou da sociedade civil se dá no próprio município de origem das pessoas e no local onde vão trabalhar, ou quando eventualmente há algo como a ação da Polícia Rodoviária Federal no percurso anterior ao embarque do trem. Além de ser mais segura para os aliciadores, a viagem de trem é mais curta.¹⁴⁵

Os caminhões, vulgarmente conhecidos como “pau-de-araras”, chegam a carregar mais de 70 pessoas de uma só vez. Lonas plásticas protegem os trabalhadores das intempéries e principalmente da visão da polícia. A viagem é demorada pois são longas as distâncias e inúmeras as paradas para buscar novos trabalhadores. Além disso, a viagem é perigosa por causa das condições dos transportes e das péssimas condições das estradas e rodovias, cravejadas de buracos que colocam em risco a vida dos trabalhadores.

145

FIGUEIRA, Ricardo. *Pisando Fora da Própria Sombra*, op. cit., p.122

O custo da alimentação dos trabalhadores também é calculado pelo aliciador. Assim como é deles a responsabilidade de dar explicações à polícia caso algum ônibus seja surpreendido pela fiscalização carregando trabalhador sem a certidão liberatória, uma autorização fornecida pelo Ministério do Trabalho e Emprego para o transporte de trabalhadores entre Estados da União.

O destino principal dos trabalhos é a zona conhecida como de expansão agrícola. Trata-se de extensa área de desmatamento entre a Floresta Amazônica e os Estados que fazem fronteira com ela, sobretudo o Pará, unidade da Federação que detém um terço de todas as fazendas que utilizam mão de obra escrava no país.

A floresta, chamada de “juquirá” ou “juquirão” (mata fechada ou muito densa), é desmatada pelos próprios trabalhadores, com o objetivo de criar áreas propícias ao pasto. Calcula-se que mais de 60% das fazendas autuadas por usarem serviço escravo tinham como atividade principal a pecuária.

As longas distâncias percorridas entre os locais de aliciamento e de trabalho também favorecem a manutenção da exploração do trabalho compulsório. O sociólogo José Carlos Aragão Silva, em artigo recente, explica as condições degradantes de trabalho em que seringueiros eram mantidos na Amazônia, por intermédio do sistema de aviamento, que é o pagamento do serviço em mercadorias dos donos dos barracões. Também o isolamento contribuía para a prática da superexploração dos seringueiros. Explica Aragão¹⁴⁶:

Na verdade, o isolamento é um mecanismo usado para manter os peões presos na floresta Amazônica desde o final do século XIX, quando se instituiu o sistema de aviamento pelos seringalistas. Naquela época, além de expropriação econômica dos peões da borracha, a solidão na imensidão das matas aumentava ainda mais a crueldade do sistema, retirando, desses trabalhadores as mais remotas possibilidades de resistência.

Ao ouvirem histórias de crueldade e assassinatos ou por temerem futuros maus tratos em local desconhecido ao descobrirem as mentiras dos “gatos”, alguns trabalhadores optam pela fuga ainda durante a viagem. Este empreendimento torna-se extremamente arriscado, já que os aliciadores contam com a ajuda da polícia e de órgãos públicos. Trabalhadores em fuga são presos pela polícia e devolvidos aos empreiteiros. Quando assassinados, ainda que de origem conhecida, são enterrados

¹⁴⁶ SILVA, José Carlos Aragão. Conversa Bonita: o aliciamento e os caminhos que levam à escravidão por dívida. In: CERQUEIRA, Gelba Cavalcante de [et al.], org. *Trabalho escravo contemporâneo no Brasil*, op. cit, p. 207

como indigentes. Em um de seus textos, Ricardo denuncia a conivência de determinados órgãos públicos, valendo-se de exemplos concretos:

No atual município de Floresta, no sul do Pará, por exemplo, no início da década de 1990, trabalhadores ao tentarem escapar de uma fazenda, foram presos pela polícia que pretendia devolvê-los ao empreiteiro. Não o fez porque houve reação de uma agente de pastoral que morava na comunidade. Em outro caso, a polícia, no município de Redenção, ao ser comunicada que um trabalhador havia sido assassinado na fuga do trabalho escravo, recolheu e sepultou o morto. Apesar de ter encontrado os documentos da vítima junto ao corpo, no registro de óbito consta a palavra “Cachorro”.¹⁴⁷

De acordo com José de Souza Martins¹⁴⁸, a conivência do poder público em relação à utilização de trabalho análogo à escravidão em vastas áreas do país foi agravada durante a ditadura militar. As opressões sofridas pelos trabalhadores eram justificadas sob o pretexto de controle de subversão da ordem política. Assim, quando os trabalhadores ou defensores de direitos humanos reagem às péssimas condições de vida a que populações empobrecidas estavam sendo submetidos, a reação das autoridades era invocar pretensa ameaça à soberania nacional, apoiando, por conseguinte, grandes fazendeiros e empresários, muitos deles empregadores de trabalho de cativos.

Desde aquela época, tempos de grande expansão de relações capitalistas de produção na Amazônia, o trabalho escravo já podia contar com uma espécie de rede “oficial” de proteção para sua ocorrência:

Na verdade, as instituições da justiça e da polícia foram severamente debilitadas, quando não se tornaram abertamente coniventes com a escravização de trabalhadores e com a expulsão de camponeses da terra. Como é tradição em muitas e remotas regiões do país¹⁴⁹.

Nas fazendas que ficam na fronteira agrícola amazônica, áreas ganhas à floresta tropical por conta de desmatamento descontrolado, é comum que doenças como malária e febre amarela tenham alta incidência entre os trabalhadores. Ocorrem também, além das doenças tropicais, enfermidades típicas da miséria. É o caso da diarreia e da cólera. A AIDS é bastante frequente entre os peões, posto serem eles parte da população completamente despreparada na prevenção de

¹⁴⁷ Figueira, Ricardo R. *A Escravidão Contemporânea no Brasil: de 1985 a 2009*. Disponível em www.landaction.org/IMG/rtf/ricardo_resende.rtf. Consulta realizada em 25/07/2011 às 00:31. p.2

¹⁴⁸ MARTINS, José de Souza. A reprodução do Capital na frente pioneira e o renascimento da escravidão no Brasil. In: *Tempo Social*, op. cit., p. 5

¹⁴⁹ Idem. p. 5

doenças sexualmente transmissíveis.

Os alojamentos são feitos de lona plástica e pedaços de bambu, cobertos com folhas de babaçu. Não há saneamento básico. A água fornecida aos peões é amarelada e com mau cheiro. O rio de onde sai a água para cozinhar e beber muitas vezes é o mesmo para tomar banho, lavar a roupa e servir os animais. Quando não há alojamento próprio, os peões são obrigados a dormir nos currais, junto com cavalos e porcos.

Quando doentes, os peões que precisam de remédios são obrigados a contrair novas dívidas na cantina as fazendas. Já em casos mais graves, os trabalhadores são abandonados pelos fazendeiros ou gatos na floresta ou nas estradas, precisando andar quilômetros até conseguir alguma ajuda para a saúde. Outros simplesmente são abandonados até a morte e seus corpos largados pelas fazendas.

As fazendas contam com um grande número de funcionários. O fazendeiro ou dono da propriedade nem sempre está presente, deixando o poder de comando com um preposto, chamado gerente. Em fazendas maiores as estruturas de funcionários são mais complexas, vão desde os peões, passando por auxiliares veterinários e de ambulatório.

Os fiscais vigiam as fazendas. São verdadeiros pistoleiros, instruídos a impedir a fuga de trabalhadores e a fiscalizar o trabalho dos peões. Cumprem ordens do empreiteiro ou do “gato”.

Quanto à figura do “gato” ou empreiteiro: talvez seja ele o personagem mais importante dentro da dinâmica de funcionamento da empresa agrícola que explora trabalho análogo à escravidão. Ele é o responsável pelo aliciamento e coordenação do trabalho prático nas fazendas, como divisão de lotes e tarefas a executar. Conforme afirma Ricardo Rezende:

Um empreiteiro experiente recruta, de uma só vez, mais de 150 homens ou mesmo mais de mil homens. Normalmente, neste caso, monta uma estrutura de funcionamento em que terá aliciadores, cantineiros, “fiscais de serviço”, motoristas, subempreiteiros, também chamados de “retagatos”, e responsáveis pelas turmas. Faz parte da estrutura da própria fazenda, com frequência, ter um corpo de “segurança”, os fiscais que controlam a entrada e a saída das pessoas e os limites da fazenda.¹⁵⁰

150

FIGUEIRA, Ricardo. *Pisando Fora da Própria Sombra*, op. cit., p. 243

A questão da dívida, como se pode depreender de nossa argumentação, é crucial. Nas fazendas, ou antes, mesmo, nas pensões ou mesmo na saída da viagem o peão já contrai a dívida com o “gato”. Constitui-se, assim, círculo vicioso, círculo este que viabiliza a própria existência do trabalho escravo contemporâneo. Em tal estado de coisas, o trabalhador pobre recrutado, por mais que trabalhe, se vê enredado em dívidas que jamais logrará saldar, dívidas de viagem e as relativas à alimentação e outros bens comprados nos armazéns das fazendas, mantidos pelo empregador e que, muitas das vezes, cobram preços extorsivos.

Assim, como diz Ricardo “o objetivo é construir um sistema progressivo de endividamento do trabalhador”. O pior efeito desse sistema é o psicológico. Os peões, em muitos casos, não tem consciência de que são vítimas de um sistema feito para escravizá-los. A consciência moral sobre a dívida ou a responsabilidade legal a que lhes é atribuída também agem como instrumento de coerção e perpetuação do trabalho escravo.

Quando conseguem escapar, existe o medo de procurar as autoridades e denunciar o trabalho escravo, por receio de conivência das próprias autoridades e da dívida deixada para trás. Os trabalhadores escravizados, reais vítimas do latifúndio e das relações capitalistas tocadas de forma criminosa, fogem como se fossem ladrões.

3.3 ACADEMIA E SOCIEDADE CIVIL: ENTRE SOMBRAS E ALGUMAS LUZES

Desde 1971, com a primeira denúncia catalogada sobre a existência de trabalho análogo à escravidão em fazendas da Amazônia legal, denúncia registrada na Carta Pastoral de Dom Pedro Casaldáliga, bispo do prelado de São Félix do Araguaia, houve importantes avanços no combate à escravidão por dívida no país. É necessário reconhecer os avanços do atual governo na elaboração e implementação de políticas públicas no país contra essa prática.

Durante o regime militar as denúncias feitas pela Igreja Católica não conseguiam projeção, não sendo divulgadas na mídia devido à censura imposta pelo regime. As organizações civis também não conseguiam reunir dados estatísticos sobre a real situação da escravidão. Apesar das provas cabais, por muito tempo e até os dias de hoje, há os que insistem em dizer que não existe trabalho escravo no Brasil, sendo apenas uma confusão conceitual. Assim explica Carlos Henrique Kaipper:

Os que negam a existência do trabalho escravo no Brasil (e, portanto, não contribuem em nada para erradicá-lo) costumam afirmar que há uma confusão entre violação à legislação trabalhista e trabalho escravo. Enganam-se! É importante deixar bem claro: trabalho escravo não é a ausência de assinatura da carteira de trabalho, nem falta de pagamento de 13º salário ou de adicional de férias. Trabalho escravo é o que a Dra. Patricia Audi, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), e frei Xavier da Comissão Pastoral da Terra (CPT), nos ensinaram: é a “coisificação”, a transformação do outro em objeto de posse e de uso até a exaustão, e o seu “descarte” quando não mais servir.¹⁵¹

No Livro *Rio Maria – Canto da Terra (1992)* há um contato mais sensível com os problemas oriundos dos conflitos agrários. Avançando para uma análise mais científica em *Pisando Fora da Própria Sombra – A escravidão por dívida no Brasil Contemporâneo (2004)*, Ricardo identifica as origens, a ocorrência e a estrutura da escravidão na região Sul do Pará, trabalho compulsório imposto por latifundiários atraídos por incentivos fiscais.

¹⁵¹ Kaipper, Carlo Henrique,. Políticas Públicas do poder executivo para a erradicação do trabalho escravo. In: CERQUEIRA, Gelba Cavalcante de [et al.], org. *Trabalho escravo contemporâneo no Brasil*, op. cit, p. 160

No livro *Trabalho Escravo Contemporâneo no Brasil – contribuições críticas para sua análise e denúncia* (2008), escrito e organizado em conjunto com outros especialistas em escravidão, podemos perceber claramente o desenvolvimento, por Rezende, de enfoque rigorosamente acadêmico em relação à tão candente questão. Tratamento este construído graças a sua recente opção pela Universidade e à rede de diálogo e troca de experiências que tal ambiente permite.

Unindo, portanto, teoria e práxis, ou neste caso, práxis e teoria, posto que a experiência de campo precedeu a reflexão erudita, Ricardo Rezende criou, em 2003, o Grupo de Pesquisa sobre Trabalho Escravo Contemporâneo (GPTEC), do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos. Núcleo este ligado ao Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Gptec/Neep-DH/UFRJ).

O GPTEC reuniu documentos da época de Ricardo na CPT (1970-90) e, atualmente, produz intensa pesquisa e fomenta o debate e a reflexão sobre as formas de escravidão no País. Está em jogo expor à sociedade nacional, especialmente aos formadores de opinião, a situação de milhares de brasileiros que, distantes dos grandes centros e ignorados por boa parte da mídia, são submetidos a regime degradante de trabalho. Da mesma forma, o GPTEC pretende contribuir para encontrar maneiras de solucionar e erradicar o problema do trabalho forçado no país.

Durante os últimos oito anos, o GPTEC formou amplo banco de dados. Entre 7 e 10 de novembro de 2005 promoveu o Seminário Internacional sobre Trabalho Escravo Contemporâneo, centrando o debate em torno da condição análoga à escravidão. Resultou daí análise aprofundada do panorama atual do país no que concerne ao tema, o inventário da atuação de vários órgãos envolvidos com o problema do trabalho compulsório e os resultados alcançados no combate ao mesmo no Brasil.

Cabe, nas páginas seguintes, resumir dados e conclusões do citado Seminário. Evento que, produzido intramuros da Academia, não se circunscreve ao restrito círculo de especialistas, interpelando, em cada comunicação ali realizada, toda a sociedade nacional. Interpelação realizada, como veremos, por vários

agentes sociais empenhados na erradicação do trabalho escravo moderno, em nosso país.

Iniciamos a exposição pela atuação da Comissão Pastoral da Terra, instituição pioneira, no Brasil, no combate ao trabalho escravo contemporâneo. Durante os anos em que trabalhou na CPT e também a dirigiu Ricardo Rezende reuniu e organizou um arquivo com mais de dezenove mil depoimentos de posseiros, vítimas de conflitos no campo e alvo da condição análoga à escravidão.

A Comissão Pastoral da Terra, órgão ligado a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, é hoje a maior responsável pela identificação, catalogação e de dados referentes a prática de coerção da liberdade no país. Seu trabalho também abrange a comparação e interpretação de dados coletados pela Organização Internacional do Trabalho, Ministério do Trabalho e Emprego e por outros órgãos como o Repórter Brasil, organização não governamental que compila informações sobre trabalho escravo contemporâneo no Brasil e Anistia Internacional, organização internacional inglesa, fundada em 1961, de combate a todo tipo de escravidão no mundo e violação de direitos humanos.

A CPT atua diretamente em contato com os trabalhadores rurais nas áreas de conflito, regiões, na maior parte das vezes, concentradas na zona conhecida como “arco do desmatamento” (fronteira entre a Floresta Amazônica e os Estados do Pará e Mato Grosso). A proposta da CPT é incentivar a organização dos trabalhadores rurais, lutando igualmente pelos direitos humanos e a preservação da dignidade desta parcela da população, conscientizando que são vítimas de um sistema de superexploração. Segundo Expedita Araújo:

Essa ação favorece a formação de grupos de trabalhadores aliciados e/ou escravizados nos municípios e aos poucos, estendemos a compreensão de que a mudança se dá a partir de cada um e cada uma, individual e coletivamente.¹⁵²

A organização também monitora os casos de aliciamento de trabalhadores pobres por intermédio das denúncias que chegam até ela. Cada vez mais estão conseguindo identificar e mapear o deslocamento irregular de trabalhadores entre os Estados, denunciando essa prática. A atuação da CPT exige das autoridades

¹⁵² Araújo, Expedita. Projeto de prevenção e combate ao aliciamento de mão-de-obra escrava no piauí. In: CERQUEIRA, Gelba Cavalcante de [et al.], org. *Trabalho escravo contemporâneo no Brasil*, op. cit, p.98

políticas públicas de emprego e renda para o homem rural, políticas sociais de educação e conscientização e uma efetiva reforma agrária. Reforma esta que ampare o trabalhador e dê condições econômicas para o cultivo sustentável da terra.

Por intermédio das ações da CPT, foram criados o Compete(s) - Comissões Municipais de Prevenção ao Trabalho Escravo, nos municípios onde há a ocorrência do mencionado aliciamento. Criaram-se também os Grupos de Trabalhadores Migrantes, Fórum Estadual de Prevenção e Combate ao Trabalho Escravo, no Piauí, unidade federativa de onde saem milhares de trabalhadores empobrecidos em direção ao interior do país. Assim, somando forças e avançando na conscientização do público alvo de recrutamento ilegal, “todos se tornam agentes multiplicadores e forma uma grande rede”¹⁵³, como diz Expedita.

Após o advento da Constituição de 1988, com a inauguração de um Estado democrático, novos avanços puderam ser concretizados no combate à escravidão. Na década de 1990, o Ministério do Trabalho e Emprego criou um setor especializado na fiscalização de fazendas investigadas.

Em 1995, o GEFM – Grupo Especial de Fiscalização Móvel, composto por Auditores Fiscais do Trabalho – passou a coordenar operações de fiscalização e libertação de trabalhadores escravizados. Além de fiscalizar e libertar trabalhadores cativos por dívidas, o GEFM também reúne elementos e elabora relatórios detalhados para assegurar aos trabalhadores o acesso a justiça para recebimento de indenização e verbas trabalhistas.

No mesmo ano foi criado o Gertraf – Grupo Executivo de Repressão ao Trabalho Escravo. Juntamente com GEFM, os agentes do Gertraf realizam ações integradas de combate à escravidão, viabilizando uma articulação entre as autoridades competentes na esfera federal para a luta contra o trabalho escravo. Essa estrutura, que tem como base os ministérios do Trabalho e Emprego e o da Justiça, busca centralizar e coordenar as ações públicas no combate à escravidão.

Em um dos casos mais famosos de atuação do GEFM no país, na Destilaria Gameleira (MT), de propriedade do deputado Severino Cavalcanti, foram libertadas 318 escravos. Apesar de incluída da “Lista Suja”, em 2003, dois anos depois, a

153

Idem, p.98

destilaria conseguiu uma liminar na Justiça suspendendo seu nome da Lista Suja. Leonardo Sakamoto, jornalista e presidente da ONG Repórter Brasil, descreve a situação em que um fiscal do trabalho encontrou na destilaria:

A situação aqui é horrível. Há superlotação dos alojamentos, que exalam um mau cheiro insuportável. A única água que recebe tratamento é aquela que vai para as caldeiras e não para os trabalhadores. A alimentação está estragada, deteriorada. O caminhão chega jogando a comida no chão. Pior do que a comida que se dá para bico, porque esse pelo menos tem coxo.¹⁵⁴

Apesar dos avanços, uma surpreendente situação foi constatada pelos fiscais da repressão ao trabalho compulsório. Cerca de 40% dos trabalhadores rurais resgatados do trabalho análogo à escravidão voltaram à condição de escravos. A justificativa dos reincidentes: alegam que não há outra forma de trabalho disponível para eles. De fato, a elevada concentração agrária em nosso país e a falta de terra para cultivo; a pouca ou nenhuma educação formal e a baixa qualificação técnica e o desconhecimento total das legislações trabalhistas, impedindo que se reúnam em movimentos sociais para reivindicação de melhorias em suas condições de trabalho; entre outros fatores constituem barreiras para que tais trabalhadores pobres consigam empregos formais, amparados pela Lei.

Somente em 1998, o Brasil reconheceu que as decisões vindas da Cidh – Corte Interamericana de Direito Humanos, que decide sobre questões individuais nas denúncias de ocorrência de trabalho escravo - teriam legítima efetividade em nosso país, ainda que decididos por um Tribunal estrangeiro. Entretanto, as sentenças da Cidh não surtiram efeito algum no Brasil. A violência contra trabalhadores rurais, assassinatos e condições análogas à escravidão ainda são recorrentes no Brasil.

Está em trâmite desde 1995, no Congresso Nacional, a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 438, conhecida como “PEC do Trabalho Escravo”. Tem como proposta colocar à imediata disposição da Reforma Agrária propriedades rurais em que forem encontrados trabalhadores em condições análogas a escravidão.

¹⁵⁴ SAKAMOTO, Leonardo. A economia do trabalho escravo no Brasil Contemporâneo. In: CERQUEIRA, Gelba Cavalcante de [et al.], org. *Trabalho escravo contemporâneo no Brasil*, op. cit, p.70

Há, contudo, a resistência da bancada ruralista no Congresso. Esse conjunto de representantes políticos, bastante numerosos e articulados no parlamento, tiveram suas campanhas financiadas pelo capital do agronegócio. Além de obstaculizar a proposta de desapropriação já citada, esse grupo se contrapõe à publicação da lista de empregadores punidos por uso de trabalho escravo.

Também receiam que as propriedades flagradas na utilização de trabalho ilegal tornem-se alvo do Movimento dos Sem Terra (MST), organização não governamental, de caráter rural e militante em favor da Reforma Agrária. Recentemente (2008) o MST aderiu à campanha de coletas de assinaturas pela aprovação da PEC nº 438.

O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), a partir de 2003 passou a publicar em seus cadastros a chamada “Lista Suja” - cadastro de pessoas físicas e jurídicas condenadas administrativamente por escravidão em suas atividades econômicas. O Ministério recomenda que órgãos fomentadores de crédito se abstenham de abrir linhas de financiamentos para essas instituições, através da Portaria 1.150 de 18 de julho de 2003:

Art. 1º Determinar ao Departamento de Gestão dos Fundos de Desenvolvimento Regional da Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional do Ministério que encaminhe, semestralmente, aos bancos administradores dos Fundos Constitucionais de Financiamento, idem com relação aos Fundos Regionais, relação de empregadores e de propriedades rurais, que submetam trabalhadores a formas degradantes de trabalho ou que os mantenham em condições análogas ao de trabalho escravo, cujas autuações com decisão administrativa são de procedência definitiva, publicada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, para as providências cabíveis.

Art. 2º Recomendar aos agentes financeiros que se abstenham de conceder financiamentos ou qualquer outro tipo de assistência com recursos sob a supervisão deste Ministério para as pessoas físicas e jurídicas que venham a integrar a relação a que se refere o art. 1º.

Em 2005 o MDA, em parceria com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, lançou o Plano para a Erradicação do Trabalho Escravo.¹⁵⁵ Plano este que reuniu cerca de quarenta propostas, tratando de variados temas correlacionados com a questão em pauta. Entre os principais temas, estão: a vulnerabilidade do trabalhador e o seu aliciamento; a repressão ao trabalho escravo;

¹⁵⁵ . MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo. Disponível em http://www.mte.gov.br/trab_escravo/7337.pdf . Consulta realizada em 23/04/11 as 23:45.

a reinclusão social dos trabalhadores e o amparo devido a eles; a divulgação do problema para que constitua uma reflexão de toda a sociedade.

A legislação brasileira também tem avançado nesse sentido. Embora a ONU e a OIT já tivessem ratificado tratados sobre escravidão, tendo o Brasil por um de seus signatários, foi somente em 2003 que houve, em nosso país, tipificação penal (transformação em crime de determinada conduta) da prática do trabalho escravo, alterando o art. 149 do Código Penal¹⁵⁶:

Art. 149. Reduzir alguém a condição análoga à de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto: (Redação dada pela Lei nº 10.803, de 11.12.2003)

§ 1o Nas mesmas penas incorre quem: (Incluído pela Lei nº 10.803, de 11.12.2003)

I - cerceia o uso de qualquer meio de transporte por parte do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho; (Incluído pela Lei nº 10.803, de 11.12.2003)

II - mantém vigilância ostensiva no local de trabalho ou se apodera de documentos ou objetos pessoais do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho. (Incluído pela Lei nº 10.803, de 11.12.2003) .

Há também o trabalho de entidades civis no combate do trabalho escravo no Brasil. A Anti-Slavery Internacional (ASI) é a organização mais antiga de defesa dos Direitos Humanos no mundo. Fundada em 1839, atua em diversos países combatendo a escravidão e os abusos dela decorrentes. Ela foi uma das participantes da abolição negra antiga e atua nos dias atuais contra a escravidão contemporânea.

Interessante lembrar que, em 2009, a ASI contestou o acordo feito entre a petrolífera Shell e a Cosan, acusada de trabalho escravo. Em 2007, a Cosan foi incluída na “lista suja” após uma operação do GEFM que conseguiu resgatar 42 trabalhadores em situação análoga à escravidão numa fazenda de cana-de-açúcar no interior de São Paulo.

A Anti-Slavery apoia as ações do Grupamento de Fiscalização Móvel. Reconhece que foi uma das grandes medidas do governo brasileiro, resgatando mais de 36 mil trabalhadores desde a sua criação. Apesar das fazendas de gado ainda ocuparem a primeira posição no ranking de mão-de-obra escrava, os canaviais foram responsáveis por metade das libertações entre 2007 e 2009.¹⁵⁷

¹⁵⁶ Decreto Lei 2848/40 .

¹⁵⁷ Anti-Slavery Internacional – Shell makes deal with Cosan in Brazil despite slave labour claims. Disponível em htt

Em entrevista a ASI, o frade dominicano Xavier Plassat, agente da pastoral da terra Araguaia-Tocantins, opinou falando que “The dramatic expansion of agribusiness crops in southern and central Brazil lies at the heart of the country’s slavery problem. The existence of slavery totally undermines the idea that sugar cane ethanol is a ‘clean’ biofuel.”¹⁵⁸. Ou seja, o desenvolvimento do agronegócio e a obtenção de lucro no Brasil, não importando os meios, constituem o ponto central do problema da escravidão contemporânea no Brasil.

Bhavna Sharma¹⁵⁹, da ASI, sustenta que a solução de tal situação está na efetiva realização da reforma agrária e na implementação de programas sociais e de distribuição de renda, evitando que trabalhadores sejam aprisionados em situações análogas à escravidão. Ações estas mais urgentes em áreas dos Estados do Maranhão, Piauí, Tocantins e Pará, regiões de maior ocorrência de trabalho escravo e de arregimentação ilegal de trabalhadores.

Outra importante organização civil empenhada na cruzada antiescravista é a ONG Repórter Brasil (RB) – Organização de Comunicação e Projetos Sociais, coordenada pelo jornalista Leonardo Sakamoto e fundada em 2001. A ONG atua como órgão de representante da sociedade, vigiando as fazendas, colhendo dados e incentivando a reflexão social sobre o tema. A ONG trabalha pelos direitos trabalhistas e pela liberdade no campo.

A Repórter Brasil, desde que foi criada, acompanha as principais notícias de Ricardo Rezende no combate ao trabalho escravo e aponta o sacerdote como a maior referência em escravidão contemporânea no país:

Aos 59 anos, o padre Ricardo Rezende é porta-voz das vítimas dos conflitos fundiários no Pará. Viveu 20 anos em terras sem lei, 18 deles marcado para morrer. Há 15, denuncia, do Rio, crimes cometidos com a chancela do Estado e a escravidão instituída por grandes empresas. Professor da UFRJ, conheceu irmã Dorothy e outros mártires e é protagonista no documentário "Este homem vai morrer", de Emílio Gallo, que será lançado no Rio dia 13. Ele

p://www.antislavery.org/english/press_and_news/news_and_press_releases_2009/030210_shell_makes_deal_with_cosan_despite_slave_labour_claims.aspx Consulta realizada em 23/04/11 as 13:45.

¹⁵⁸ Plassat, Xavier *apud* Anti-Slavery International. Idem. *"A dramática expansão das culturas do agronegócio no sul e no Brasil central encontra-se no coração do problema da escravidão no país. A existência da escravidão mina totalmente a idéia de que o etanol de cana é um biocombustível'clean'."*

¹⁵⁹ Bhavna Sharma: "The Government should prioritise land reform and social programmes, to prevent workers being entrapped in slave labour situations in the most affected regions of Maranhao, Piauí, Pará and Tocantins." In: Contemporary forms of Slavery in Brazil. London: Anti-Slavery International, 2006. p. 7

fala de seu arquivo com mais de 700 depoimentos de vítimas do trabalho escravo e alerta: 13 pessoas, entre elas bispos e freira, estão ameaçados e sem proteção¹⁶⁰.

O Comitê Rio Maria foi criado após a morte de Expedito Ribeiro de Souza, agricultor e líder dos trabalhadores rurais, baleado pelas costas pelo pistoleiro José Serafim Sales, denominado “Barreirito”, em 1991. Assassinato ocorrido mesmo após a elaboração de longo documento pela Human Rights Watch, a maior ONG de Direitos Humanos dos EUA, comunicando à comunidade internacional que Expedito era ameaçado de morte. Foi a gota d’água para que se reagisse ao ciclo de violência e injustiça imperantes naquele município. Segundo Ricardo Rezende:

A seletividade e o aumento do número dos assassinados foram determinantes nesta decisão: todos os presidentes do STR de Rio Maria tinham sido mortos ou haviam sofrido alguma tentativa de homicídio. Aos poucos, para obter resultados em médio prazo, fomos traçando uma estratégia prevendo conjugar pressões jurídicas e políticas dentro e fora do país. O que havíamos aprendido na relação com a imprensa precisávamos agora estender a outras esferas institucionais.¹⁶¹

Este comitê se notabilizou por ser um órgão de fiscalização e denúncia dos crimes contra trabalhadores rurais e seus aliados, defender a Reforma Agrária e erradicar o trabalho escravo. Criado com o apoio dos agentes da CPT, a exemplo do Comitê Chico Mendes, no Acre, o Rio Maria contava com a participação de sindicalistas e membros de outras organizações civis.

Em 1991, contando com a ajuda do frade dominicano e advogado, Herin Burin de Roziers, que estava de partida para Guatemala mas decidiu ficar ao lado de Ricardo na CPT, o padre pode ter certeza que seu trabalho iria continuar ainda que com sua partida para o Rio de Janeiro. Frei Henri, francês de nascimento, adiou sua viagem por três meses e ficou permanentemente em Rio Maria, onde passou a dar orientações, acompanhar os casos jurídicos de perto e atuar na CPT daquela região até os dias de hoje.

A exemplo de Rio Maria, outros comitês de combate às injustiças no campo foram criados no Rio de Janeiro, São Paulo, Juiz de Fora, Belo Horizonte, Campinas

¹⁶⁰ Repórter Brasil. *A vida de um padre sob ameaça de morte por 18 anos*. Disponível em <http://www.reporterbrasil.com.br/pacto/clipping/view/1647> . Consulta realizada em 23/04/11 às 23:57.

¹⁶¹ FIGUEIRA, Ricardo. Rio Maria. In: *Memorial*. Disponível no endereço eletrônico <http://www.ricardorezende.org/emminas.html> Consulta realizada em 12/03/2010 às 14:15.

e um internacional, em Boston EUA. Formou-se, portanto, efetiva rede de solidariedade de entidades que agem em defesa dos direitos humanos.

Após a criação do Comitê e das pressões sob as instituições políticas e judiciárias vindas de todas as partes, a situação do município de Rio Maria se alterou. Ainda que continue sofrendo com problemas generalizados do país, sobretudo no que diz respeito à melhor distribuição de terras e renda, pode-se afirmar que desde 1991 não houve mais assassinatos de lideranças sindicais na região nem denúncia de trabalho escravo.

O município de Rio Maria, sobretudo pelo esforço e dedicação dos trabalhos de toda a vida desempenhados por Ricardo Rezende tornava-se um sinônimo de esperança para as cidades vizinhas onde antes era apenas um rio de sangue derramado dos trabalhadores rurais.

CONCLUSÃO

A presente análise, que ora se encerra, buscou iluminar vida e obra do padre Ricardo Rezende, conferindo especial destaque à militância social deste religioso. Assim, acompanhamos sua atuação, calcada na fé que professa, de defesa dos direitos humanos e a denúncia, baseada na mesma crença cristã, do latifúndio, da exploração dos trabalhadores rurais empobrecidos e, ponto de especial relevo, da violência associada ao trabalho análogo à escravidão no Brasil, mormente no Sul do Pará.

No primeiro capítulo delineamos os principais momentos da vida do padre. Educado em lar católico, seus estudos foram direcionados, desde pequeno, a seguir a vida religiosa. Nos anos que se seguiram, assistiu de perto às ideias propostas pelos principais teólogos, da então recente, Teologia da Libertação.

Em segundo movimento, identificamos o sentimento de ser estrangeiro, *outsider*, que Ricardo experimenta quando chega ao Sul do Pará. O cenário bucólico ali encontrado, em meio à natureza exuberante, logo se transforma em mar de sangue. A guerra pela posse da terra e pela apropriação do trabalho forçado de camponeses constituíam fontes de extremada violência e geravam um cotidiano de aflição, medo e assassinatos de posseiros, trabalhadores, religiosos e sindicalistas.

Por intermédio da escrita e posterior publicação de *Rio Maria – Canto da Terra*, Ricardo põe em prática seu objetivo maior: salvar vidas, ideal inspirado na fé. O livro retrata, com toda ênfase os problemas no campo, reproduzindo depoimentos de trabalhadores e posseiros e descrevendo, com realismo, as crueldades, torturas e assassinatos da população do campo. Situação que a Teologia da Libertação identifica como de “pecado estrutural”, a ser denunciada. E, unindo-se fé, militância social e política, a ser transformada.

No último capítulo da pesquisa, tratamos da escravidão contemporânea. Vimos, assim, que Ricardo identificou quatro aspectos fundamentais a serem considerados sobre o trabalhador escravo no Brasil: 1) a pessoa é tratada como se fosse mercadoria; 2) há, ainda que de forma temporária, uma condição de poder e propriedade estabelecida sobre as pessoas aliciadas; 3) a pessoa vítima de trabalho

escravo é alguém de fora, um estrangeiro ou *outsider*, também sujeita ao *estranhamento motivado por seu desenraizamento* e 4) os donos de trabalhadores escravos não mais compram os escravos ou têm “criadouros” deles, as vítimas são aliciadas por “gatos”, funcionários contratados com a intenção de atrair, com base em falsas promessas, trabalhadores rurais em locais distantes.

Dessa forma, acompanhamos a condição análoga à escravidão denunciada pelo padre. Vimos desde os motivos que levam o trabalhador rural a ser passível de aliciamento até a hierarquia das fazendas e a detenção do poder de mando dentro dessas propriedades, bem como a violência empregada contra os camponeses para que mantivessem o trabalho até o fim da empreitada.

Nesse capítulo, foi concedido destaque à atuação da Comissão Pastoral da Terra, órgão ligado à Igreja Católica e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e principal instrumento de atuação de Ricardo como membro da Igreja

Na esfera judicial, vimos que Ricardo Rezende juntamente com outros religiosos, como Frei Xavier Plassat e Frei Henri Burin de Roziere, denunciam que inquéritos policiais quase nunca são finalizados e quando chegam a se transformar em processos penais, a morosidade e a falta de punição rigorosa tem imperado, contribuindo para o descaso com as mortes de trabalhadores e militantes em favor da causa rural. Assassinos da irmã Dorothy Stang, João Canuto e Expedito de Souza continuam livres e impunes.

A vida e obra de Ricardo Rezende Figueira, padre, antropólogo e professor universitário, foram direcionadas à defesa dos direitos humanos dos trabalhadores rurais. A sua busca por avanços no combate ao trabalho escravo foi responsável por parte significativa dos avanços relativos à eliminação dessa mazela social do Brasil, ao longo dos últimos 20 anos.

Concluimos, neste trabalho, que o trabalho escravo contemporâneo, ainda vergonhosa chaga aberta na consciência nacional, só será extinto quando forem equacionadas as questões relativas à concentração de terras, concentração de renda, e melhoradas as condições de emprego, observando-se também ampla e universal reforma no campo educacional.

BIBLIOGRAFIA

AGOSTINHO DE HIPONA. A Conversão. In: *Confissões*. Trad. J. Oliveira Santos e A. Ambrósio de Pina. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

Araujo, Expedita. Projeto de prevenção e combate ao aliciamento de mão-de-obra escrava no Piauí. In: CERQUEIRA, Gelba Cavalcante de [et al.], org. *Trabalho escravo contemporâneo no Brasil: contribuições críticas para sua análise e denúncia*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2008

BERMWINGER, Maria Clara. *LA FE: OTRA MIRADA PARA LEER LA HISTORIA: Mons. Romero: una clave de lectura testimonial*. Niterói: Mimeo, 20 de abril de 2010

BALES, Kevin. *The New Slavery*. In: *Disposable people: new slavery in the global economy*. California: University of California Press, 1999

BHAVNA, Sharma: *“The Government should prioritise land reform and social programmes, to prevent workers being entrapped in slave labour situations in the most affected regions of Maranhao, Piauí, Pará and Tocantins.”* In: *Contemporary forms of Slavery in Brazil*. London: Anti-Slavery International, 2006.

BIBLIA. Português. *Bíblia sagrada*. Tradução: Centro Bíblico Católico. 34. ed rev. São Paulo: Ave Maria, 1982.

BOFF, Clodovis; BOFF, Leonardo. *Como Fazer Teologia da Libertação*. Petrópolis: Vozes, 2007.

BOURDIEU, Pierre . *A ilusão Biográfica*. In: AMADO, Janaina e; FERREIRA, Marieta M. (org.) . In: *Usos e Abusos da História Oral.*, 2ª. Edição. Rio de Janeiro: FGV,2000.

CASALDALIGA, Pedro. Prefácio. In: CERQUEIRA, Gelba Cavalcante de [et al.], org.

Trabalho escravo contemporâneo no Brasil: contribuições críticas para sua análise e denúncia. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2008

CAVALCANTI, Severino apud SAKAMOTO, Leonardo. A Economia do Trabalho Escravo Contemporâneo no Brasil. In: Trabalho Escravo Contemporâneo no Brasil: contribuições críticas para sua análise e denúncia In: CERQUEIRA, Gelba Cavalcante de [et al.], org. *Trabalho escravo contemporâneo no Brasil: contribuições críticas para sua análise e denúncia.* Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2008

DAMASCENO, João Batista . Manifesto da Frente Ampla: Uma tentativa de articulação da sociedade civil em contraposição ao estamento burocrático do estado. In: *Manifestos Políticos do Brasil Contemporâneo.* Abreu, Lincoln Penna de (org.) . Rio de Janeiro: E-Papers, 2008.

DAVIS, David Brion. *O problema da escravidão na cultura ocidental.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001

DEL PIORE, Mary – Biografia: *Quando o Indivíduo encontra a história.* In: Revista Topoi, no. 19 disponível em http://www.revistatopoi.org/numeros_antteriores/topoi19. Consulta Realizada em 12/03/2010 as 16:45

ELIAS, Norbert, & SCOTSON, John L.. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma comunidade.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000

ESTERCI, Neide. *Escravos da Desigualdade: um estudo sobre o uso repressivo da força de trabalho hoje.* Rio de Janeiro: CEDI/Koinonia, 1994.

FIGUEIRA, Ricardo Rezende. *Pisando Fora da Própria Sombra – A escravidão por dívida no Brasil Contemporâneo.* Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2004.

_____. *Rio Maria: Canto da Terra* – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

[indicar o ano da primeira edição e por qual editora]

_____. *A justiça do lobo: posseiros e padres do Araguaia*. 1. ed. Petrópolis: Vozes Ltda, 1986.

FINLEY, Moses I. *Escravidão antiga e ideologia Moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1991.

FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. *A Reconstituição de Famílias Escravas: Parentesco e Família entre os cativos de Manoel de Aguiar.(1872)*. Trabalho apresentado no II Congreso de la Asociación Latinoamericana de Población, realizado em Guadalajara, México, de 3 a 5 de setembro de 2006.

GUTIERRÉZ, Gustavo. *Teología de la liberación-perspectivas*. Lima: Centro de Estudios y Publicaciones, 1971.

Kaipper, Carlo Henrique,. Políticas Públicas do poder executivo para a erradicação do trabalho escravo. In: CERQUEIRA, Gelba Cavalcante de [et al.], org. *Trabalho escravo contemporâneo no Brasil: contribuições críticas para sua análise e denúncia*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2008

KOSELLECK, Reinhart – Cambio de Experiencia y cambio de método. Un apunte Historico-Antropologico. In: *Los estratos del tiempo: estudios sobre la historia*. Barcelona: Paidós, 2001.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: *História e Memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

LEVI, Giovanni. Sobre a microhistória. in: BURKE, P. (org.) *A escrita da História*. São Paulo: Ed. UNESP, 1992.

LIBANIO, João B. O Concílio Vaticano II. In: *Igreja Contemporânea: Encontro com a*

modernidade. São Paulo: Ed. Loyola, 2000.

LOWENTHAL, David. Como Conhecemos o Passado. In: *Projeto História. Trabalhos da Memória*. N.17.nov/1998.Revista do Programa de Pós-Graduação em História. São Paulo: Ed. PUC-SP, 1998.

LOWY, Michael. *Posfácio: O vermelho e o negro: A contribuição da cultura católica francesa para a gênese do cristianismo no Brasil* in *A guerra dos Deuses: religião e Política na América Latina*. Petrópolis: Vozes, 2000.

MAINWARING, Scott. *O surgimento da Igreja popular, 1964-1985* in *Igreja católica e política no Brasil (1916/1985)*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MARTINS, José de Souza. A reprodução do Capital na frente pioneira e o renascimento da escravidão no Brasil. In: *Tempo Social, Revista de Sociologia da Universidade de São Paulo*. São Paulo: Ed. USP, 1994. Vol.6 (editado em jun.1995).

MATZINGER, Bruce Manning, COOGAN, Michael D. (org.) João, o Apóstolo. In: *Dicionário da Bíblia: as pessoas e os lugares*. Rio de Janeiro, vol. 1, Jorge Zahar Editor, 2001.

PLASSAT, Xavier. Abolida a escravidão? In: CERQUEIRA, Gelba Cavalcante de [et al.], org. *Trabalho escravo contemporâneo no Brasil: contribuições críticas para sua análise e denúncia*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2008

SAKAMOTO, Leonardo. A economia do trabalho escravo no Brasil Contemporâneo. In: CERQUEIRA, Gelba Cavalcante de [et al.], org. *Trabalho escravo contemporâneo no Brasil: contribuições críticas para sua análise e denúncia*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2008

SILVA, José Carlos Aragão. Conversa Bonita: o aliciamento e os caminhos que levam à escravidão por dívida. In: CERQUEIRA, Gelba Cavalcante de [et al.], org.

Trabalho escravo contemporâneo no Brasil: contribuições críticas para sua análise e denúncia. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2008

TAYLOR, Charles. Interioridade In: *As fontes do Self: A construção da Identidade Moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

VIEIRA, Maria Antonieta da Costa Vieira. Trabalho Escravo. Trabalho Temporário e Migração. In: CERQUEIRA, Gelba Cavalcante de [et al.], org. *Trabalho escravo contemporâneo no Brasil: contribuições críticas para sua análise e denúncia*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2008

Periódicos e Documentos Eletrônicos

Anti-Slavery Internacional – Shell makes deal with Cosan in Brazil despite slave labour claims. Disponível em http://www.antislavery.org/english/press_and_news/news_and_press_releases_2009/030210_shell_makes_deal_with_cosan_despite_slave_labour_claims.aspx

Consulta realizada em 23/04/11 as 13:45.

CNBB - *Documento de Brodósqui* de 8 de junho de 1972 – Comissão Episcopal Regional Sul da CNBB realizado na cidade de Brodósqui entre os dias 6 a 8 de junho de 1982.

Convenção Suplementar sobre Abolição da Escravatura, do Tráfico de Escravos e das Instituições e Práticas Análogas à Escravatura (1956). Aprovada pelo Decreto Legislativo nº 66, de 1965. Depósito do instrumento brasileiro de adesão junto à Organização das Nações Unidas e entrada em vigor, para o Brasil, a 6 de janeiro de 1966. Promulgadas pelo Decreto nº 58.563 de 1º de junho de 1966. Publicadas no "Diário Oficial" de 3 e 10 de junho de 1966. Disponível em <http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes->

permanentes/cdhm/comite-brasileiro-de-direitos-humanos-e-politica-externa/ConvSupAboEscTrafEsclInstPraAnaEsc.html. Consulta realizada em 27/07/2011 às 02:01.

Figueira, Ricardo R. A Escravidão Contemporânea no Brasil: de 1985 a 2009. Disponível em www.landaction.org/IMG/rtf/ricardo_resende.rtf .Consulta realizada em 25/07/2011 às 00:31.

FIGUEIRA, Ricardo Rezende. Memorial. Disponível no endereço eletrônico <http://www.ricardorezende.org/emminas.html> Consulta realizada em 12/03/2010 às 14:15.

FIGUEIRA, Ricardo *apud* MARQUES, Rogério. Entrevista concedida em 02/07/02. In: *Padre Ricardo, um sobrevivente, reaparece em ato por Tim Lopes* . Disponível em <http://fantastico.globo.com/Jornalismo/FANT/0,,MUL691375-15605,00.html>. Consulta realizada em 04/05/2011 às 13:00.

Mater et Magistra. Carta Encíclica de João XXIII: Evolução da Questão Social à Luz da Doutrina Cristã (1961). Vaticano. Disponível em http://www.vatican.va/holy_father/john_xxiii/encyclicals.html . Consulta realizada em 26/06/10 às 5:43.

Ministério do Trabalho e Emprego. Quadro Resumo das Ações do GEFM (1995-2010). Atualizado até 21/01/2011. Disponível em http://www.mte.gov.br/fisca_trab/quadro_resumo_1995_2010.pdf . Consulta Realizada em 27/07/11 às 01:42.

Pacem In Terris. Encyclical of Pope John XXIII on Establishing Universal Peace in Truth, Justice, Charity, and Liberty (1963) Vaticano. Disponível em http://www.vatican.va/holy_father/john_xxiii/encyclicals.html . Consulta realizada em 26/06/10 às 5:48.

Portal Globo. Com. Fazendeiro acusado pela morte de Dorothy Stang é absolvido. Disponível em <http://g1.globo.com/Noticias/Brasil/0,,MUL455706-5598,00.html>. Consulta realizada em 27/07/2011 às 02:52.

Repórter Brasil. *A vida de um padre sob ameaça de morte por 18 anos*. Disponível em <http://www.reporterbrasil.com.br/pacto/clipping/view/1647> . Consulta realizada em 23/04/11 às 23:57.

Revista Democracia Viva, nº26, mar-abril/2005. Rio de Janeiro: IBASE.

Legislação

Lei Imperial n.º 3.270, sancionada em 28 de setembro de 1885

Lei Imperial n.º 2.040 sancionada em 28 de setembro de 1871

Lei Imperial n.º 3.353, sancionada em 13 de maio de 1888